

JULIANA DARÓS DOS SANTOS

**A POSITIVAÇÃO DE ÍNDIOS E MESTIÇOS NA REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – 1900-1930**

FLORIANÓPOLIS – SC

FEVEREIRO/2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JULIANA DARÓS DOS SANTOS

**A POSITIVAÇÃO DE ÍNDIOS E MESTIÇOS NA REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – 1900-1930**

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Professora-Doutora Cristina Scheibe Wolff

Coorientadora: Professora-Doutora Maria de Fátima Fontes Piazza

FLORIANÓPOLIS – SC

FEVEREIRO/2009

JULIANA DARÓS DOS SANTOS

A POSITIVAÇÃO DE ÍNDIOS E MESTIÇOS NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – 1900-1930

Dissertação de Mestrado em História aprovada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinador:

Orientador: _____
Profª. Drª. Cristina Scheibe Wolff
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Coorientadora: _____
Profª. Drª Maria de Fátima Fontes Piazza
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Membro: _____
Profª. Dr.ª Janice Gonçalves
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Membro: _____
Profº Dr.º Henrique Espada Lima
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Em memória de meu tio Ivan Porto Daros
Aos meus pais Antônio Carlos e Maria Avelina

AGRADECIMENTOS

Gostaria de aproveitar algumas linhas deste trabalho para dedicar, em especial, ao meu tio Ivan Porto Daros que, no percorrer desta trajetória, nos deixou de corpo presente, mas que, em espírito, permanece guiando e iluminando nossos caminhos. A meus pais Antônio Carlos e Maria Avelina, minhas razões de viver que, com amor e carinho, sempre me ofereceram o bem mais precioso que alguém possa receber: o acesso ao conhecimento. A meus irmãos, Daniel e Heloisa, por me aguentarem nos últimos tempos.

A minha orientadora Cristina Scheibe Wolff e a minha coorientadora Maria de Fátima Fontes Piazza, pelos incentivos, conversas e disponibilização de materiais para a pesquisa. Suas críticas e sugestões foram extremamente importantes para o término deste trabalho.

A meu companheiro e amigo Luis Eduardo, por ter-me levado diversas vezes até o IEB para pesquisar. Suas palavras de estímulo e amor foram essenciais para o andamento deste trabalho. A meus tios, Rogério e Ana Paula, pelo carinho e incentivo que sempre me deram durante a escolha desta profissão e sua trajetória. A meus amigos e familiares que sempre torceram pelo sucesso e minha carreira como historiadora.

Também gostaria de agradecer a meus companheiros de trabalho, Rosi, Lourdes, Serpa, Roberto, Jarbas, Romualdo e Rosemiro, pelas liberações para eu realizar viagens de pesquisas e pela torcida para que a terminasse logo a “novela” da dissertação. Para finalizar, gostaria de dizer muito obrigada a todas as pessoas que me apoiaram, pois sem elas eu não teria alcançado alguns dos meus sonhos e objetivos na vida.

RESUMO

No início do século XX, ainda um período de transição do regime monárquico para o regime republicano, parte da sociedade letrada brasileira passou a valorizar a variedade regional, étnica, cultural do Brasil, tendo como objetivo apresentar um modelo mais integrador da nação de acordo com as ideias de progresso e civilização. Contudo, pensar em questões nacionais, implicava também discutir o país como nação. Um dos problemas apontados é que, em 1822, o Brasil se constituiu como Estado, antes mesmo de se construir como nação. Além da busca incessante por estudos históricos para a construção de uma nacionalidade, outro fator que estava em jogo era a “questão racial”. Quais seriam os critérios adotados pela intelectualidade para caracterizar o povo brasileiro em uma coletividade? Como índios, negros e mestiços seriam integrados a este projeto nacional? Esta pesquisa procurou analisar os discursos proferidos nas revistas do IHGB, nas três primeiras décadas do século XX, evidenciando como as noções de raça, de sexualidade e de gênero se imbricam nesses discursos para a construção da nacionalidade brasileira do começo do século XX. Na confluência desses debates, ao se definir o caráter físico e moral da nacionalidade brasileira, raça e sexualidade apareceriam nos discursos reproduzidos e elaborados pela revista do Instituto como estratégias políticas simbólicas para subjugar as mulheres indígenas e mestiças. Construir um país moderno implicava controlar os corpos femininos, uma vez que possuíam a função de serem reprodutoras, seriam as responsáveis por “sujar” a nova prole brasileira.

PALAVRAS CHAVES: Instituto, Nacionalidade, Raça, Gênero

ABSTRACT

At the beginning of 20th century, still a period of transition from the monarchic regimen to the republican regimen, part of the Brazilian intellectual society started to value the regional, ethnical and cultural variety of Brazil, aiming to present a more integrative model of the nation in accordance to the ideas of progress and civilization. However, thinking about national questions, also implied in discussing the country as a nation. One of the pointed problems is that in 1822, Brazil was constituted as a state, even before being constituted as a nation. Beyond the incessant search for historical studies in order to get the construction of a nationality, another factor that was in game was "the racial question"; what would be the criteria adopted for the intellectuality to characterize the Brazilian people as collective? How indians, blacks and mestizos would be integrated to this national project? This research looked for analyzing the speeches pronounced in the IHGB magazines , on the three first decades of 20th century, evidencing how the conceptions of race, sexuality and gender get linked on that speeches in order to construct the Brazilian nationality at the beginning of 20th century. In the confluence of these debates, while defining the physical and moral character of the Brazilian nationality, race and sexuality could appear in the speeches reproduced and elaborated by the institute magazine as symbolic political strategies to overwhelm the aboriginal and crossbred women. To construct a modern country implied in controlling the feminine bodies, since they have the reproductive function and would be the responsible ones for "dirty" the new Brazilian offspring.

KEYWORDS: Institute, Nationality, Race, Gender

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mulher Tapuia de Albert Eckhout, 1641.....	92
Figura 2 – Mulher Tupinambá de Abert Eckhout, 1641.....	94
Figura 3 – Quadro com a taxa de crescimento dos grupos étnicos presentes no Brasil.....	112
Figura 4 – Quadro demográfico referente ao número de casamentos entre 1918 e 1920.....	113

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – “Sociedade de Raças Cruzadas” A questão mestiça focada pela intelectualidade brasileira e pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no começo do século XX.....	23
CAPÍTULO II – A “positivação” de índios e mestiços na revista do IHGB.....	51
CAPÍTULO III – Raça, Sexualidade e Gênero nas Revistas do IHGB.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
FONTES	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

INTRODUÇÃO

Adstrita às influências que mutuam, em graus variáveis, três elementos étnicos, a gênese das raças mestiças do Brasil é um problema que por muito tempo ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos¹.

Com essas palavras introdutórias, Euclides da Cunha, um dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, esboçou, em sua obra-prima, *Os Sertões*, a questão do sertanejo na Guerra de Canudos e discutiu sobre a complexidade do problema etnológico no Brasil. A procura de uma nacionalidade para o país era uma questão que vinha sendo discutida pela intelectualidade brasileira desde meados do século XIX e início do século XX. Integração, assimilação e mestiçagem foram alguns dos termos utilizados pela intelectualidade, para inserir índios, negros e mestiços na construção de uma identidade nacional para o país. Por meio da publicação de obras como a de Euclides da Cunha e de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), percebe-se o começo de uma valorização da mestiçagem do povo brasileiro, mesmo sendo apresentada de forma contraditória e implícita.

No início do século XX, ainda um período de transição do regime monárquico para o republicano, parte da sociedade letrada brasileira passou a valorizar a variedade regional, étnica e cultural do Brasil, tendo como objetivo apresentar um modelo mais integrador da nação de acordo com as ideias de progresso e civilização. Contudo, pensar em questões nacionais implicava também discutir o país como nação. Um dos problemas apontados é que, em 1822, o Brasil se constituiu como Estado, antes mesmo de se construir como nação. Segundo Berthold Zilly, depois da Independência, o Brasil ainda não existia plenamente, “*ele havia de se formar, era mais projeto do que realidade, um país do futuro, e competia a todos os letrados darem a sua contribuição*”, através disto podia-se constatar o “*freqüente uso do conceito de “formação” em estudos históricos sobre o Brasil*”².

Além da busca incessante de estudos históricos para a construção de uma nacionalidade, outro fator que estava em jogo era a “questão racial”. Quais seriam os critérios

¹ CUNHA, Euclides. *Os sertões: campanha de Canudos*. 30. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.p. 72

² ZILLY, Berthold. *Nação e sertanidade: Formação étnica e civilizatória do Brasil do Brasil, segundo Euclides da Cunha*. O artigo se baseia em aulas dadas no CPDA da UFRJ em setembro de 1998, e nas seguintes palestras: no simpósio Cem Anos de Canudos: A Visão de Euclides da Cunha e outras visões, promovido pelo Instituto Latino americano da Universidade Livre de Berlim LAI/FU) junto com o Instituto Cultural Brasileiro na Alemanha (ICBRA) em Berlim, maio de 1997; na UFC em Fortaleza em setembro de 1997; no IFCS da UFRJ em dezembro 1998; e na FGV do Rio de Janeiro em abril de 1999. Parte das ideias já foi publicada em alemão, Zilly: 1996. p. 305.

adotados pela intelectualidade para caracterizar o povo brasileiro em uma coletividade? Como índios e mestiços seriam integrados a este projeto nacional? Para a socióloga, Lúcia Lippi Oliveira, a questão nacional recebeu e recebe diferentes encaminhamentos, enquanto que para alguns teóricos “*tem a ver, basicamente, com a construção da soberania*”, para outros “*está relacionada aos hábitos, costumes e tradições dos agrupamentos humanos*”³. Sendo assim, uns valorizam a construção de uma nacionalidade dando relevância à cultura, enquanto outros priorizam o fator político.

A autora ainda especifica que as doutrinas que priorizam a cultura tendem a fazer oposição “*à idéia de progresso, entendido como resultante natural da vida do homem em sociedade*” isto é, seria um conjunto de ideias visando “*à construção simbólica da nação*”. Enquanto isso o nacionalismo político dá ênfase para “*a ação do legislador, do homem de Estado, como principal fator de constituição da nação*”⁴. Essas duas linhas do pensamento político na Primeira República, propostas pela autora, ajudaram esta pesquisa a pensar como diferentes eixos de pensamentos e ideias contraditórias apresentadas por autores e correntes estruturaram a formação de uma ideia de nação brasileira no começo do século XX. Entender por que diversos literatos e instituições, ao mesmo tempo em que incluem e excluem índios, negros e mestiços do projeto nacional, também apresentam de forma negativa ou positiva a sua presença.

Esta pesquisa procura analisar os discursos proferidos pelos quadros do IHGB, nas três primeiras décadas do século XX, evidenciando como as noções de raça e gênero estão imbricadas. Especialmente, na formulação de ideias que põe em evidência a discussão sobre a formação da nação brasileira, no que tange às populações indígenas.

Na pesquisa anterior⁵, por meio da análise e comparação dos discursos proferidos pelas revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no período de 1900 a 1920, em torno dos temas, como integração, assimilação e mestiçagem entre índios e “brancos”, percebe-se que muito dos discursos proferidos pelas revistas do IHGSC e do IHGB, ao mesmo tempo em que

³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira Republica*. São Paulo: Brasiliense. 1990. p. 29

⁴ Id., p. 29

⁵ Esse trabalho é uma continuação do resultado de reflexões realizadas na pesquisa Índios e Brancos: Integração, Assimilação e mestiçagem nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: Uma análise comparativa. 1900-1920, coordenada pela professora Cristina Scheibe Wolff. A proposta central desta pesquisa foi a de analisar os discursos enunciados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com relação à mestiçagem, assimilação e integração entre índios e brancos, no período entre 1900-1930. Analisar como os discursos proferidos pelo IHGB, passaram de um discurso de exclusão para um discurso em defesa das populações indígenas como parte integrante da formação de uma identidade nacional brasileira.

reproduziam ainda diversos discursos excludentes do século XIX, começavam a proferir discursos em defesa das populações indígenas. No entanto, ao mesmo tempo em que os sócios do Instituto proferiam seus discursos em “defesa” das populações indígenas acompanhados da noção de vítimas passivas e de um grupo que estaria desaparecendo, ainda se fazia presente nos discursos a idéia dos indígenas como selvagens atrasados, moralmente inferiores, que precisavam da mão forte e protetora dos “brancos”. A partir dos resultados desse trabalho, procurou-se perceber como os discursos do IHGB passaram a positivar a presença dos indígenas na formação de uma identidade nacional para o país.

Nesta dissertação, realizou-se uma leitura dos artigos publicados pela revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no período de 1900 a 1930, com intuito de perceber como os sócios do Instituto procuraram reconstruir uma memória nacional que unificasse as populações em torno de novas identidades e que passasse a dar um caráter positivo às populações indígenas e mestiças. Outra análise feita nos discursos elaborados e reproduzidos pela revista do Instituto foi pensar como, nas três primeiras décadas do século XX, as questões raciais também perpassavam pelos campos da sexualidade e do gênero. Definir o caráter físico e moral da nacionalidade brasileira requeria passar pela dimensão sexual, visto que foi nela que se produziram as características do povo brasileiro, sua índole e sua vocação.

O recorte cronológico delimitado por esse trabalho foi escolhido em razão das comemorações do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, Primeiro Centenário de Independência do Brasil e da publicação da obra de Gilberto Freyre “*Casa Grande e Senzala*”, no início da década de trinta. Neste trabalho, buscou-se analisar os discursos e debates promovidos pela revistas do IHGB, sobre a constituição da nacionalidade brasileira, nos anos que antecederam a obra de Gilberto Freyre, sociólogo que fundou o mito da “democracia racial”, no qual afirmava que a sociedade brasileira formou-se essencialmente pelos processos de hibridismos ocorridos harmoniosamente, “*dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural*”⁶, entre o povo nativo e o colonizador. Sendo assim, a constituição do povo brasileiro não estaria apenas enraizada nas tradições indígenas, mas sim no entrelaçamento e sobreposição das relações entre as regiões naturais e sociais.

No início do século XX, apesar de essas revistas proferirem discursos em “defesa” das populações indígenas, ainda era preponderante a enunciação de teorias evolucionistas e

⁶ NUNES, José Horta. Manifestos Modernistas: A identidade Nacional no discurso e na língua . In: ORLANDI, Eni Puccinelli.(org) *Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2001, p. 161.

naturalistas, que utilizavam o método comparativo para compreender e analisar os “diferentes estágios sócio-culturais humanos desde suas formas originais até os tempos atuais. Essas teorias consideravam os brancos como ponto máximo do progresso humano”⁷, que estereotipavam e excluíaam índios e negros na busca de uma nacionalidade para o país.

Apesar de começarem a aparecer discursos em defesa das populações indígenas, o conceito de nação ainda era preponderantemente operado pelo limitado campo da intelectualidade brasileira, a qual reproduzia o pensamento europeu que estava calcado nas concepções de civilização e progresso. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, a nação brasileira “*traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do “outro”, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção*”⁸.

Contudo, entre fins do século XIX e início do século XX, uma série de transformações como projetos de urbanização das grandes capitais, a exclusão das camadas pobres para as periferias das cidades como o “Bota abaixo” realizado por Pereira Passos no Rio de Janeiro e políticas de saneamento básico foram implementadas como forma de garantir a modernização e o progresso para os novos tempos republicanos.

Para Mônica Pimenta Velloso, foi esse cenário de “*inovações tecnológicas e industriais*” que acenou para o “*advento promissor de uma nova era, produzindo um clima de otimismo e confiança*”⁹. Além disso, em 1900, comemorou-se o *Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil*, o que favoreceu o “*surgimento de uma verdadeira onda de patriotismo*”, ou seja, procurou-se reconstituir as tradições e os símbolos da nacionalidade. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro chegou a promover concursos literários sobre a história da pátria. Essa onda nacionalista ocasionou a publicação e veiculação de obras, como *Porque me ufano do meu país* de Afonso Celso, que exaltava a nacionalidade brasileira com base na sua grandeza e riqueza territorial e na sua ausência de calamidades climáticas.

Ousa afirmar muita gente que ser brasileiro importa condição de inferioridade. Ignorância ou má fé! Ser brasileiro significa distinção e vantagem. Assiste-vos o direito de proclamar, cheios de desvanecimento, a vossa origem, sem receio de confrontar o Brasil com os primeiros países do

⁷ DICIONÁRIO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: FGV, 1986. p. 444.

⁸ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Vértice (1), 1988. p. 7.

⁹ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro : Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 37.

mundo. Vários existem mais prósperos, mais poderosos, mais brilhantes que o nosso. Nenhum mais digno, mais rico de fundadas promessas, mais invejável.¹⁰

Integrante desse movimento nacionalista e ufanista, o presidente do IHGB, pertenceu a um grupo de intelectuais que pretendeu combater as teorias de inferioridade racial e aqueles que justificavam o atraso brasileiro devido à sua colonização portuguesa e à sua formação étnica. No trecho inicial de sua obra, acima citada, o autor afirma que ser brasileiro não remete somente à condição de inferioridade. Muito pelo contrário, ao exaltar a extensão territorial do Brasil, Afonso Celso buscou descrever as incalculáveis riquezas e vantagens que possuía o território brasileiro frente a outros países. Além da questão geográfica, o autor especifica que os elementos constituintes das três raças, os negros, os brancos, os índios e ainda os mestiços viviam conjuntamente em território brasileiro com abundância e paz.

Entretanto, parcela significativa da intelectualidade brasileira mantinha um certo ceticismo quanto ao país, os quais acreditavam que a *“história do Ocidente cumpre uma trajetória de igualdade e de racionalidade; e a que, desconfiando dessa visão triunfal da história, enfatiza as consequências negativistas do progresso, que acarretaria a anomalia e a alienação”*¹¹. Segundo Oliveira Lima, as regiões do país que recebiam um grande contingente de imigrantes europeus eram mais evoluídas e civilizadas que as regiões do norte. Esse assunto foi discutido pelo historiador, durante a sessão solene do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco em 1914, o qual afirmou que:

O norte abandonado às suas próprias forças, sem as renovações compensadoras e os auxílios benéficos, foi deixando-se ficar atrás, abastardando-se, continuamente, neste mestiçamento que dá às nossas cidades o aspecto de um misto de raças inferiores e aos nossos sertões, em muitos pontos infestados de malfeitores e mergulhados, secularmente, numa ignorância pasmosa, a aparência de calbidas semi-barbaras, onde typos existem cujo sutac extravagante, linguagem, paupérrima, usos, superstições e moral primitiva – cheia de pontos de vista estreitos de honra e intolerância – dão-nos a convicção de que tratamos com indivíduos inteiramente

¹⁰ CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país*. 2ª. Ed - Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 1997. p. 26.

¹¹ LIMA, Oliveira, 1989, apud VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*, op. cit., pgs. 38-39.

barbarizados pela falta quase absoluta, de contacto com qualquer resquício de civilização e cultura¹².

Para o intelectual pernambucano, enquanto as populações do norte, devido ao exclusivismo da sua “antiga mestiçagem”, permaneciam estacionadas e envelhecidas, as populações do sul ao receberem os imigrantes europeus, civilizavam-se e renovavam-se, contribuindo, dessa forma, para a evolução da nacionalidade brasileira.

Nos discursos proferidos pelos quadros do IHGB, percebem-se as influências dessas duas correntes, isto é, ao mesmo tempo em que reproduziam palavras de exclusão e utilizavam termos do século XIX como “selvagens” e “sub-raça”, também valorizavam características étnicas e culturais das populações mestiças na formação de uma nacionalidade para o país. Esses discursos enunciados pelos sócios do IHGB mostravam a imbricação entre o campo cultural e o político, os quais construíram uma história “oficial” conforme os interesses das elites, não produziram discursos que questionassem ou satirizassem os valores burgueses dessa elite republicana ou mostrasse as mazelas nacionais.

É possível apreender, na maioria dos discursos proferidos pelos sócios do IHGB, que ainda persistia uma forte influência do pensamento evolucionista e cientificista francês. Não se deve esquecer que, apesar de a Europa sofrer com os conflitos da Primeira Guerra Mundial, o Brasil do começo do século XX ainda vivia, mesmo que tardiamente, a sua *Belle Époque*. Muitos dos artigos apresentados na revista do IHGB ainda reproduziam o pensamento racista francês do final do século XIX, que se encontra nos escritos de Renan, de Taine e de Le Bon. Ao contrário das teorias racialistas, que analisavam o termo raça sob uma perspectiva física e biológica, no final do século XIX seu significado passou a ter uma conotação cultural.

Taine aparece constantemente citado em algumas atas de reuniões e em artigos elaborados pelos sócios do Instituto, o pensador francês afirmava que a raça nada mais era do que uma adaptação do homem ao meio. Diversos fatores como o clima, os elementos geográficos, as circunstâncias políticas, as condições sociais, entre outros fatores, faziam com que se produzissem os instintos reguladores e as faculdades implantadas de uma raça. Para o teórico “*não é mais, portanto, a raça que faz a história, mas a história que faz a raça (ou o espírito da nação); e, modificando as instituições ou as formas de vida social, pode-se*

¹² LIMA, Oliveira. *Conferencia realizada em sessão solemne do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, em 30 de Janeiro de 1914. p. 11.

transformar a raça (...)”¹³. Segundo o determinismo de Taine, o inato (raça) e o adquirido (o meio) eram fatores que mantinham um equilíbrio para a constituição de um povo.

Esse determinismo se fez bastante presente nos textos publicados pelo IHGB ao discorrer sobre a nacionalidade do povo brasileiro. Num texto publicado em 1922, pelo sócio daquela instituição, o sociólogo Oliveira Vianna, para compor o dicionário elaborado em comemoração ao centenário da Independência da Pátria, ao descrever sobre a população brasileira, deixa evidente em seu texto que um dos fatores responsáveis pelo “homem moreno” na constituição étnica do país foi o clima.

Essa diversidade somatológica do nosso povo, tão pronunciada no passado e no presente, tende, entretanto, a reduzir-se lentamente, sob a acção de vários factores selectivos: tudo parece indicar que o futuro typo antropológico do brasileiro será o ariano modelado pelos trópicos, isto é, o ariano vestido com aquilo que alguém chamou a “libré do clima”¹⁴.

Vianna afirmou que, por mais que seja grande o grau de arianização da população, o brasileiro do futuro não deixaria de ser o “*homem moreno*”, que sempre foi, visto que o clima tropical contribuiu para intensificar esse “melanismo fundamental” na pele da população brasileira. O autor ainda especifica que esta cor “*morena*” se intensifica mais à medida que a população vai se aproximando da linha equatorial.

Além do pensamento racista francês, os discursos enunciados pelo IHGB (principalmente no século XIX) buscaram no historicismo cientificista alemão um novo plano teórico para analisar mais sistematicamente e rigorosamente as fontes documentais. Utilizando-se da objetividade histórica do teórico Ranke, os discursos enunciados pelo IHGB buscaram nas fontes documentais restaurar o passado como ocorreu, ou seja, não cabia ao historiador fazer qualquer juízo de valor social ou cultural dos documentos. Essa neutralidade do historiador seria alcançada por intermédio da moral, visto que a mesma era dada como algo natural, um bem que era comum a toda humanidade, o qual não participava do subjetivo.

Seguindo alguns preceitos desse pensamento historicista e cientificista, o próprio estatuto do IHGB afirmava que cabia ao Instituto cumprir a tarefa monumental de “*colligir*,

¹³ TAINÉ, Hippolyte. Les origens de La France contemporaine, 1876-1896. apud: TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros: A reflexão francesa sobre a diversidade humana.*/ Tzvetan Todorov; tradução Sergio Goes de Paula – Rio de Janeiro: Jorge Zahar.1993. p. 168.

¹⁴ *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência)*, Vol I, 1922. p. 281.

methodizar e guardar documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país”¹⁵. Fazer com que a organização e documentação dos fatos contribuíssem para a composição de um “saber oficial”, a partir do qual se formularia – uma história nacional que apresentasse elementos, a exemplo dos demais modelos europeus, dedicados “à exaltação e glória da pátria”.

Embora os discursos do IHGB priorizassem a objetividade científica, quando se tratava de pensar a construção da “nação”, era senso comum entre a intelectualidade brasileira perceber a literatura como veículo da nacionalidade¹⁶. As mais variadas correntes de pensamento da história político-intelectual brasileira conceituavam a “*literatura enquanto instância portadora e/ ou refletora do mundo social*”¹⁷. Para Valter Sinder, ainda que Leopold Ranke colocasse as bases da “história científica” como forma de separar as funções de literatura e história, a narrativa da nação ainda podia ser encarada como algo surgido do pensamento político e da linguagem literária¹⁸. Esse entrecruzamento entre história e literatura foi uma forma de “*forjar uma imagem de unidade, que supõe necessária à idéia de nacionalidade*”¹⁹.

A crença no progresso e na construção de uma nacionalidade para o Brasil não estava somente embasada no padrão universal do naturalismo racionalista, mas também na valorização da cultura nacional. Essa tensão permanente entre cientificismo e subjetividade fez com que o IHGB consolidasse uma “*versão nacionalista e romântica do historicismo*”²⁰. Tanto que alguns sócios do IHGB, como: Capistrano de Abreu, Silvio Romero, João Ribeiro, entre outros. Ao mesmo tempo em que eram sócios do Instituto também pertenciam aos quadros da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Como fontes para essa pesquisa foram utilizadas algumas das revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro correspondentes ao período de 1900 a 1930. Nessas revistas encontram-se presentes a reprodução de documentos históricos, artigos, biografias, resenha de obras e transcrição das atas das reuniões e sessões extraordinárias realizadas no IHGB. Também foram utilizados Compêndios e Dicionários organizados pelo IHGB em

¹⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: companhia das Letras, 1993.

¹⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Literatura como Espelho da Nação*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988. p. 239.

¹⁷ Id., p. 239.

¹⁸ SINDER, Valter. *A Reinvenção do Passado e a Articulação de Sentidos: o Novo Romance Histórico Brasileiro*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000. pgs. 253 - 254.

¹⁹ Id., p. 30.

²⁰ WEHLING, Arno. *A invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.p. 163.

Comemoração ao *Quarto Centenário de Descobrimento e Primeiro Centenário de Independência do Brasil*.

Para pensar teoricamente esse trabalho, inicialmente buscou-se analisar como nos interstícios discursivos das revistas do IHGB, ainda prevaleciam elementos estéticos da política expansionista européia e do historicismo cientificista do século XIX. Embora, no começo do século XX, o discurso do conhecimento científico que formulou um pensamento baseado na dicotomia natureza/sociedade e sujeito/objeto passou a aproximar as ciências naturais das ciências sociais. Dando assim uma *nova articulação, mais equilibrada, entre conhecimento científico e outras formas de conhecimento com o objetivo de transformar a ciência num novo senso comum*²¹. Propondo, desse jeito, um conceito que Boaventura denomina como a “dupla ruptura epistemológica”.

Procurou-se perceber como os sócios do IHGB, na Primeira República, passaram de um discurso que exaltava a importância do processo biológico na mistura das raças, para um discurso que além de abordar as ciências naturais, também buscou analisar os aspectos sócio-culturais.

Uma outra questão diz respeito à compreensão dos discursos do IHGB que visavam integrar índios e mestiços à nacionalidade brasileira, o que remete a uma reflexão sobre as formas de recrutamento e como se formavam as redes de sociabilidade intelectual na Primeira República. Interessante ressaltar que, pertencer aos quadros do IHGB e ter uma função na diretoria daquele sodalício correspondiam também a possuir uma dada posição no campo político, especialmente no aparelho de Estado.

O estudo pretende aquilatar como eram determinadas essas redes de sociabilidades durante a Primeira República, que seguindo os moldes da sociedade europeia dos séculos XVIII e XIX, produziu seus bens simbólicos acompanhando, mesmo que a distância, os passos da Europa. Segundo Roberto Schwartz, por mais existisse uma disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do liberalismo europeu, a intelectualidade brasileira não deixou de copiar e importar os modelos estrangeiros²². Mesmo que para isso fosse necessário reapresentar reiteradas vezes sob diversas formas essas ideologias, atribuindo-lhes outros sentidos ou deturpando seus significados. A utilização desses conceitos

²¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro*. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004. p. 3.

²² SCHWARTZ, Roberto. As ideias fora do lugar. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/schwarz.htm>. Acesso: 06/01/2009.

em sentido próprio foi uma forma que as redes de sociabilidade brasileira encontraram para legislar na esfera cultural conforme seus jogos de poder.

Os imperativos que definiam o acesso e as normas a serem seguidas por esses grupos de intelectuais mostram que eles estavam subordinados a questões econômicas, políticas e sociais. A criação de academias, editoriais de revistas, instituições e salões (principalmente no século XVIII) foi uma forma que a antiga corte e a burguesia encontraram para difundir e legitimar seus modelos de pensamento e suas concepções morais por meio do campo cultural. No interior dessas instituições “vinculavam objetivamente o campo de produção erudita – como sede de uma concorrência pela consagração propriamente cultural e pelo poder de concedê-la”²³. Esses locais estruturavam-se hierarquicamente como instâncias de consagração, os quais tinham como principal função promover a produção e a circulação de bens simbólicos conforme os interesses sociais e culturais de uma elite.

Segundo Bourdieu, a produção de bens simbólicos não era apenas determinada pela singularidade expressiva do intelectual ou artista. Para serem compreendidas, deveriam ser “recolocadas no campo ideológico de que fazem parte e que exprime de uma forma mais ou menos transfigurada, a posição de uma categoria particular de escritores na estrutura do campo intelectual”²⁴. Sendo assim, a posição de uma pessoa no campo intelectual estava correlacionada à sua inclusão num tipo específico de campo político. As representações e as produções intelectuais do IHGB foram determinadas com base nos interesses políticos e econômicos de uma classe dirigente do país. Os discursos proferidos pela revista articulavam-se no interior de uma instituição que se organizava conforme uma hierarquia e “enquadramento de valor intrínsecos às estruturas sociais de que emanavam”²⁵.

Para Sirinelli, a história dos intelectuais não é um campo autônomo que pode fechar-se sobre si mesmo. Assim como Bourdieu, o autor também acredita que as relações de sociabilidade intelectual devem ser estudadas como um campo aberto, em que fiquem situadas entre o cruzamento das histórias política, social e cultural²⁶. Para os dois autores os intelectuais do século XIX e XX podem ser definidos como um grupo social reduzido, indistinto e “elitista” que geralmente seguiam uma tradição de pensamento positivista que, ao ocuparem um lugar no campo intelectual, necessariamente ocupavam uma posição no campo

²³ BOURDIEU, Pierre Bourdieu . *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 118.

²⁴ Id., p. 184.

²⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²⁶ SIRINELLI, Jean- François. Os Intelectuais. In: René Rémond (Org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha- 2. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.p. 232.

do poder. Tendo seus laços de sociabilidade, amizade e afetividade atados por instituições ou revistas, como por exemplo: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Além de se pensar o IHGB como *locus* de sociabilidade intelectual, essa pesquisa também buscou analisar como o condicionamento social pode ser “refletido” pela estrutura lingüística, criando uma identidade para a nação brasileira. Para Eni Orlandi conceber as unidades lingüísticas como históricas é o mesmo que atingir o caminho constitutivo para encontrarmos o discurso²⁷.

Segundo a autora, a produção discursiva seria a interação estabelecida entre a linguagem de seus interlocutores e o contexto social que o constitui. Dessa unidade complexa de significação, o discurso não pode ser definido como transmissão de informação, mas como “efeito de sentidos entre locutores”²⁸. Pensando-se na articulação entre o lugar social do interlocutor e sua linguagem escrita é que esse trabalho procurou perceber quais foram os “mecanismos de efeitos de sentido”²⁹ que podem ser atribuídos aos discursos escritos e publicados pelos sócios do IHGB, na busca pela construção de uma identidade nacional para o Brasil no começo do século XX.

Nesta pesquisa também procurou-se, no repertório discursivo, compreender como a relação entre os sujeitos e as práticas discursivas pós-coloniais produzem uma releitura e uma reescrita “descentrada, diáspora ou global das grandes narrativas imperiais do passado centradas na nação”³⁰. Sob um caráter deslocado e diferenciado, este trabalho não percebeu as relações de hibridismo e mestiçagem nos discursos do IHGB, apenas em termos de relações verticais entre colonizadores e colonizados. Mas também, “em termos de como essas e outras formas de relações de poder sempre foram deslocadas e descentradas por outro conjunto de vetores – as ligações transversais ou que cruzam as fronteiras dos Estados - nação e os inter-relacionamentos global/local que não podem ser inferidos nos moldes de um Estado - nação”³¹.

Nesses movimentos transversais, procurou-se analisar como a identidade cultural de uma comunidade como o Brasil, que se tornou teoricamente autônoma “politicamente” e “socialmente”, pode ser discursivamente construída no “Outro”. Apesar de os sócios do IHGB

²⁷ ORLANDI, Eni Pucinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 95.

²⁸ Id., p.149.

²⁹ Ibid., p 149.

³⁰ HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*/ Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardiã Resende...[et...al]. – Belo Horizonte: Editora UFGM; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003. p. 109.

³¹ Id.,p 113.

terem buscado num discurso nacional “unificado” de civilização, a fixação e a consolidação da diferença do Brasil perante as nações europeias, as marcações e remarcações de posições dentro do próprio sistema discursivo da revista não deixaram de existir. A nacionalidade brasileira não foi constituída somente por uma relação binária entre colonizadores e colonizados, mas por uma multiplicidade de raças e culturas que foram emergindo no interior dos discursos conforme os interesses políticos e sociais de modalidades específicas do poder da Instituição.

Para Stuart Hall, as identidades, durante o seu processo de construção, geralmente parecem *“invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência”*³², ou seja, utilizam-se dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção *“não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos”*³³.

O mesmo sentido pode ser constatado nos discursos escritos para compor a revista do IHGB, a qual com o intuito de enunciar um discurso em torno da construção de uma identidade para Brasil dá ênfase ao período colonial, como forma de inserir índios e mestiços como uma “sub-raça” na constituição do processo evolutivo da população brasileiro. Para os intelectuais que publicavam na revista do IHGB, proferir um discurso em torno da construção de uma identidade para o país implicava pensar como o seu povo seria “representado” e como isso afetaria “a forma como eles mesmos seriam representados”.

A revista do IHGB ao enunciar, em seus artigos, discursos em torno da construção de uma identidade brasileira priorizava as “unidades”, que são *“construídas no interior do jogo do poder e da exclusão, na qual não serão resultados de uma totalidade natural inevitável ou primordial, mas de um processo naturalizado, sobredeterminado, de “fechamento”*³⁴, ou seja, ao atribuírem uma origem europeia para o país excluía índios e mestiços do processo de formação de uma identidade nacional.

A construção de uma identidade nacional nos discursos proferidos pela revista será atribuída, principalmente, às relações de miscigenação e mestiçagem entre mulheres indígenas e homens brancos que sempre foram justificadas por diversos autores, como forma de colonizar as terras recém-descobertas. Esses autores ainda especificavam que estas relações

³² HALL, Stuart & HATHRYN, Woodward. *Quem precisa de identidade? In: Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.108.

³³ Id.,p.109.

³⁴ BHABHA, H. *The Other Question, The Location of Culture*. Londres: Routledge, apud HALL, Stuart & HATHRYN, Woodward. *Quem precisa de identidade? In: Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org) . Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 108.

deram-se principalmente pela falta de mulheres brancas e pela atração sexual que os colonizadores sentiam pelas mulheres índias e negras.

Metodologicamente, este trabalho também procurou observar, sob uma perspectiva de raça, sexualidade e gênero, como os discursos proferidos pela revista do IHGB e pela historiografia brasileira abordaram as relações entre homens brancos e mulheres indígenas. Numa perspectiva econômica e política das condutas sexuais procura-se perceber como nos limiares do campo biológico e econômico, os racismos do século XIX e XX encontraram seu ponto de fixação.

Para a intelectualidade do começo do século XX, construir uma identidade nacional para o país implicava pensar na formação antropológica e psíquica do homem brasileiro. As discussões suscitadas em torno do caráter físico e moral do povo brasileiro apresentadas por sua historiografia estava centrada na questão sexual. Foi nas práticas sexuais entre mulheres indígenas e homens brancos, colocadas sob o signo do discurso cientificista, que se buscou definir a índole do homem brasileiro, refletindo se as diferentes origens raciais teriam influências positivas ou negativas sobre a nação.

Para Foucault, o Estado por intermédio do controle das condutas sexuais e morais dos cidadãos, por múltiplos discursos entrecruzados e articulados num feixe de relações de poder, produziu mecanismos institucionais que organizassem a nossa civilização³⁵. O direito canônico, a pastoral cristã e a lei do direito civil foram os elementos que conduziram o controle das práticas sexuais. O problema da origem do povo brasileiro não estava somente na questão racial mas também na questão sexual. A nudez e a prática da poligamia das populações indígenas foram observadas pelo viajante europeu como práticas de perversão. Buscando-se incutir nas populações selvagens palavras de ordem e moral, os missionários jesuítas procuraram catequizá-los, como forma de constituí-los como sujeitos morais de suas próprias condutas sexuais. As revistas do IHGB ao utilizarem amplamente a literatura de viagem como fonte para suas pesquisas, calcadas numa visão etnocêntrica, acabaram produzindo diversos discursos moralizantes e excludentes, nos quais estabelecia não somente uma hierarquia de raças como também de sexo.

Dessa forma, a dissertação compõe-se dos seguintes capítulos:

No primeiro capítulo, apresentou-se uma contextualização dos debates literários ocorridos durante o final do século XIX e início do século XX, e a importância do Instituto para estes debates, visto que muitos dos literatos como Silvio Romero e Euclides da Cunha

³⁵ FOUCAULT, Michel. *Historia da sexualidade I- a vontade de saber*- tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15ª . ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

faziam parte de instituições como Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No segundo capítulo, procurou-se analisar os discursos proferidos pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em relação à mestiçagem, à assimilação e à integração entre índios e brancos, no período entre 1900 a 1930. Além de avaliar como os discursos proferidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro passaram de um discurso de exclusão para um discurso de “inclusão” das populações indígenas como parte integrante da formação de uma identidade nacional para o Brasil. Essa defesa, marcada pela vitimização e pela visão romanceada das populações indígenas.

No terceiro e último capítulo, buscou-se demonstrar, no entrecruzamento entre sexo, gênero e raça, como o mestiço, um “produto nacional” formado pelo efeito de um desejo repulsivo e atrativo, exibiu os atributos necessários para constituir uma “civilização moderna dos trópicos”. O sujeito nacional descrito pela revista da agremiação do instituto e pela intelectualidade brasileira foi representado essencialmente pela relação das mulheres indígenas com os homens brancos portugueses. A formação da nacionalidade brasileira foi atribuída a esses processos de “hibridismo”.

CAPÍTULO 1

“Sociedade de Raças Cruzadas”

A questão mestiça focada pela intelectualidade brasileira e pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no começo do século XX.

Não compactuando com a tradição brasileira de deixar esquecidos os fatos de sua história, um grupo da elite imperial e de alguns literatos brasileiros planejaram criar uma Instituição que tivesse como propósito eternizar os fatos marcantes da história do Brasil e que os salvasse da deterioração do tempo. Inspirados pelos moldes institucionais e culturais do pensamento iluminista, com o auxílio do conselho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e dos sócios do Instituto Histórico de Paris, fundou-se, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Para o secretário perpétuo do instituto, o cônego Januário da Cunha Barboza “*o coração do verdadeiro patriota brasileiro*”, quando via deturpados até mesmo os fatos recentes de sua história, “*apertava-se dentro do peito*”³⁶, pela falta de cuidados com a escrita da história brasileira. Caberia ao IHGB catalogar a documentação e relatar com imparcialidade os fatos, como forma de dar um caráter verídico à história da nação brasileira.

Naquele momento, fazia pouco tempo que o Brasil deixava de ser metrópole de Portugal e continuava sob a égide de um governo monárquico, os escritos brasileiros eram somente publicados com o interesse de exaltar “*a glória de seus autores em comunhão com a dos portugueses*”³⁷, ou seja, valorizavam a tradição literária da metrópole que pouco refletia sobre a história do povo brasileiro. Com a finalidade de evitar inexatidões, tanto nacionais quanto estrangeiras, exaltando as glórias da pátria brasileira recém-independente, os membros do IHGB propuseram-se a remediar os erros cometidos pela literatura e preencher algumas lacunas deixadas por sua história, como forma de minorar os males cometidos e proporcionar às futuras gerações melhores lições sobre os acontecimentos históricos do Brasil.

Durante o período de transição entre o primeiro e o segundo reinado, os sócios do IHGB elaboraram um estatuto, no qual tinham como principal objetivo, “*construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de uma fundação ordenar fatos*

³⁶ BARBOZA, Januário da Cunha. Discurso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tomo I, 1839. p. 10.

³⁷ Id. p. 12.

buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”³⁸, isto é, tinha como proposta cumprir a tarefa de “*Colligir, methodizar e guardar*” (...) *documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país* “³⁹.

Mas a tarefa de reunir esse material e escrever uma memória histórica para as futuras gerações não seria algo simples, visto que construir uma memória nacional significava unificar as populações em torno de novas identidades históricas e culturais. Os sócios do IHGB tinham como desafio pensar como índios, negros, brancos e mestiços seriam inseridos na elaboração desse projeto nacional.

Para entender a lógica do funcionamento do IHGB e o empecilho que seria para os sócios pensar índios e mestiços como integrantes da nacionalidade brasileira, faz-se necessário, primeiramente, compreender a conjuntura de sua criação, as ideias que estavam em circulação e quem eram os membros dessa instituição.

Para Jean-François Sirinelli, uma das maneiras que o meio intelectual encontrou para estreitar laços de amizade, sociabilizar seus conhecimentos e compartilhar seus escritos foi nas redações de periódicos ou na criação de instituições culturais, como as instâncias de consagração (ABL ou IHGB). Quanto a esses *lócus* de sociabilidade intelectual, havia divergências nas suas ideias, que suscitavam acaloradas querelas, por exemplo: a polêmica sobre o poema épico *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, entre Araújo Porto-Alegre e D. Pedro II⁴⁰.

Também existia um fluxo de intelectuais e de movimentos artísticos e políticos, por isso surgiam publicações que propagavam ideias e tornavam memoráveis alguns fatos históricos. Em suma, a revista era “*antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão*”⁴¹.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi um meio que os intelectuais encontraram para compartilhar conhecimentos e escrever uma história considerada “digna” para a nação brasileira. Contudo, apenas alguns membros da elite imperial e alguns literatos participavam dessa Instituição. Segundo o estatuto do IHGB, o instituto era composto por cinquenta sócios efetivos, sendo que metade pertencia à seção de

³⁸ BARBOZA, Januário da Cunha. Discurso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tomo I, 1839, apud: SCHWARCZ, Lília. *O Espetáculo das Raças*, op. cit., p.99.

³⁹ Id., p. 99.

⁴⁰ BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George (Orgs.). *Duelos no serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005. pgs. 17-101.

⁴¹ SIRINELLI, Jean- François. Os Intelectuais. In: René Rémond (Org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha- 2. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 249.

história e a outra à seção de geografia. As demais vagas eram preenchidas por sócios correspondentes, tanto do Império quanto de nações estrangeiras, e de sócios honorários, cujo título era conferido às pessoas por sua avançada idade.

Para ser sócio do IHGB, o estatuto esclarecia que qualquer pessoa poderia ser admitida e fazer parte dessa associação literária, desde que enviasse uma proposta assinada por um dos membros das sessões histórica e geográfica da revista. Junto à proposta, o candidato também deveria anexar seu sobrenome, lugar de nascimento, idade, qualidade, domicílio e os motivos que levariam à sua admissão. Além disso, o sócio admitido (eram aceitas tanto pessoas naturais do país como as estrangeiras) deveria entrar com “*a quantia de 10\$000 a título de jóia quando receber o seu diploma, e pagará a soma de 3\$000 em cada semestre*”⁴² para ajudar nas despesas do Instituto.

Para ter acesso às dependências do Instituto e fazer parte desta “rede” não bastava apenas possuir *status* científico. Segundo Sirinelli, essas instituições “*secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos freqüentemente apresentam traços específicos*”⁴³. A composição interna do IHGB estava mais atrelada a determinantes sociais do que pela produção intelectual do candidato. Esses “microclimas” não estavam interpenetrados apenas por laços políticos e econômicos, mas também por laços afetivos.

Para ser membro do IHGB, o postulante deveria pertencer a uma elite socioeconômica, os que não tinham essas prerrogativas eram apadrinhados por sócios, ou seja, criavam laços de compadrio e de amizade com a elite imperial. Como apontou Lilia Schwarcz, a entrada nos quadros do IHGB significava ter acesso a um local de “*projeção intelectual*” e aspirar a um espaço de “*promoção pessoal*”⁴⁴. Aos sócios que entravam por mérito acadêmico geralmente cabia ocupar funções secundárias como cargos de secretários e oradores. As “redes de sociabilidade” estabelecidas por essa instituição não estavam ligadas apenas ao campo cultural, mas imbricadas ao campo político.

Essa nova empreitada de disseminar saberes históricos e construir símbolos nacionais que exaltassem a pátria brasileira estava vinculada ao poder político das elites. Foi nessa “*vontade de verdade*” apoiada por um suporte e uma distribuição institucional que os sócios

⁴² BARBOZA, Januário da Cunha, op. cit., p. 19.

⁴³ SIRINELLI, Jean- François, op. cit., p. 252.

⁴⁴ SCHWARCZ, op. cit., p. 105.

da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* exerceram sobre os discursos nacionais uma “*espécie de pressão e como que um poder de coerção*”⁴⁵.

Foucault afirma que o “discurso verdadeiro” coloca poder e o desejo em jogo, como forma de exercerem exteriormente seu “próprio controle”, procedimentos que “*funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso*”⁴⁶. Os discursos elaborados e escritos na revista do IHGB em torno da construção de uma memória nacional para o Brasil foram reproduzidos e deslocados conforme o interesse da elite imperial. Cabia a eles ocultar ou dar uma significação aos fatos e documentos na construção de saberes históricos e culturais, condizentes com os seus objetivos de governo e de suas elites.

No começo do século XIX, Dom Pedro II e uma parte da elite imperial preocupados com o registro dos fatos e em eternizar a cultura de uma memória “genuinamente nacional”, lançaram um projeto romântico que procurava consolidar uma história política, estatista, centralizadora e monárquica.

Inspirados numa concepção histórica herdada pelo Iluminismo, “*tanto pelo tratamento linear dado ao desenvolvimento da história, quanto por sua instrumentalização como mestra da vida*”⁴⁷, a revista do IHGB passou a elaborar uma história da nação, baseada principalmente nos pressupostos de civilização e de progresso.

Entretanto, obter uma história linear seguindo os padrões de instituições europeias como o Instituto Histórico de Paris, não seria possível, principalmente, porque o Brasil não possuía um passado medieval como o das nações europeias. Para solucionar essa questão e reconstruir uma história da pátria consolidada num ideal nacional, a revista do IHGB recorreu à temática indígena.

Sob uma perspectiva etnográfica, em 1839, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* ancorada num “*indianismo erudito*”, passa a incorporá-lo ao processo civilizatório. Segundo o historiador Arno Wehling:

A idealização do passado histórico brasileiro, das riquezas naturais do país e de suas potencialidades, nos textos iniciais da Revista e nas atas das reuniões

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução Laura de Almeida Sampaio – São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 18.

⁴⁶ Id., p. 21.

⁴⁷ GUIMARÃES, *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*, op. cit., p. 14.

do Instituto, bem demonstra o sucesso da fórmula nacionalista-romântica no Brasil. Ela não era isenta de contradições: inspirada em ideologias européias, criticava historiadores não portugueses que, como Southey, estudavam a História do Brasil: veementemente antilusitana e anticolonial, elogiava a obra apologética de Rocha Pita sobre a América portuguesa; crítica do “obscurantismo cultural” praticado por Portugal no Brasil até o século XVIII, considerava como antecessor “ilustrado” do Instituto o academicismo que flobresceu à sombra dos governos coloniais e vice-rei⁴⁸.

A construção de uma identidade nacional para o Brasil, no século XIX, teria como principal preocupação priorizar os valores culturais específicos do povo brasileiro, como forma de evitar um padrão histórico universal. A revista do IHGB concentrou-se numa descrição particular de sua natureza e costumes, dando ao mesmo tempo, sob uma perspectiva idealizada, realce ao indígena, o habitante mais primitivo das terras brasileiras.

Os componentes da questão nacionalista não estavam apenas embasados ideologicamente no romantismo, mas também no historicismo. A valorização da história como amálgama da sociedade brasileira fez com que literatura e ciência se aproximassem, sendo a primeira subordinada à segunda. Apesar de ambos se fazerem presentes na revista do IHGB, para o historiador Arno Wehling foi o historicismo que teve maior influência intelectual nas origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Já Angela Alonso afirmou que a junção de ambos vinha finalizar o processo simbólico de “*pacificação que a Conciliação empreendia na política institucional*”⁴⁹. Sendo assim, um indianismo literário e um ensaísmo historiográfico erigiram uma “*imagem da nacionalidade em sintonia com as instituições políticas criadas com o Segundo Reinado harmonizadoras e hierarquizantes*”⁵⁰.

O que se pode apreender dessas análises é que no processo de consolidação do Estado Nacional e na busca por um “saber oficial”, a elite intelectual pertencente aos quadros do IHGB refletisse sobre os modelos de nação numa concepção mais cientificista (biológica e evolutiva) do que sociológica.

Pensar uma saída científica para a nação brasileira não foram ideias propagadas apenas pelos participantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A Escola do Recife foi uma

⁴⁸ WEHLING, Arno. Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 37.

⁴⁹ ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil –Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 58.

⁵⁰ Id., p. 58.

das importantes instituições do século XIX que também se propôs, por meio da ciência, estender aos novos campos do conhecimento novas formas e modelos de se pensar o Brasil. Embasados em teóricos como Haeckel, Darwin e Spencer, os membros da escola de Recife acreditavam ver na “*mestiçagem – tão temida – a saída para uma possível homogeneidade nacional*”⁵¹.

Esse princípio explicativo aliava a essência biológica da raça como determinante comum para todos os conhecimentos sobre a nacionalidade do povo Brasileiro. Havia também esse debate no IHGB, no qual o mestiço era identificado como o produto final de uma raça em formação. Entretanto, esse debate que explicava a formação do povo brasileiro por termos deterministas iria ganhar maior ênfase quando membros de ambas as instituições passaram a compor o seu quadro de sócios.

O escritor Silvio Romero, egresso da Escola de Recife e integrante do IHGB, fiel seguidor do determinismo racial, divulgou muitas das teorias científicas discutidas na Escola de Recife nas reuniões do IHGB ou nos artigos em que escrevia para a revista daquela Instituição. Essa escola também teve influências nos debates, escritos elaborados e publicados pela Revista daquele sodalício.

Com isso, percebe-se que a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* nunca seguiu uma única linha de pensamento. Uma profusão de ideias e de teorias sobre a construção de uma identidade nacional para o Brasil se fez presente na revista por intermédio da reprodução de documentos históricos, artigos, biografias, resenhas e transcrição das atas das reuniões e de sessões extraordinárias do IHGB.

Todavia os debates, em torno de uma nacionalidade para o Brasil, ganham ênfase no IHGB no ano de 1840, quando Karl Philip von Martius venceu um concurso proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual almejava a elaboração de uma história nacional que caracterizasse a nação recém-independente⁵² de Portugal, que buscasse imortalizar um passado do qual o povo brasileiro “*pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro*”⁵³.

⁵¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. Op.cit., p.153.

⁵² O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em 1838, durante o período de transição entre o primeiro e segundo reinado. Fazia portanto, pouco tempo que o Brasil havia conseguido a sua independência política.

⁵³ REIS, Carlos Reis. *As Identidades do Brasil de Vanhargen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas II, 1999. p. 25.

Qualquer que se encarregar de escrever a Historia do Brasil, paiz que tanto promette, jamais deverá perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem. São porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular tres raças, a saber: a de côr de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e emfim a preta ou ethiopica. Do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d'essas tres raças, formou-se actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular.⁵⁴

Ao elaborar um plano para a escrita da história do Brasil, Karl Philip von Martius fundou o mito das três raças que, além de singularizar o Brasil diante das nações europeias, definiria também sua identidade nacional⁵⁵. Para o botânico e viajante alemão, contribuíram para a mescla de raças três elementos o branco, o índio e o negro e, da mistura deles, resultou o mestiço. Sendo assim, para o botânico, o português se apresentaria como o conquistador, que garantiria condições “*moraes e physicas para um reino independente*”⁵⁶. Com relação aos índios e negros, ainda que o viajante atribuísse concomitantemente a eles forças para que afluíssem no “*desenvolvimento physico, moral e civil da totalidade brasileira*”, seria destinado ao português branco europeu o papel de ser “*poderoso e essencial motor*” para a formação da nacionalidade brasileira.

Embasados em teorias científicas e no mito das três raças elaborado por Martius, a classe letrada brasileira passou a articular por meio de museus⁵⁷ e outras instituições culturais, discursos que debatessem sobre a questão da nacionalidade brasileira e a formação étnica de seu povo. O Brasil, quando se tornou independente de Portugal, havia se constituído como Estado, mas não como nação. Em decorrência disso, uma série de intelectuais, como Martius e Varnhagen⁵⁸, buscaram promover debates sobre a constituição física e moral do povo brasileiro.

Em fins do século XIX e início do século XX, a história brasileira, embasada em princípios deterministas e evolucionistas, lançou mão do termo raça para justificar de forma negativa a inserção de índios, negros e mestiços na formação étnica do povo brasileiro. Essas

⁵⁴ MARTIUS, Carlos Frederico. Como se deve escrever a história do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI, 1844. pgs 389-390.

⁵⁵ REIS, Carlos Reis, op.cit., p. 26.

⁵⁶ MARTIUS, Carlos Frederico, op.cit., p. 390.

⁵⁷ Como o Museu Nacional e o Museu Paraense de História.

⁵⁸ Sócio e autor da revista do IHGB que trabalhou durante o século XIX e teve a maioria dos seus textos publicados durante o século XX.

teorias científicas utilizavam-se principalmente do método comparativo como forma de compreender e analisar os “*diferentes estágios sócio-culturais humanos desde suas formas originais até os tempos atuais, considerando ponto máximo do progresso humano*”⁵⁹. Aliando raça ao espaço geográfico brasileiro, a intelectualidade procurou definir um quadro interpretativo para sua realidade.

Para o historiador Varnhagen, a única forma de índios e negros se integrarem à nação brasileira, após “*consumada a vitória do branco*”, seria pela porta que “*se lhes deixa aberta: a assimilação racial*”⁶⁰. Portanto, por meio da miscigenação entre índios, negros e brancos, conseguir-se-ia atingir o ciclo desta opção, em que “*elimina-se, de um lado, o componente não desejado da população – o negro - , e, de outro, se absorve, de maneira natural, o elemento indígena*”.

Juntamente com Martius, Varnhagen também procurou discorrer sobre a problemática da questão nacional baseando-se no “*mito fundador das três raças*”. O autor afirmava que apesar de os processos de miscigenação ocorrerem entre índios, negros e brancos o produto dessas mesclas seria determinado futuramente por uma “*nação branca e europeia*”. O domínio da raça branca diante de índios e negros ocorreria devido ao fato de a civilização europeia ser superior às outras duas nações primitivas, uma vez que ela trazia “*lei, ordem, religião e autoridade - elementos básicos para a constituição de uma nação*”⁶¹. Tanto Martius quanto Varnhagen proferiram discursos, em que defendiam um “*Brasil unido, monárquico e cristão*”⁶², ou seja, deixavam claro que o:

(...) processo de “*aperfeiçoamento*” da nação, marcado pela ideologia do progresso explicitamente liberal, conservadora e monarquista apostam não somente nas esplêndidas “*disposições naturais*”, mas também na “*mistura das raças*” que concorre para o bem de um “*povo inteligente, vivaz e forte*”⁶³.

Utilizando-se de termos como a “*natureza*” e a “*civilização*” – questões utilizadas e analisadas por Spix⁶⁴ e Martius em seus relatos durante uma expedição realizada pelo Brasil–, Karen Lisboa afirmou que “*essa tímida alusão à mistura das raças*” era considerado como

⁵⁹ DICIONÁRIO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: FGV, 1986. p. 444.

⁶⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia*. São Paulo: Atica, 1979. p. 20

⁶¹ Id., p. 20.

⁶² REIS, op.cit. p.28.

⁶³ LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlantida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, FASESP, 1997. p. 179.

⁶⁴ Naturalista alemão que juntamente com Martius realizou uma viagem por diversas regiões do Brasil para conhecer a fauna e flora brasileira.

algo positivo para o desenvolvimento do jovem país, como fator de integração entre os diferentes grupos étnicos.

Com relação à assimilação e à integração de índios e negros à nação brasileira, Varnhagen afirmava que se deveria eliminar o elemento “*não desejado*” que era o negro, ao passo que os indígenas deveriam ser assimilados de “*maneira natural*”, visto que “*a superioridade racial e civilizatória do branco em relação ao indígena se corporifica no processo de conquista da terra, e a legitimação da posse da terra se faz exatamente pela conquista*”⁶⁵.

Para Martius, os indígenas eram considerados como uma sociedade humana que era fortemente conduzida por “*instintos animais*” e “*dotados de uma alma definhada; esses “homens das selvas” inspiram nos naturalistas uma sensação mista de rejeição e de pretensa compaixão*”. Portanto, alcançar-se-ia a assimilação e a civilização dessa “raça” pelo aldeamento, estimulando “*os índios de maneira mais inteligente, a cultivar a terra que lhes é dada, e habitua-los à vida sedentária*”⁶⁶. Assim, conseguir-se-ia doutrinar e civilizar os índios, conforme os princípios de ordem cristã e progresso propostos pela nação branca europeia.

Aos negros, Martius se referia como uma “*infeliz raça humana*” dotada de uma “*natureza inferior, bruta*”. A solução cabível, para integrá-los à nação brasileira, seria fazer com que eles vivessem conforme os preceitos da civilização europeia, como forma de conseguirem em “*virtude do convívio com o branco*” desenvolver, pouco a pouco, os “*traços da humanidade*”⁶⁷.

O viajante era favorável a que os negros adquirissem alguns costumes europeus, como forma de alcançar a civilização, em contrapartida, “*fixados em seu “racismo da Ilustração” - advogam que o ato de “imitar o europeu” provava a sua “inclinação quase como a de macacos”, tornando-o “repugnante” para o europeu*”⁶⁸.

Seria o que Homi Bhabha comenta, no capítulo *Da mímica e do homem e A ambivalência do discurso colonial*, no qual o teórico, ao analisar alguns discursos colonialistas ingleses pós-iluministas, afirmou que “*dos altos ideais da imaginação colonial*

⁶⁵ Essas discussões sobre Varnhagen utilizam-se das considerações apresentadas por Nilo Odália na introdução à coletânea “*História*” de Varnhagen. VARNHAGEN, op. cit., p. 20.

⁶⁶ LISBOA, op.cit.p. 148.

⁶⁷ Id., p. 144.

⁶⁸ Ibid., p. 145.

*em direção a seus baixos efeitos literários miméticos”*⁶⁹, a mímica emerge das estratégias do poder e do saber colonial, isto é, o:

Discurso da mímica é construído em torno de uma ambivalência; para ser eficaz, a mímica deve produzir continuamente seu deslizamento, seu excesso, sua diferença. A autoridade daquele modo de discurso colonial que denominei mímica é portanto marcada por uma indeterminação: a mímica emerge como a representação de uma diferença que é ela mesma um processo de recusa⁷⁰.

Bhabha afirmou que a própria emergência desses discursos, para a sua representação, depende de *“alguma limitação ou proibição estratégica dentro do próprio discurso autorizado”*⁷¹. Essas questões ficam mais claras quando Bhabha analisa alguns desses discursos, como o do escritor Grant, que visava implementar na Índia um projeto político, estruturado num sistema evangélico de educação missionária exclusivamente em língua inglesa, como forma de se conseguir uma reforma nos costumes. Nesse discurso, Bhabha deixa explícita a ideia de que, ao mesmo tempo em que Grant possui o desejo de reforma religiosa, também fica o medo de que os indianos pudessem se tornar turbulentos em busca de liberdade, ou seja:

Grant paradoxalmente dá a entender que é a difusão “parcial” do cristianismo e a influência “parcial” do aperfeiçoamento moral que construirão uma forma particularmente adequada de subjetividade colonial. O que se propõe é um processo de reforma pelo qual as doutrina cristãs possam se conjugar com as práticas divisivas de casta para evitar alianças políticas perigosas. Inadvertidamente, Grant produz um conhecimento do cristianismo como forma de controle social que se choca com os pressupostos enunciatórios que legitimam seu discurso⁷².

Algumas dessas questões também estavam presentes nos discursos proferidos pela intelectualidade brasileira, que se apropriava do discurso colonial, como a única forma de índios serem integrados à nação brasileira. Ao reproduzirem o discurso colonial, afirmavam que a única forma dos índios alcançarem o estágio de civilização e ser integrada a

⁶⁹ BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 130.

⁷⁰ Id., p. 130.

⁷¹ Ibid., p. 131.

⁷² Ibid., pgs. 131 - 132.

nacionalidade brasileira seria vivendo de acordo com os princípios da nação europeia - de lei, ordem e religião. Com isto, pode-se constatar que tanto os intelectuais brasileiros quanto Grant se apropriavam dos princípios cristãos como forma de obter o controle social; no entanto, ao mesmo tempo em que lançavam mão dessa prática discursiva, tinham o receio de que a mímica do discurso colonial passasse a ser simultaneamente “*semelhança e ameaça*”.

Assim como na África ou na Índia, ambas colonizadas pelos ingleses e tomadas como exemplo por Homi Bhaba, que se utilizava de escritos para planejar ou relatar o colonialismo, percebe-se a ambigüidade da mímica colonial proposta por Martius. Ao mesmo tempo em que propõe que os afrodescendentes “aprendam” os “costumes civilizados” europeus, ou seja, que imitem sua forma de viver, isso deve ficar como imitação parcial. O problema seria mesmo a “repugnância” causada por um africano vestido e portando-se como um europeu, ou a sensação de subversão da “ordem colonial” causada por esta imagem?

A intelectualidade brasileira, que pertencia aos quadros do IHGB, reproduz, nessa época, diversos trechos de discursos coloniais em que se referiam aos índios e mestiços como “selvagens” ou “seres incivilizados”, como forma de atribuir o estado de barbárie a essas populações. Conforme Miceli:

Na Primeira República o recrutamento dos intelectuais se realizava em função da rede de relações sociais que eles estavam em condições de mobilizar e as diversas tarefas de que se incumbiam estavam quase por completo a reboque das demandas privadas ou das instituições e organizações da classe dominante (...)⁷³.

Apesar de ser um país independente, as formas de dominação política (compadrio, escravidão, clientelismo) continuavam a imperar na sociedade brasileira e a elite intelectual (egressa do poder econômico), lançou mão de um discurso muito semelhante ao utilizado pelos colonialistas ingleses, desde que esses garantissem a eles o controle social sobre esses povos. Em instituições culturais como o IHGB, é possível apreender como a rede de relações sociais, tanto quanto a sua organização interna estava pautada em determinantes sociais⁷⁴ do que pela produção intelectual.

Para Guimarães, basta analisar a lista dos 27 fundadores para compreender o perfil dos que atuavam em instituições como a do Instituto. Faziam parte dessa lista, desde proprietários

⁷³ MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.p. 79.

⁷⁴ O IHGB tinha uma composição social semelhante à das academias ilustradas europeias, onde sócios eram escolhidos antes de tudo por suas relações sociais.

de terras, militares, políticos até literatos e pesquisadores de renome. Por meio desse quadro, Guimarães afirma que é incorreto pressupor que a origem das pessoas era o único critério definidor dos sócios do Instituto, pois essa seleção também era “*nivelada por um processo de educação jurídica de Coimbra, seguida de treinamento e carreira no aparelho de Estado*”⁷⁵.

A partir dessas discussões em torno destes dois intelectuais – Varnhagen e Martius, que foram os principais difusores do mito das três raças –, constata-se que uma das tônicas das discussões do *fin-de-siècle*, entre a intelectualidade brasileira, foi a construção de uma identidade nacional. mestiçagem, integração e assimilação entre índios, negros e brancos foram alguns dos argumentos utilizados para dar conta da especificidade brasileira. Segundo Renato Ortiz, a identidade brasileira fundamentou-se principalmente em dois parâmetros “*raça*” e “*meio*”, categorias que definiam “*o quadro interpretativo da realidade brasileira*”⁷⁶.

A história brasileira é, desta forma, apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato⁷⁷.

Essas discussões em torno de termos “*raça*” e “*meio*” estiveram principalmente ligadas a teorias poligenistas e darwinistas, nas quais se atribuiu à espécie humana as mais diversas condições de adaptar-se à superfície do globo terrestre, desde que este pertença às “*raças civilizadas*”⁷⁸. Diversos adeptos dessas teorias, como intelectuais brasileiros, buscarão estabelecer paralelos entre a teoria de Darwin e a sociedade brasileira.

A máxima era supor que o que valia para a natureza, valia para os homens, e que desigualdades sociais e políticas não passavam de diferenças biológicas e naturais. Em outros termos, tratava-se, sempre, de uma questão de adaptação ao meio: a superioridade da raça branca estaria comprovada por sua supremacia política, mas referida à sua “*evidente*” capacidade física e moral⁷⁹.

⁷⁵ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vértice (1), 1988. p. 10.

⁷⁶ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. S. A, 1985.p. 16.

⁷⁷ Id., p. 16.

⁷⁸ BUICAN, Denis. *Darwin e o Darwinismo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990. p. 63.

⁷⁹ SCHWARCZ, Lilia. *Dos Males Da Medida*. Psicologia USP, São Paulo, v. 8, n.1, 1997, pgs. 33-45.

Apesar de as teorias raciais, principalmente no século XIX, estarem estruturadas principalmente nesses pressupostos biológicos, em que se utiliza da ideia do predomínio da raça branca superior às raças inferiores como indígena e mestiça, esse quadro sofrerá uma série de mudanças a partir da transição do século XIX para o século XX, visto que o conceito de raça, além de sua definição biológica, acabará recebendo uma interpretação, sobretudo social⁸⁰, contudo o aspecto biológico ainda iria prevalecer.

Durante esse período, uma série de transformações marcou a sociedade brasileira, como: a economia escravista passou para outra de tipo capitalista, passou-se de uma forma de governo monárquico para o sistema republicano e para resolver o problema da mão-de-obra na grande propriedade fundiária, o governo implementou um projeto político com o incentivo da imigração européia, não só como forma de obter mão-de-obra para a lavoura, mas também como a possibilidade de se conseguir realizar o branqueamento da população brasileira.

Na virada do século XX, uma profusão de ideias calcadas no “progresso” e na “civilização” passaram a circular entre a intelectualidade brasileira. Em meio a projeções futuristas e à revalorização do passado, escritores, historiadores e sociólogos do Brasil passaram a redefinir as fronteiras nacionais de raça e classe. Diferentemente da historiografia do período Imperial que buscou, na unidade nacional, preservar sua memória e enaltecer sua política centralizadora, a historiografia do período republicano procurou nos regionalismos determinar os diferentes tipos sociais, formadores da nação brasileira.

Essa mudança no cenário político nacional suscitou entre uma elite europeizada a necessidade de modernizar as estruturas sociais, econômicas e políticas e reconstruir uma nova nacionalidade para o Brasil. Nesse fluxo de transformações, abrolhou entre a intelectualidade brasileira um amplo e multifacetado mosaico de ideias que buscavam solucionar os problemas referentes à nacionalidade brasileira e à inserção do Brasil no cenário internacional. Tais debates referentes às questões nacionais foram realizados principalmente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pela Academia Brasileira de Letras, dois espaços de sociabilidade intelectual que reuniam uma elite em torno de um projeto que definisse a nação brasileira.

A utilização dessas duas instituições como microcosmos de sociabilidade intelectual foram de extrema importância para os debates racialistas do começo do século XX. Embora a questão nacional fosse um problema antigo, nenhum dos argumentos apresentados pela revista durante o regime monárquico condizia com as novas ideias liberais e democráticas do

⁸⁰ Id., p. 17.

governo republicano. Compreender as ramificações epistemológicas do historicismo no IHGB não era uma tarefa fácil, visto que uma série de correntes filosóficas embasadas num cientificismo romântico foi determinante para definir uma identidade nacional para o Brasil.

Apesar de circular entre a intelectualidade brasileira, diversas teorias científicas como o positivismo de Darwin, o evolucionismo de Spencer e as teorias racialistas de Taine e Renan, as diferentes avaliações sobre a presença de índios e negros nos processos de mestiçagem no Brasil deixaram de ser avaliadas somente como algo negativo. Membros do IHGB, como Capistrano de Abreu e João Ribeiro, começavam a introduzir e reconhecer, na tradição histórica republicana, índios, negros e mestiços como personagens históricos da nação brasileira. Renovando o campo historiográfico e o ensino de história no Brasil.

Capistrano de Abreu inovou e impulsionou a moderna historiografia brasileira ao adotar uma objetividade histórica, apoiada por fontes documentais, que possibilitasse à nação uma história fundamentada na “verdade”. Para ele, não cabia ao ofício do historiador fazer qualquer julgamento ou interpretação dos documentos, mas sim narrar os fatos como ocorreram. Com o intuito de construir algo novo do que até então havia sido escrito pelo campo da pesquisa histórica, o historiador procurou, na valorização das singularidades regionais, a construção de uma história que não perdesse de vista a unidade nacional⁸¹ e introduziu novas fontes de pesquisa como relatos de viajantes, contos e tradições folclóricas regionais do Brasil.

Estudioso e adepto a teóricos europeus como Taine, Buckle, Comte e Spencer, foi especificamente no realismo histórico alemão de Leopold Von Ranke, que Capistrano de Abreu encontrou diretrizes necessárias para fundamentar sua mais importante obra *Capítulos de História Colonial*. Para o pensamento rankiano, a história só poderia ser feita por meio de testemunhos diretos e de fontes autênticas, ou seja, caberia ao trabalho empírico do historiador apreender o passado como realmente foi. Qualquer interpretação que fosse realizada e não estivesse presente nos documentos seria considerada uma atitude anticientífica⁸².

Para o historiador Manoel Luis Salgado Guimarães, o trabalho rankiano foi a “*crença de uma escrita que se realizaria como completude, como preenchimento dos vazios deixados pela ausência do passado, estabelecendo uma linha de continuidade absoluta entre o passado*”

⁸¹ REIS, José Carlos, op.cit., p. 96.

⁸² WEHLING, Arno, op.cit., p. 111.

e o presente”⁸³. Baseado nos pressupostos de que se deveria conferir ao historiador uma análise cientificista dos fatos, e não subjetiva. Dedicada “ao estudo das diferentes histórias nacionais” sem perder o “*pano de fundo que de algum modo as congrega*”⁸⁴ é que Capistrano de Abreu procurou escrever a história da nacionalidade brasileira.

Juntamente com um grupo de intelectuais, Capistrano de Abreu buscou promover uma historiografia que “redescobrisse o Brasil” desde o estudo de suas particularidades. O historiador pretendia abordar temas referentes à história nacional que até então haviam sido desprezados por intelectuais de grandes instituições, como o IHGB, que se dedicavam especificamente à pesquisa histórica. Devido a isso, Capistrano incentivou estudos relacionados ao povo brasileiro e a seus usos, costumes, natureza, clima, mestiçagem e suas lutas pela defesa do território nacional, como forma de atribuir a esse povo “*a condição de sujeito de sua própria história*”⁸⁵.

Segundo a historiadora Rebeca Gontijo, embora Capistrano fosse sócio do IHGB, o historiador sempre desejou escrever algo diferente daquilo que era oferecido pela Instituição. A historiadora afirmou que numa das cartas que Capistrano de Abreu escreveu a Antônio Joaquim de Macedo Soares, o mesmo declara sua vontade de fundar uma sociedade histórica, “*menos pomposa e menos protegida que o Instituto Histórico*”⁸⁶, porém que fosse mais efetiva.

Nos estudos realizados por Fernando Amed, em que se propôs apreender, nas epístolas de Capistrano, um meio de entender e interpretar o pensamento do historiador brasileiro, o autor afirma que Capistrano de Abreu não tinha nenhuma consideração pelo tipo de trabalho gerido pelos participantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo Amed, o historiador era profundamente “*crítico para com a sistemática de bajulações que pudesse permitir a elaboração de um trabalho de pesquisa*”⁸⁷, ou seja, era contra qualquer imortalização de personagens históricos bem como a comemoração de datas julgadas como marcantes para a história do Brasil.

⁸³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: Marta Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.p.30.

⁸⁴ RANKE, Leopold von. *Leopold von Ranke: história/* organizador [da coletânea] Sérgio Buarque de Holanda; [tradução de Trude von Laschan Solstein] – São Paulo: Ática, 1979. p. 25.

⁸⁵ REIS, José Carlos, op.cit., p. 95.

⁸⁶ Carta a Antônio Joaquim de Macedo Soares, [1883], v.3, p.2, apud: GONTIJO, Rebeca. *História e historiografia nas Cartas de Capistrano de Abreu*. História: São Paulo, 2005, p. 164.

⁸⁷ AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque*. Alameda Casa Editorial: São Paulo, 2006.p. 53.

Essa aversão a qualquer efeméride ou comemoração aos centenários de independência e descobrimento do Brasil era tão grande que, quando ocorreram os festejos em comemoração ao centenário da independência do Brasil, o historiador preferiu afastar-se do Rio de Janeiro até o término das festividades.

Além de não possuir nenhum apreço por instituições como IHGB e ABL, locais que serviram como principais canais de divulgação de estudos históricos e literários para a intelectualidade brasileira do *fin-de-siècle*, Capistrano não poupava críticas aos integrantes dessas instituições. Sócios do IHGB como Afonso de Taunay e Max Fleiuss foram alvos das críticas do historiador brasileiro, visto que “*apresentavam tudo aquilo que o historiador não aspirava ver num intelectual*”⁸⁸. Para Capistrano, os sócios do IHGB eram exemplos da utilização do carreirismo, “*o uso do conhecimento como meio e não como fim e os elogios como forma de acessão profissional*”⁸⁹, apresentavam tudo aquilo que o historiador abominava numa elite intelectual brasileira.

Embora o historiador cearense fosse contra os métodos de trabalho utilizados pelo IHGB e tivesse contribuído, pouquíssimo, com artigos para a revista do IHGB, o mesmo continuou sendo membro dessa Instituição. Para o historiador Amed, essa relação ambígua estava atrelada principalmente à possibilidade de consulta aos acervos documentais que eram disponibilizados pela biblioteca do IHGB. Sendo assim, a sua veiculação ao Instituto ficaria “*reduzida às ocasiões em que ia procurar algum texto ou documento*”⁹⁰. Mas foi dessas divergências e críticas ao IHGB e a ABL que o historiador Capistrano de Abreu ansiou inovar no campo relativo aos estudos históricos no Brasil.

Pensando nessas questões, em sua obra *Capítulos de História Colonial e os Caminhos Antigos e o povoamento do Brasil*, Capistrano procurou abordar estudos relativos aos usos, costumes e línguas indígenas, julgando ser a melhor maneira de se compreender a formação da nacionalidade brasileira. Porém, quando o assunto tocava na etnia negra e na sua representatividade para a história do Brasil, o sócio do IHGB era reticente e silencioso. Apresentava-o em sua obra, em rápidos momentos, não dando qualquer relevância histórica ao mesmo. Interessava-se mais pelas relações entre brancos e índios e pelo produto gerado por eles, o mestiço, do que pelas relações entre brancos e negros.

Mesmo que Capistrano fosse precursor da historiografia brasileira ao substituir o conceito de “cultura” pelo de “raça”, sua obra não deixou de ter um certo historicismo

⁸⁸ Id., p. 204.

⁸⁹ Ibid., p. 204.

⁹⁰ Ibid., p. 215.

cientificista. Por intermédio de teorias positivistas e evolucionistas explicava que os processos de miscigenação ocorriam principalmente das relações entre mulheres indígenas e homens brancos. Justificadas pela falta de mulheres brancas e pela vontade e ambição das índias de pertencerem a uma raça “*superior*”, da qual o colonizador europeu era o portador.

Além de Capistrano de Abreu, outro historiador que percorreu questões semelhantes foi João Ribeiro. Apaixonado pelos assuntos da filologia e da história, João Ribeiro inovou os livros didáticos ao incorporar como ator do povo brasileiro, o mameluco, “*dono de um território e construtor de seu próprio caminho sob a direção de seu escol político*”⁹¹. Ao contrário de Macedo e Varnhagen que repudiavam o nacionalismo mameluco e preservavam uma incômoda herança da colonização portuguesa, Ribeiro era contra os intelectuais que argumentavam em favor dos modelos portugueses. Imitar os portugueses significava reproduzir uma mera extensão da moda europeia.

Ainda que o acadêmico e literato fosse contra uma historiografia monarquista, estatista, elitista e politocêntrica que buscava no branqueamento da população brasileira a civilização brasileira, João Ribeiro não ficou isento de algumas tendências científicas que vinham sendo articuladas na segunda metade do século XIX. Do mesmo modo que seu amigo e conterrâneo Silvio Romero foi influenciado pelas doutrinas de Haeckel, Spencer e os princípios de Darwin, Ribeiro também utilizou elementos dessas teorias para interpretar a realidade brasileira.

Apesar de estar na tão temida mestiçagem a saída para a definição da nacionalidade brasileira, para o filólogo, a mistura das raças não garantia a igualdade entre elas. Segundo análise do historiador Melo, para Ribeiro a raça mestiça brasileira era incapaz de governar a si própria, cabendo essa tarefa apenas a uma elite sócio-cultural, econômica e intelectual.⁹²

Dentro desse quadro, percebe-se que o mito das três raças – presente nos discursos de Martius, Varnhagen e até do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro -, apresentava-se de forma ambígua, na medida em que havia dificuldades concretas que impediam sua plena realização⁹³, isto é, “*a sociedade brasileira passa por um período de transição, o que significa que as teorias raciológicas, quando aplicadas ao Brasil, permitem aos intelectuais interpretar a realidade brasileira, mas não modificá-la*”⁹⁴. Segundo Ortiz, utilizando-se de

⁹¹ MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 1997. p. 96.

⁹² Id., p. 99.

⁹³ ORTIZ, op.cit.p.38.

⁹⁴ Id., p.38.

um jargão da antropologia, “o mito das três raças não consegue ainda se ritualizar, pois as condições materiais para a sua existência são puramente simbólicas”⁹⁵, ou seja, é uma identidade forjada e ambígua, na medida em que simultaneamente procura reunir pontos positivos e negativos das raças que se cruzam para construir uma identidade nacional para o Brasil esses aspectos estavam presentes nas obras de intelectuais como Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Silvio Romero⁹⁶.

Na obra de Silvio Romero, esses aspectos são bastante perceptíveis, por exemplo, quando o autor, ao discorrer sobre a obra de Gonçalves Dias afirmou que:

(...) o autor do que há de mais nacional e do que há de mais português em nossa literatura, é um dos mais nítidos exemplares do povo, do genuíno povo brasileiro. É o tipo do mestiço físico e moral de que tenho falado repetidas vezes neste livro. Gonçalves Dias era filho de português e mameluca, quero dizer, descendia das três raças que constituíram a população nacional e representava-lhes as principais tendências. O mestiçamento, como se sabe, é o início uma fonte de perturbações e desequilíbrios. O mestiço é o depositário de tendências, índoles e inclinações diversas, que nem sempre acham um ponto de apóio, ordem e fixidade. Daí o seu caráter inquieto, contraditório, anormal. Tal a razão da constante turbulência das populações americanas⁹⁷.

Ao mesmo tempo que Silvio Romero busca uma unidade para a construção de uma identidade nacional, utilizando-se de termos como “*mais nítidos exemplares do povo brasileiro*”, como forma de atribuir à mestiçagem um significado positivo, ele também enfatiza um significado negativo. A ênfase a aspectos negativos aparece quando o autor se vale de expressões como “*mestiçamento é o início uma fonte de perturbações e desequilíbrios*”, dessa forma, ele acaba se referindo à inferioridade racial do povo brasileiro, como forma de explicar o atraso do mesmo. Com isso, percebe-se que, simultaneamente, Romero alia aspectos positivos e negativos à mestiçagem do povo brasileiro.

Apesar da ambivalência em seu pensamento, Silvio Romero deixa clara a ideia de que a mestiçagem da população brasileira poderia ter uma direção positiva, a partir do momento em que a mesma passa a integrar e assimilar, em sua nacionalidade, cada vez mais qualidades da “raça superior” (europeu branco, portador da civilização), ou seja, assim apareceria uma

⁹⁵ Ibid., p. 38.

⁹⁶ Autor pertencente a este período de transição do século XIX para o século XX.

⁹⁷ ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 4. ed. 5v. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1949. p.234.

população nacional mais branca na medida em que assimilaria cada vez mais seus caracteres⁹⁸ (processos que ocorreriam principalmente por meio das relações de cruzamento entre os nacionais e imigrantes recém-chegados).

Essa idéia fica bastante clara no discurso proferido por Romero, durante a solenidade de 23 de agosto de 1901, momento em que o autor é efetivado como sócio do IHGB, no qual afirma que para solucionar os problemas referentes à construção de uma identidade nacional:

Os creadores deste Instituto com o haverem intitulado- geographico, ethnografico e histórico, tiveram a clara intuição de que os problemas nacionaes, mais sérios, mais graves, mais profundos, tudo que se póde chamar o caso brasileiro na ordem social e política, tem de ser estudado e solvido á custa da integridade do solo, da autonomia da raça e de seu desenvolvimento histórico neste meio⁹⁹.

Apesar de Euclides da Cunha¹⁰⁰ também apresentar uma valorização ambígua da mestiçagem, ao contrário de Romero, o autor via no “*mestiço um desequilibrado, a apagar-se da vida e da história*”¹⁰¹, é o que afirma Naxara ao discutir por intermédio da historiografia brasileira e as representações do brasileiro, durante o período de 1870 - 1920. No entanto, Berthold Zilly, ao discorrer e discutir a obra “Os Sertões” de Cunha, afirma que apesar da ambigüidade de seu discurso, o autor afirma que “*entre as visões inovadoras de Euclides, merece destaque à valorização, pelo menos no plano poético-narrativo, da mestiçagem*”¹⁰².

A capacidade de sobrevivência do sertanejo contra as adversidades da natureza e da guerra é extraordinária e admirável. Esses mestiços têm uma cultura material, musical e poética com que simpatiza o narrador, eles criam bodes e vacas, são bons agricultores e artesãos, homens hábeis e honestos, trocam no “barracão da feira” das suas vilas os seus produtos por aqueles da Civilização, poderiam ser felizes se esta última não os perseguisse. Mais ainda, os sertanejos, em princípio, depois de três séculos de intensa

⁹⁸ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do Brasileiro*. São Paulo: Ana Blume, 1998. p. 94.

⁹⁹ FLEIUSS, Max. Actas das sessões de 1905. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXVIII, Parte II, p. 559.

¹⁰⁰ Engenheiro, jornalista, professor, ensaísta, historiador, sociólogo e poeta, nasceu em Cantagalo, RJ, em 20 de janeiro de 1866, e faleceu no Rio de Janeiro em 15 de agosto de 1909.

¹⁰¹ NAXARA, op.cit., p. 92.

¹⁰² ZILLY, Berthold. *Uma crítica precoce à "globalização" e uma epopéia da literatura universal: Os Sertões, cem anos depois*. Disponível em www.artnet.com.br/gramsci/arquiv246.htm. Acesso em 24/03/04. p. 5.

miscigenação e reclusão, estão maduros para absorver a Civilização: “Aquela raça cruzada [...] pode alcançar a vida civilizada”¹⁰³.

Zilly afirma que Euclides da Cunha, apesar de apresentar ambiguidades em seus discursos, o literato acaba reconhecendo a mestiçagem – considerada por muitos intelectuais da época, inclusive pelo próprio autor, um estorvo para o progresso civilizatório – como um processo fundamental para a formação da sociedade sertaneja e brasileira.

É principalmente na hora da morte que o sertanejo, esse condenado pela ciência racista do seu tempo, se transfigura - “transfigurar” é uma palavra favorita de Euclides - em possível agente político e fazedor de sua própria história. Ele, porém, é tragicamente sacrificado, de modo que na realidade não pode dar a sua contribuição para a construção de um moderno Estado verdadeiramente nacional, permanecendo a sua valorização mais bem no nível simbólico e estético¹⁰⁴.

Apesar de Euclides apresentar “*a nerastenia do mulato do litoral*” se contrapondo, “*à rigidez do mestiço do interior*”¹⁰⁵, o autor não deixa de ressaltar alguns aspectos “positivos” da população mestiça.

Na primeira década do século XX, após a consolidação do regime republicano, num cenário marcado pelas benesses do progresso técnico e industrial, o pensamento conservador segue novos rumos. A nacionalidade brasileira passou a ser pensada pelos efeitos e condições naturais de sua terra. Em decorrência disso, a intelectualidade conservadora buscou enquadrar, no panorama nacional, uma “*natureza prodigiosa e abençoada*” que garantisse um “*futuro promissor para além e independente dos regimes políticos e das querelas partidárias*”¹⁰⁶.

Concomitantemente a essas transformações no pensamento historiográfico brasileiro, em 1900 o Brasil comemorava *O Quarto Centenário de Descobrimento do Brasil*, o que beneficiou também a produção de novos estudos referentes às tradições e símbolos nacionais. Nesse clima de patriotismo, Afonso Celso publica sua obra com mais visibilidade *Por que me ufano do meu país?*, na qual valoriza o território nacional como fonte de riqueza do Brasil. Sócio do IHGB e da ABL, Afonso Celso aspirou, em sua obra, celebrar o IV Centenário do

¹⁰³ Id., p. 5.

¹⁰⁴ Ibid., p. 5.

¹⁰⁵ ORTIZ, op.cit, p.16.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi, op. cit., p. 191.

Descobrimos do Brasil e despertar, nas futuras gerações, o sentimento de pátria: espírito cívico e patriótico.

Durante a elaboração de sua obra, o autor teve a preocupação de enumerar as vantagens da grandeza territorial do Brasil; louvar a quantidade incalculável de suas riquezas; exaltar as belezas e as variedades de sua vegetação; elogiar a excelente multiplicidade de climas, que não causavam moléstia que fosse peculiar ou exclusiva do país; e descrever a ausência de calamidades na natureza brasileira. O sócio do IHGB ainda afirmava que apesar de o país possuir uma enorme extensão de terras, seu povo ainda formava um “*todo homogêneo bem situado*”, isto é, o Brasil estava servido por belos rios que facilitavam o deslocamento e a comunicação entre os Estados.

Somos uma grande nação. Ampla porção do mundo nos pertence. Formamos um conjunto solidário do qual nada perdemos há quatrocentos anos, apesar de poderosos governos terem tentado, por vezes repetidas, arrancar-lhe pedaços. E a essa vastidão territorial se aliam a identidade de língua, de costumes, de religião, de interesses. Nenhum antagonismo separa os grupos componentes da população. Não nutrem eles aspirações antinômicas, nem conhecem tradições hostis. Nada justifica o receio de que apareçam motivos sérios de dissensão, de modo que o imenso todo se fragmente¹⁰⁷.

Afonso Celso também defendia a tese de que para a formação do caráter do povo brasileiro haviam contribuído três tipos físicos: o índio, o negro e o português. E que do cruzamento dessas três raças procedeu ao mestiço que constituiu mais da metade da população brasileira. Ao contrário do pensamento racial do século XIX, o historiador procurou demonstrar que a fusão das raças na formação da nação brasileira não representou a condição de inferioridade, mas de distinção e vantagem.

Ao exaltar as qualidades de cada uma das raças constituintes do tipo nacional brasileiro, Afonso Celso buscou explicar os motivos que iriam conferir superioridade ao Brasil perante as outras nações. Ele localizou na hospitalidade e na virilidade dos indígenas, na coragem, laboriosidade e sentimentos afetivos dos negros, no amor ao trabalho e na caridade do português e na obstinação e resistência dos mestiços os atributos necessários para a formação do caráter nacional. Para Afonso Celso, embora o povo brasileiro fosse acusado de ser indolente e sem iniciativa na tomada de decisões, todos esses vícios poderiam ser

¹⁰⁷ CELSO, Afonso, op. cit., p. 36.

corrigidos com a educação. Nenhum desses fatores afetaria o saldo positivo de qualidades que o caráter brasileiro possuía.

Apesar de Afonso Celso ter escrito seu texto num período de transição entre o século XIX e XX, uma coisa é certa em sua obra, o sócio do IHGB não deixou de adotar uma visão romântica da historiografia do século XIX. Em sua escrita, o historiador procurou, num vínculo entre literatura-nação, discorrer sobre a nacionalidade brasileira. Buscou capturar na confluência entre o discurso histórico e literário a fundação de uma origem para o povo brasileiro e definir o seu caráter nacional.

Sustentada por parâmetros cientificistas, essa literatura buscava refletir a realidade social brasileira. A historiadora Márcia Naxara apontou que, no decorrer do século XIX, essa corrente romântico-cientificista procurou do lado “romântico” dedicar-se “*à busca das origens e mitos para a formação de uma história assentada num passado que levasse em consideração tanto o colonizador português como o selvagem ameríndio e, em plano secundário, o negro*”¹⁰⁸. E, no registro cientificista estabelecer a natureza e a conduta do povo brasileiro dentro dos “*princípios ditados pela ciência e representando-os a partir dos cânones estabelecidos*”¹⁰⁹. Sendo assim, mediante esses parâmetros, Afonso Celso viu na relação literatura-sociedade um meio didático-pedagógico de difundir a “escola de civismo” entre a sociedade brasileira¹¹⁰.

Contrário às teorias de inferioridade racial e às que acusavam o português pelo atraso brasileiro, Afonso Celso foi um monarquista ufanista que defendeu “*a excelência da raça portuguesa e do catolicismo na colonização brasileira*”¹¹¹. Sob uma perspectiva romântica, para o sócio do IHGB, as qualidades brasileiras agregadas à educação fariam com que o Brasil futuramente se aperfeiçoasse e modernizasse, tornando-se assim uma grande nação.

Segundo Dante Moreira Leite, a obra de Afonso Celso pode ser classificada como uma obra anacrônica, isto é, seu livro estaria muito mais próximo da corrente dos românticos da metade do século XIX do que a dos cientistas do início do século XX. Porém, para o autor, dois são os motivos para inclusão da obra de Afonso Celso em seus estudos: em primeiro lugar as ideias ufanistas do historiador foram contra as opiniões negativistas dos intelectuais

¹⁰⁸ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. pgs. 130-131.

¹⁰⁹ Id., p. 131.

¹¹⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Literatura como Espelho da Nação*, op. cit., p. 239.

¹¹¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi, op. cit., p.131.

brasileiros da época; em segundo, na “*década 1920-1930, o livro de Afonso Celso vai tornar-se a bête noir dos modernistas, que nele viam as ideias que desejavam combater*”¹¹².

Para os críticos da época, a obra de Afonso Celso apresentou um nacionalismo exaltado e afirmações exageradas sobre as riquezas brasileiras e esses fatores fizeram com que os intelectuais da época ridicularizassem o seu “otimismo ingênuo” e seu “excesso de patriotismo”. Contudo o autor não se deixou abalar por isso, procurou sempre combater as opiniões pessimistas a respeito do Brasil. Segundo Moreira Leite, Afonso Celso sustentou essa visão otimista de sua pátria embasado numa perspectiva limitada em sua classe social e numa região litorânea, ou seja, ignorou completamente problemas relativos às outras classes e às regiões do Brasil.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, emergiram novos discursos nacionalistas que, no dizer de Ortiz, “*procurava se desvencilhar das teorias raciais e ambientais características do início da República Velha*”¹¹³. Mesmo com essa nova conjuntura, não havia ocorrido ainda entre a intelectualidade brasileira uma grande reformulação em seu pensamento, reproduzia-se ainda o discurso social.

Contudo, emerge a obra de Manoel Bonfim¹¹⁴ que, apesar de ainda obedecer a alguns preceitos das leis biológicas, passa a se opor às combinações brasileiras que absorvem o evolucionismo –, o qual baseia suas teorias em dois parâmetros como raça e meio –, e passa a explicar o atraso das populações latino-americanas sob uma outra perspectiva, na qual afirma que o problema da nação brasileira não estaria na raça, mas sim nos seus “*males de origem*”. Bonfim apresenta a sua teoria, por meio de uma analogia entre o biológico e o social, ou seja, apresenta a tese do parasitismo social, no qual se utiliza das relações entre o parasita e o parasitário –, para explicar as relações entre o colonizador e o colonizado. A partir desta comparação, Bonfim afirma que o problema das sociedades latino-americanas é a sua situação de parasitariedade, visto que uma sociedade que vive parasitariamente das outras tende a degenerar, a involuir¹¹⁵.

Outro teórico que proporcionou ao campo intelectual um novo debate em torno da questão nacional foi Oliveira Vianna. Com uma perspectiva adversa, o intelectual buscou construir uma análise sociológica do Brasil, dedicada a resgatar os valores culturais e

¹¹² LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: uma ideologia*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira. 1976. p.195.

¹¹³ ORTIZ, op.cit, p. 22.

¹¹⁴ Segundo Naxara, a obra de Manoel Bonfim não encontrou muita repercussão no pensamento brasileiro que se lhe seguiu, embora tenha causado uma certa polêmica em sua época.

¹¹⁵ ORTIZ, op.cit.p, 24.

rediscutir o problema nacional brasileiro. Para Oliveira Vianna, a investigação científica oferecia aos métodos históricos uma variedade de instrumentos, que buscasse garantir uma reconstituição exata dos fatos. No entanto, para a ciência histórica em sua contemporaneidade, a documentação já não proporcionava elementos suficientes para “*permitir reviver uma época ou compreender a evolução particular de um dado agregado humano*”¹¹⁶. Era necessária a utilização de ciências auxiliares, como forma de preencher a escassez dos dados ou as obscuridades deixadas pelos documentos.

Para evitar alguns inconvenientes deixados pelos documentos, como a falta de dados ou mecanismos de ordem social e psicológica que não poderiam ser apreendidos pelas “*páginas mortas*” dos mesmos, Oliveira Vianna conferiu à filosofia histórica a missão de corrigir esses problemas. A filosofia traria o debate histórico à ciência da natureza e à ciência da sociedade. Essas ciências abririam “*à interpretação dos movimentos sociais do passado possibilidades admiráveis e dão à ciência histórica um rigor que ella não poderia ter, si mantivesse adscripta ao campo da pura exegese documentaria*”¹¹⁷.

Sob uma nova perspectiva, o teórico buscou na psicologia coletiva a caracterização dos tipos sociais brasileiros. Vianna inovou o pensamento historiográfico ao afirmar que foi na definição do tipo antropológico do homem brasileiro que se buscou extrair seu tipo psicológico¹¹⁸. Todavia não deixou de ser um adepto da tradição positivista e das teorias raciais do século XIX, que atribuíam ao negro e ao indígena a condição de inferioridade perante as populações brancas europeias. Para ele, o problema das raças, no Brasil, não estava correlacionado às questões políticas, mas a fatores de complexidade antropológica e racial.

Essa multiplicidade de tipos antropológicos na formação étnica do país dificultaria a fixação do tipo nacional brasileiro¹¹⁹. Primeiramente, porque a diversidade de raças existentes no Brasil não se distribuía em proporções semelhantes pelo seu território, visto que o caldeamento de um grupo étnico era preponderante mais numa região do que em outra. Em segundo lugar, a complexidade dos tipos antropológicos brasileiros era acrescida pela complexidade dos tipos psicológicos, ou seja, para o teórico:

¹¹⁶ VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. 4ª.Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. XVII

¹¹⁷ Id., p. XVIII.

¹¹⁸ BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem – Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

¹¹⁹ *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência)*, Vol I, 1922.

Cada uma das três raças formadoras tem a sua mentalidade própria; de modo que a psychê nacional resulta do conjuncto de três mentalidades inconfundíveis, extremamente diferentes na sua estructura intima. Os typos cruzados, diversísimos no ponto de vista anthropologico, são, por isso, também diversísimos no ponto de vista psychologico, - e a sua mentalidade é a mistura incoherente e heterogênea dessas três mentalidades irreductíveis: a de um selvagem, a de um bárbaro e a de um civilizado¹²⁰.

Para Oliveira Vianna, a fixação do tipo psicológico brasileiro era um problema de complexidade maior do que a determinação do seu tipo antropológico. Em suma, o teórico tinha a intenção de derrubar a tese de Varnhagen, o qual caracterizava o tipo nacional brasileiro como um bloco homogêneo e único. Reconhecia que as diferenças regionais estavam atreladas a distintos fatores sociais e históricos¹²¹.

Concomitantemente ao pensamento de historiadores brasileiros como Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna também defendeu a tese de que a nacionalidade brasileira estava fundada na diversidade de seus tipos regionais. Em sua obra, *Populações Meridionais do Brasil*, o teórico expôs os três diferentes tipos sociais constituintes da nação brasileira: o sertanejo do norte, o matuto do centro sul e o gaúcho do sul. Privilegiava os fatores de ordem natural, racial e cultural como determinantes para a caracterização dos tipos sociais brasileiros.

Quando o assunto aludia aos três diferentes tipos raciais que compunham a nacionalidade brasileira, Oliveira Vianna tomou emprestado do teórico Lapouge a categoria racial de ariano, na qual enquadrou e caracterizou “*os membros da aristocracia rural dos primeiros tempos da colonização*”¹²². O teórico conferiu à miscigenação dos povos arianos com negros e índios uma forma de civilizar e desenvolver o povo brasileiro. O Brasil progrediria graças à crescente arianização de sua população, visto que índios e negros, além de carregarem genes das raças inferiores, não haviam contribuído muito para o progresso e civilização da nação.

O IHGB também participava dessas discussões em torno de uma identidade nacional para o país. Em decorrência disso é que se percebe a importância da utilização de disciplinas como antropologia e etnologia na elaboração de uma história nacional, visto que ao pensar

¹²⁰ Id., p. 277.

¹²¹ CARVALHO, José Murilo. As duas cabeças de Oliveira. In: *Intérpretes do Brasil- Cultura e Identidade*/organizadores Gunter Axt, Fernando Luis Schüller – Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. p.166.

¹²² Id., p. 163.

nessas questões propagava-se uma “*postura dúbia*”, na medida em que a construção de uma identidade nacional implicava também “*pensar naqueles que ficariam excluídos desse processo, ou seja, negros e indígenas*”¹²³. Para Guimarães, o estudo destas disciplinas seria uma forma de se ter acesso a uma “*cultura estranha*” - a dos indígenas no território -, “*cuja inferioridade em relação à “civilização branca” poderia ser através de uma argumentação científica, como pretendiam, explicitada*”¹²⁴. O autor ainda especifica que isto seria uma forma de capacitar a literatura e a história “*recuperar a cadeia civilizadora*”, demonstrando “*argumentação sobre a vitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização*”¹²⁵.

Said, em seu livro - *Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente*, discorre sobre algumas dessas teorias do século XX em que Balfour, Cromer entre outros intelectuais afirmavam que havia os ocidentais e os orientais, isto é, “os primeiros dominam; os segundos devem ser dominados”¹²⁶. A mesma situação havia entre os países da Europa e os países da América Latina com relação à construção de uma identidade nacional para o Brasil, em que ao excluir índios e mestiços, os discursos emanados da revista do IHGB reafirmava a teoria de que o homem branco era “*representante de tudo o que há de melhor na história dessa nação*” enquanto que índios e mestiços representam uma “*raça submetida, dominados por uma raça que os conhece e sabe o que é bom para eles melhor do que eles poderiam jamais saber por si mesmos*”¹²⁷.

Estas questões se fazem presentes no discurso dirigido ao sócio do Instituto, o Monsenhor Claro Monteiro do Amaral, autor de uma *Memória sobre usos e costumes dos Guaranys, Caiuás e Botocudos*:

“Monsenhor - A vossa individualidade scientifica faz vibrar neste recinto o echo saudoso dos grandes missionarios, fundadores de nossa nacionalidade moral. Nenhuma funcção mais eminente e mais gloriosa para o vosso sacerdocio do que a de avocar ao gremio da civilisação christã as raças genuinamente brasileiras, tão mal comprehendidas e tão descuradas dos poderes publicos e dos actuaes habitantes desta terra, de que elles eram os naturaes occupantes e possuidores. Como vós, eu tambem tive a honra de ser

¹²³ SCHWARCZ, op.cit. p.111.

¹²⁴ GUIMARÃES, op.cit. p. 11.

¹²⁵ Id., p. 11.

¹²⁶ SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 45.

¹²⁷ Id.,p. 45.

admittido neste augusto recinto por um brado de protesto em pról dos nossos antepassados indígenas. - O Instituto saúda em vós, Monsenhor, o missionario do christianismo e o sacerdote da sciencia”¹²⁸.

No discurso direcionado ao sócio Amaral ressaltou-se a importância dos “*grandes missionários*”, representantes da “*raça branca portadora da civilização*” na formação moral da nacionalidade brasileira. Ficando claro que sua intenção era ressaltar a importância dos colonizadores europeus na construção da história de sua nação.

A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao tentar igualar-se com a mentalidade moderna da Europa, por meio da prática lingüística, na maioria dos artigos profere discursos que visavam principalmente estabelecer uma ordem. Para instituir essa ordem e evitar a ambiguidade, que era incapaz de adequar uma situação, esses discursos vão se utilizar de uma das principais funções da prática lingüística que era a de “*nomear*” e “*classificar*”. Esse ato de nomear e classificar vai consistir nos atos de “*incluir e excluir*”, ou seja, a maioria dos discursos proferidos pela revista vão classificar o mestiço como uma “*sub-raça admirável*”¹²⁹, que era fruto das relações entre homens brancos e mulheres indígenas, além disto, muitas vezes vão até excluir negros e indígenas do processo de formação nacional.

No discurso proferido por A. F. de Souza Pitanga, 13 de maio de 1899, durante a comemoração do quarto centenário do descobrimento do Brasil, podemos constatar a inserção de indígenas como um fator positivo na formação do povo brasileiro. Nesse discurso de Pitanga, após realizar um breve relato historiográfico em torno das questões relacionadas aos indígenas, critica autores como Southey ou Varnhagen, que realizavam discursos principalmente fundamentados nas memórias dos navegadores do período colonial e nas tradições e documentos da época. Para Pitanga, estes autores se esquecem de analisar as minúcias etnográficas, ou seja, só analisam estas questões quando elas são impelidas pela necessidade histórica. Com isto, Pitanga afirma que a sua idéia é a de dar à comemoração do centenário um caráter genuinamente americano, não significa:

Somente o preito da possibilidade brasileira ao antecedente histórico de sua organização; tem, a meu ver, um alcance altamente humanitário: o de despertar o interesse nacional por uma raça que, habitante primitiva e

¹²⁸ Actas das sessões de 1900, 16.a. Sessão Ordinaria em 12 de Outubro de 1900/ Presidência do Sr. Conselheiro d'Aquino e Castro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo LXIII, 1900. pgs. 503-504

¹²⁹ BOITEUX, Lucas Alexandre, 1880-1966. *Santa Catarina no século XVI*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950. p. 25.

dominadora natural do solo de nossa pátria, factor primordial da actual geração brasileira, soffre, há quatro séculos, o jugo de uma invasão que a colloca na condição de uma raça escravizada¹³⁰.

Por intermédio de uma abordagem etnográfica, o autor clama às populações o fim do extermínio de indígenas, que geralmente são reduzidos à prisão e à escravidão sob o “*preconceito da inferioridade ethnica das raças bárbaras*” devido a este fator “*commettem contra a civilização a barbaridade de exterminal-os em nome da civilização*”¹³¹.

¹³⁰ PITANGA, A. F. de Souza. O Selvagem perante o Direito. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 63, Parte I, 1900. p. 23.

¹³¹ Id., p. 24.

CAPÍTULO 2

A “positivação” de índios e mestiços na revista do IHGB

Após sessenta e dois anos da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma elite letrada, arrojada, em compasso com o fluxo cultural europeu e adepta aos novos símbolos de progresso e de civilização do país ostentado pela política do regime republicano procurou reformular e reconstruir uma nacionalidade para o Brasil. Almejando uma identidade que realmente estivesse imbuída de certo sentimento nacionalista, a intelectualidade brasileira passou a adotar um projeto que buscasse “redescobrir o país”¹³².

O IHGB fiel às tradições de convívio científico e almejando despertar naquela geração brasileira um sentimento nacionalista, procurou na elaboração de artigos para a sua revista e em compêndios comemorativos ao *Quarto Centenário de Descobrimto* e ao *Centenário de Independência do Brasil*, rediscutir a complexidade dos tipos antropológicos e físicos dos povos formadores da raça brasileira.

A reconstrução de uma identidade nacional para o Brasil acarretava principalmente em analisar as formas culturais híbridas articuladas e combinadas dentro da sociedade brasileira do começo do século XX. Na realidade, para se repensar essas fronteiras nacionais e redefini-las era necessário também rediscutir questões relacionadas à raça e à classe. Contudo, situar índios, negros e mestiços na reestruturação de um projeto nacional não era tarefa simples. Debater sobre o tipo brasileiro e seus elementos formadores, conseqüentemente, implicaria determinar-se os tipos morais e sociais da nação brasileira.

Os sócios do IHGB almejando reconstruir uma memória nacional que unificasse as populações em torno de novas identidades, passaram a dar um caráter positivo às populações indígenas e mestiças, como forma de incorporar os diversos grupos étnicos e sociais presentes no seio da nacionalidade.

Essa mudança no pensamento étnico-social do começo do século XX, já era perceptível no artigo *O Selvagem perante o Direito*, escrito por Antonio de Souza Pitanga em comemoração ao *Quarto Centenário do Descobrimto do Brasil*. Nesse artigo, Pitanga, ao introduzir a importância do folclorista José Vieira Couto de Magalhães nos estudos referentes aos fenômenos da vida e das relações das tribos indígenas, procurou delinear como as

¹³² HARDMAN, Francisco Foot. Antigos Modernistas. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

concepções de Couto Magalhães imprimiram à Comemoração do Quarto Centenário um caráter francamente americano. Buscou despertar, naquela geração brasileira, a atenção para com os grupos indígenas, que sofriam há quatro séculos o jugo de uma conquista que os colocavam numa condição de raça inferiorizada e escravizada. Além dos problemas referentes à escravização das populações indígenas, Pitanga tem a preocupação de demonstrar como:

(...), uma horda de aventureiros ávidos do que elles intitulam ouro vegetal, sob a pressão desvairada da *sacra fames* penetra de surpresa nas tabas praticando verdadeiras hecatombes e reduzindo os prisioneiros a verdadeira escravidão; aqui, os próprios habitantes, sob o preconceito da inferioridade ethnica das raças bárbaras, commettem contra a civilização a barbaridade de exterminal-os em nome da civilização¹³³.

Procurar na civilização dos povos indígenas e adaptá-los aos preceitos da moral, da ordem e da fé cristã, não autorizavam, em nome disso, a prática de atrocidades que dizimassem e escravizassem as populações selvagens. Para Pitanga, assimilar as tribos indígenas não acarretava na sua eliminação, mas sim consistir num fenômeno que se “*opere evolutivamente, e não pelo processo brutal do extermínio sangüinário*”¹³⁴.

Entretanto, ao mesmo tempo em que esse sócio do Instituto denuncia as atrocidades cometidas contra as populações indígenas e seus direitos sobre a terra, o mesmo afirmava que não tinha como preocupação ser um nativista ferrenho ou desconhecer o que devia o Brasil à civilização ocidental. Para o membro desse sodalício, as raças caucásicas tinham aprimorado o solo virgem de sua pátria e transfundido com o seu sangue os valores morais que lançariam os alicerces da atual nacionalidade brasileira¹³⁵.

Em seu discurso, Pitanga constrói um argumento ambíguo, isto é, do mesmo modo em que denuncia as atrocidades cometidas contra os indígenas, não deixa de desconhecer o que deve o Brasil à civilização ocidental. O quadro de sócios do IHGB basicamente se caracterizava por uma elite de intelectuais que “*escreviam histórias nacionais que valorizam os índios extintos como antepassados bravos e valorosos, desconsiderando a existência dos seus contemporâneos presentes nas comunidades indígenas*”¹³⁶. Assim, os discursos não

¹³³ PITANGA, A. F. de Souza. O Selvagem perante o Direito, op. cit., p. 24.

¹³⁴ Id., p. 30.

¹³⁵ Ibid., p. 34.

¹³⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México - séculos XVIII e XIX). In: Marta Abreu, Rachel Soihet e

abordavam as reivindicações feitas pelas populações indígenas relativas aos seus direitos sobre a terra coletiva e os direitos comunitários que estavam sendo ameaçados pelos novos Estados.

Apesar de possuir uma visão etnocêntrica sobre a nacionalidade brasileira, o magistrado Pitanga, ao aceitar a árdua tarefa de ser membro daquela instituição cultural, teve a firmeza de declarar que mesmo não possuindo a competência técnica de um cientista, buscaria com a “*firmeza de um convicto e a resolução intemerata de um juiz*”; Lutar em prol de uma raça esquecida e escravizada, “*com flagrante violação da justiça histórica*”¹³⁷. Nos primórdios da República, não somente Pitanga como outros sócios do Instituto, passaram a se preocupar com a magnitude do problema da questão indígena.

O Monsenhor Claro Amaral, com o intuito de obter o título de sócio-correspondente do IHGB, elaborou um artigo sobre a memória, usos e costumes dos índios Guaranys, Caiuás e Botocudos, com a finalidade de aumentar os estudos referentes à “*infeliz raça 400 anos perseguida*”¹³⁸. Ao descrever alguns hábitos sociais e culturais dos povos indígenas, o clérigo procurou ressaltar que, em nome da “civilização” e do “progresso”, os brancos cometeram as maiores atrocidades contra as populações indígenas. Nesses dois discursos, os sócios do Instituto ressaltaram as ideias preconceituosas que parte da intelectualidade ainda nutria em relação aos ameríndios remanescentes.

A historiadora Maria Regina C. Almeida apontou como é instigante perceber que a valorização das imagens indígenas nos discursos proferidos pela intelectualidade durante os séculos XVIII e XIX eram elaborados sob três perspectivas: os “*idealizados do passado*”, os “*bárbaros cruéis*” e os “*degradados*”¹³⁹. Enquanto os primeiros eram enaltecidos na literatura e na história nacionais, as outras duas perspectivas associavam aos indígenas imagens de selvageria e degradação como forma de inserí-los nas políticas assimilacionistas propostas pelo Estado. Essa mesma perspectiva ainda estava presente nos artigos publicados em vários números das revistas do IHGB, no começo do século XX. No mesmo ano em que Pitanga e Amaral embasaram seus discursos com semelhantes argumentos, procuraram “alertar” a intelectualidade brasileira para os problemas referentes às populações indígenas.

Rebeca Gontijo (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 192.

¹³⁷ Actas das sessões de 1900. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo LXIII, n.º 3.º e 4.º Trimestres, 1900. p. 479.

¹³⁸ AMARAL, Claro Monteiro. Memória sobre usos e costumes de Índios Guaranys, Caiuás e Botocudos. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo LXIII, Parte II. 1900.p. 263.

¹³⁹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino, op.cit., p. 200.

Naquele momento, a revista do Instituto ainda apresentava discursos que os definiam como “bárbaros” e “degradados”.

O Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, ao armazenar e coligir subsídios para a *História da Província do Paraná*, deixou claro, em sua narrativa, como seria um erro pensar que, após sessenta anos de colonização, a população de Campos Gerais fosse definida como mestiça. Para esse autor, o número de “homens realmente brancos” era muito maior nessa região do que em outras localidades, “*bem diversamente dos pobres que povoam os campos perto da Itapeva, os moradores dos Campos Geraes são geralmente altos e bem feitos, de cabellos castanhos e tez corada, e na physionomia trazem impresso o cunho da bondade e da intelligencia*”¹⁴⁰. Semelhante aos discursos raciais do século XIX, Macedo Soares buscou enfatizar a importância da “limpeza do sangue” para o aspecto físico e moral da população dos Campos Gerais.

Com relação aos primeiros contatos entre índios e brancos, o autor afirmava que os índios, em princípio, se apresentaram de forma dócil, mas que devido às exigências dos brasileiros que procuraram colonizar mais pela força do que amigavelmente, os indígenas tornaram-se “*rixosos e insolentes*”¹⁴¹. No decorrer de sua narrativa, pode-se perceber que num primeiro momento Macedo Soares ressaltava a perspectiva romanceada e idealizada da docilidade do indígena do período colonial.

Sob uma perspectiva rousseauiana, os escritores brasileiros atribuíram características positivas ao “*estado de selvageria*” das populações indígenas. Segundo Rousseau, era errôneo julgar os costumes dos selvagens conforme uma visão etnocêntrica, não se deveria fazer o selvagem “*raciocinar à nossa maneira, enquanto o próprio selvagem não lhes explica seus raciocínios*”¹⁴². Para o estudo das populações selvagens, o filósofo afirmava que se fazia necessário elevar o conhecimento além das aparências, até capturar a natureza tanto das coisas como dos seres¹⁴³. Sendo assim, o estado de natureza era um período de selvageria que correspondia:

(...) a um período em que o ser humano vivia com maior tranquilidade vivenciava de maneira mais profunda e autêntica suas qualidades naturais, particularmente a bondade ou, mais especificamente, a piedade que resultava

¹⁴⁰ SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. *Chronica do Município do Campo Largo*. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo LXIII, Parte II. 1900. p. 347.

¹⁴¹ Id., p. 351.

¹⁴² Rousseau, J.J. *Considérations sur les diverses méthodes à suivre dans l'observation des peuples sauvages*, 1800, *apud*: TODOROV, op. cit., p. 27.

¹⁴³ Id., p. 30.

da “repugnância inata em ver sofrer seu semelhante; (...) a única virtude natural que o detrator mais exaltado das virtudes humanas seria forçado a reconhecer”¹⁴⁴.

Para Rousseau, o homem que vivia em estado “selvagem”, ou seja, isoladamente num ambiente natural, que suprisse totalmente as suas necessidades de subsistência, não tinha motivos para competir e entrar em conflito entre si. O estado de natureza constituído na medida certa não tinha por que apresentar aspectos negativos que pudessem manchar sua imagem idealizada do ser humano primitivo¹⁴⁵. Ao contrário do homem em sociedade, que vivia em coletividade e regido por leis que geravam a competitividade, levando-os muitas vezes à agressividade e à violência.

Leopoldi ao considerar as ideias de Rousseau sob uma ótica antropológica, as populações indígenas estariam situadas num meio caminho entre o estado de natureza e o estado de sociedade. Ao mesmo tempo em que as sociedades indígenas não se organizavam em uma forma de governo e não eram regidas por leis, possuíam normas e lideranças que estruturavam de forma igualitária sua vida em coletividade. O professor ainda especifica que para Rousseau, as tribos indígenas estariam num segundo estágio do estado de natureza, no qual “já há formação de núcleos sociais embrionários, mas que não têm suas atividades, organização e governo regulados explicitamente por algum tipo de pacto”¹⁴⁶. Seria nessa etapa que a humanidade teria experimentado quase, em termos absolutos, a liberdade e a igualdade.

Embasados no *mito do bom selvagem* de Rousseau, escritores brasileiros como Macedo Soares, exaltavam a figura do índio e as exuberâncias naturais do Brasil. Contudo, em sua narrativa, o autor além de romancear e idealizar a imagem do indígena, também destacava simultaneamente os embates ocorridos entre as “expedições exploratórias” e as “tribos ferozes do sertão”. Enfatizando, assim, a importância da colonização e catequização das tribos indígenas do sertão, como forma de assimilá-los à nacionalidade brasileira.

Nesses três artigos publicados pelo IHGB, no ano de 1900, constata-se que uma série de valores não somente raciais e morais, como também, territoriais estavam em jogo. Nos artigos, os autores destacam os problemas de disputas territoriais entre os povos indígenas e

¹⁴⁴ ROUSSEAU, J.J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (Também chamado Segundo Discurso), p. 170, *apud*: LEOPOLDI, José Sávio. *Rousseau – estado de natureza, o “bom selvagem” e as sociedades indígenas*. Revista Alceu – v. 2-n. 4 – p.163 – jan./jun. 2002. Disponível em: http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu_n4_Leopoldi.pdf. Acesso: 11/08/08.

¹⁴⁵ Id., p.162.

¹⁴⁶ Ibid., p.166.

uma leva de imigrantes que estavam chegando ao Brasil. Não se pode esquecer que concomitantemente ao advento do regime republicano, as elites sociais passaram a aspirar “*a remodelação da cidade e a consagração do progresso como objetivo coletivo fundamental*”¹⁴⁷. Para a elite cosmopolita, o índio e o mestiço apresentavam-se como pobres, ineficientes, ignorantes e atrasados, ou seja, tornavam-se um empecilho para o progresso e a civilização da nova sociedade.

Paradoxalmente, circulava nas revistas do IHGB no começo do século XX, uma série de discursos ambíguos que eram proferidos conforme os interesses políticos, sociais e culturais de uma elite letrada. Essa dicotomia de pensamento deveu-se, principalmente, ao surgimento de ideias modernas nacionalistas que aparecem no *fin-de-siècle* no Brasil. Os temas centrais dessas questões referiam-se à *oposição campo /cidade, a indeterminação dos limites extremos das fronteiras econômicas e civilizacionais da nação, os conflitos raciais, a herança da escravidão e os efeitos da imigração estrangeira*¹⁴⁸. Outro fator que ajudou a configurar os discursos referentes às imagens e às representações da nacionalidade brasileira foram as divergências de cunho político existentes entre os sócios do IHGB.

Não se pode esquecer que a fundação do IHGB ocorreu durante o reinado de Dom Pedro II. Seu quadro de sócios era composto, em sua maioria, pela elite e alguns literatos escolhidos, que se reuniam aos domingos com o intuito de escrever uma história para o Brasil e exaltar os seus heróis nacionais¹⁴⁹. Mas, com as discussões republicanas em voga e a sua consolidação no final do século XIX, seu quadro de sócios passou a ser composto tanto por partidários monarquistas, quanto por partidários republicanos.

Os múltiplos e contraditórios discursos elaborados na revista deveram-se, principalmente, a essa divergência política; de um lado, os monarquistas que acreditavam que o Império “*representava uma espécie de ilha de ordem e tranqüilidade, cercada pela “anarquia” e pelos “furores republicanos”*”¹⁵⁰, e, do outro lado, a “*geração modernista de 1870*” que condenava a sociedade fossilizada do Império e *pregava “as grandes reformas redentoras: “a abolição”, “a república”, “a democracia”*”¹⁵¹.

¹⁴⁷ SEVCENKO, *op. cit.*, p. 42.

¹⁴⁸ HARDMAN, *op. cit.*, pgs. 292 – 293.

¹⁴⁹ SCWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

¹⁵⁰ Manoel de Araújo Porto-Alegre, “*Discurso*”. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 11, 1848, apud: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Um Olhar sobre O Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 20, 1997.

¹⁵¹ SEVCENKO, *op. cit.*, p. 97.

Para a socióloga Ângela Alonso, o ponto chave para a compreensão do movimento “intelectual” da geração 1870 estava correlacionado ao surgimento de oportunidades políticas, isto é, os membros do movimento recorriam tanto a termos doutrinários quanto a posições políticas para se estabelecerem como grupo. Segundo Alonso, o movimento não tinha um perfil homogêneo e não estava reduzido somente a uma posição social. Ele era constituído tanto por aristocratas decadentes quanto por estancieiros ascendentes, eram novos grupos sociais que haviam surgido com o advento do regime republicano.

Os reais motivos que teriam levado esse grupo socialmente heterogêneo a lutar contra as intuições políticas do Segundo Reinado e contra os valores da tradição imperial teria sido a vontade de se formar como um grupo político e intelectual. Mesmo tendo alguns membros “*privilegiados pela estrutura de distribuição de recursos estamentais e de status e/ou de posições políticas relevantes*”¹⁵², eles não deixavam de ser marginalizados pelas instituições políticas dominantes pertencentes à ala conservadora do Império. Angela Alonso afirmou que o movimento intelectual da geração de 1870 podia não partilhar de uma mesma origem social, mas constituía-se como uma “*comunidade de experiência*”. Ainda que, fossem socialmente heterogêneos:

(...) os membros do movimento viveram uma comunidade de experiência social: as instituições imperiais prejudicavam suas carreiras ou bloqueavam seu acesso às posições de proeminência no regime imperial, fosse por não pertencerem aos estamentos senhoriais, de onde se extraía a elite imperial, fosse por serem membros de suas facções politicamente subordinadas. Esta experiência compartilhada de marginalização política é a chave para entender o sentido de suas manifestações “intelectuais”: são formas coletivas de crítica às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem imperial¹⁵³.

A geração de 1870 basicamente destacou-se por ter entre seus membros em sua grande maioria republicanos, liberais democratas e abolicionistas, adeptos das correntes de pensamento nacional semelhantes às correntes de pensamento europeias, como o cientificismo, positivismo, spencerianismo, darwinismo social e o novo liberalismo. Essas categorias científicas não eram apropriadas literalmente, mas redefinidas conforme os interesses políticos do movimento. Alonso especifica que os argumentos e conceitos das

¹⁵² ALONSO, *op. cit.*, p. 101.

¹⁵³ Id., p. 43.

teorias estrangeiras “*não foram adotados aleatoriamente, sofriram um processo de triagem: havia um critério político de seleção*”¹⁵⁴. Os membros republicanos do IHGB, apesar de serem abolicionistas, também buscaram nessas teorias, subsídios necessários para definir as ações políticas mais eficazes para o seu movimento intelectual.

Essa profusão de ideias e de teorias influenciou muito a forma como os artigos eram elaborados e escritos para a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. No começo do século XX, ao mesmo tempo em que a revista trazia discursos “inovadores” que procuravam alertar a população brasileira para os problemas referentes aos povos indígenas, o periódico do Instituto continuava sua visão documentalista: que era a de reproduzir diversos documentos relacionados ao Brasil, como as narrativas de viajantes estrangeiros que aqui estiveram durante o período colonial. Construídas sob uma visão etnocêntrica, essas narrativas reforçavam a superioridade da raça “branca”, “cristã” e “civilizada”, perante os indígenas e mestiços.

No ano de 1902, a revista publicou duas cartas escritas por Fernão Cardim endereçadas ao Provincial da Companhia de Jesus em Portugal, entre os anos de 1583 a 1590, as quais foram descobertas pelo sócio Francisco Adolfo de Varnhagen. Cardim procurou narrar minuciosamente sua viagem de inspeção jesuítica realizada por diversas localidades brasileiras, utilizando-se de um discurso religioso católico. O jesuíta, no decorrer da carta, vai descrevendo a natureza, a cristianização, os costumes e os contatos estabelecidos entre os padres jesuítas com os povos indígenas, não esquecendo obviamente de se referir e associar os costumes indígenas, com o que ele considerava suas “*práticas exóticas*”¹⁵⁵.

(...) os índios Murubixada, si principiapes, deram o Eriupe ao padre que quer dizer vieste e beijando - lhe a mão, recebiam a benção: as mulheres nuas (cousa para nós mui nova) com as mãos levantadas ao Ceo, também davam seu Eriupe, dizendo em portuguez, <<louvando seja Jesus Cristo, >> assim de toda a aldeã fomos levados em procissão à igreja com danças e boa música de fruta,(...)¹⁵⁶.

Nesse trecho, percebe-se como o jesuíta estabeleceu um paralelo entre a nudez dos povos indígenas e a sua raça, como forma de justificar a inferioridade em relação ao povo

¹⁵⁴ Ibid, p. 39.

¹⁵⁵ SCWARCZ, *op. cit.*, p. 129.

¹⁵⁶ CARDIM, Fernão. Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica. Pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, (S. Paulo), etc. Desde o anno de 1583 ao de 1590. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo LXV. 1902. p. 18.

branco europeu, visto que a poligamia, a nudez e a “falta de religião” significavam um estado de selvageria e barbárie. Outro artigo que remeteu a ideias semelhantes foi o de Pereira da Costa, no qual, ao discorrer sobre superstições e credices do *folk-lore* de Pernambuco, buscou listar as influências culturais e biológicas que os africanos e os indígenas haviam deixado para seus descendentes. O sócio do IHGB afirma que “*igual influencia exerceram também os africanos pela implantação dos seus usos e costumes pátrios, de fácil assimilação pela promiscuidade em que viviam entre nós, e confundidamente mesmo na própria família*”¹⁵⁷.

Sabe-se que os enfoques adotados por esses autores são diferentes, enquanto um se preocupou em descrever a nudez das mulheres indígenas, Pereira da Costa apontou a promiscuidade africana como favorecimento para o processo de miscigenação do povo brasileiro. Contudo tanto indígenas como negros eram vistos como povos sensuais que despertavam o desejo dos colonizadores portugueses. Apesar de Cardim ver na nudez dos índios uma prova do “*estado de inocência, honestidade e modéstia*”¹⁵⁸ e Pereira da Costa ver a promiscuidade como fator para fácil assimilação dos negros ao povo brasileiro, os dois não deixavam de associar nudez e promiscuidade à barbárie.

Ainda que as revistas do IHGB, durante o regime imperial, integrassem os índios à nação brasileira como bárbaros e inferiores, não deixou de vê-los por intermédio de uma visão romântica, como um elemento de ligação, “*que dava sentido ao passado “nacional” e originalidade ao “presente”*”¹⁵⁹. Entretanto, para essa elite intelectual que freqüentava o IHGB no século XIX, a representação do indígena como expressão nacional era uma tática política utilizada pelo Império para manter a sua unidade. A integração e a assimilação das populações indígenas eram vistas como parte da nacionalidade brasileira, desde o momento em que, mesmo detentores de uma “cultura inferior”, fossem passíveis de incorporar valores da civilização ocidental.

Os vínculos existentes entre uma política imperial e a sua produção histórica embasada numa posição racional e imparcial ainda permeavam os discursos escritos e publicados nas revistas do IHGB na reconstrução de uma nacionalidade para o Brasil. A publicação dessas memórias jesuíticas transcritas de documentos que tratavam da atuação religiosa na

¹⁵⁷ COSTA, Francisco A. Pereira da. Folk-Lore Pernambuco. In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo LXX. Parte II. 1907. p. 10.

¹⁵⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados : moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p.31.

¹⁵⁹ DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *A Noção de Civilização na Visão dos Construtores do Império (A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 1838 – 1850/60)*. Niterói: UFF/Dissertação de Mestrado em História, 1989. p. 8.

catequização e civilização dos silvícolas encontrou uma forma de assimilá-los à jovem nação brasileira.

A reprodução das ideias racionalistas e imperialistas do século XIX, nas páginas das revistas do IHGB, no começo do século XX, não se limitou à transcrição de cartas de viajantes e jesuítas. O historiador e diplomata Oliveira Lima, defensor do regime monárquico, em seus artigos, afirmava que, além do sistema de catequese empregado pelos jesuítas para elevar o nível moral das populações indígenas, também poderia ser alcançado pelo processo de imigração estrangeira como havia feito D. João VI em seu governo.

Embora a historiografia do começo do século XX estivesse passando por uma reformulação de ordem teórica e metodológica, mesmo assim, a propagação e a utilização de teorias positivistas, evolucionistas e darwinistas serviam para explicar a inferioridade racial de índios e mestiços perante o branco. Oliveira Lima, em seu texto sobre a bibliografia de D. João VI no Brasil 1808-1821, afirmava que:

<<Entre muitas outras cousas excellentes tentou <<o governo de D. João VI implantar no Brazil a im<<migração estrangeira, que espíritos desannuviados <<como o de Hypolito, preconizaram, com vista em melhorar, tanto no physico como <<no moral, innoculando-lhe sangue europeu e idéas <<européas, a espécie humana que nelle habitava, e <<preparar por fim a abolição da escravatura.>>¹⁶⁰

O historiador pernambucano ressaltou o fator biológico como determinante para o melhoramento físico e moral da raça brasileira. Para esse sócio, somente “*inoculando o sangue europeu e suas ideias*”, o país civilizar-se-ia e renovar-se-ia contribuindo, dessa forma, para a evolução da nacionalidade brasileira.

Na sexta sessão ordinária, realizada no dia 28 de setembro de 1909, pelos consócios do Instituto e proferida pelo Senhor Conde de Afonso Celso, destacou-se a importância da publicação dessa conscienciosa obra sobre a vida de Dom João VI para história do Brasil. Para Afonso Celso, a exposição da obra de Oliveira Lima para a revista, representou, aos interesses do grêmio do IHGB, o alcance dos sucessos históricos e geográficos ou qualquer fato correlacionado a eles que tivessem ocorridos em solo brasileiro. A credibilidade da obra de Oliveira Lima deve-se ao prestígio que tinha no exterior, visto que representou a “*alta*

¹⁶⁰ LIMA, Oliveira. Bibliographia – D. João VI no Brasil 1808 – 1821. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo LXX. 2^a Parte, 1907. p. 286.

intelectualidade brasileira”¹⁶¹ fora do país, seja ocupando postos diplomáticos, seja integrando uma vasta rede de sociabilidade intelectual, como o círculo de Eduardo Prado e Eça de Queiroz em Paris ou as relações que mantinha com a intelectualidade portuguesa, por exemplo, com o historiador João Lúcio de Azevedo e o linguista Fidelino de Figueiredo, seja participando de instituições culturais na Europa e nos Estados Unidos, especialmente, neste último, onde passou os últimos anos de sua vida e doou a sua vasta biblioteca para a *The Catholic University of América*, em Washington.¹⁶²

Entretanto a reprodução de documentos e cartas do período colonial escritas pelos padres jesuítas não foram publicadas pela revista do IHGB visando, apenas, aos interesses políticos dos sócios monarquistas. Não se pode esquecer que uma elite europeizada republicana nutria um sentimento nacionalista associado às ideias de povo, pátria e liberdade. E, para se alcançar o progresso e a modernização do país, uma medida a ser tomada seria abolir o sistema escravista. Mesmo almejando firmar o regime republicano perante a história da nação brasileira, os sócios partidários desse sistema de governo ainda que tivessem ideias revolucionárias, não deixaram de adotar a mesma posição com relação à Companhia de Jesus. Com a transcrição desses documentos, embora os sócios procurassem condenar a escravidão africana e indígena, ainda assim consideravam esse sistema dos inacianos importante para a prática civilizadora das populações selvagens.

Na *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus*, obtida e publicada por Gonçalves Dias¹⁶³, o padre Betendorf nos fornece uma grande quantidade de informações sobre o período primitivo da vida colonial no extremo norte do Brasil. No transcurso de sua narrativa, Betendorf, além de ter a preocupação de defender a catequese como base necessária para a prática civilizadora, procurou denunciar a captura e o cativo sofridos pelos povos indígenas. Para o jesuíta, muitas das guerras travadas entre índios e brancos deveriam-se, sobretudo, ao aprisionamento e ao cativo dos indígenas. A violência e a sujeição cometidas

¹⁶¹ CELSO, Afonso. Sexta Sessão Ordinária em 28 de setembro de 1909. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo LXXII, 2ª Parte, 1909. p. 369.

¹⁶² Cf. GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

¹⁶³ Integrante da geração romântica dedicou boa parte de suas obras ao tema do indianismo, elegendo-o como símbolo da nacionalidade brasileira. Sócio do IHGB era contrário às ideias de Varnhagen, que apoiava massacres contra as populações indígenas residentes no Brasil. Juntamente a alguns membros do Instituto procurou recuperar a imagem do indígena e defender a ideia de que os mesmos eram capazes de civilização e aptos para tornar-se um povo esclarecido.

contra as populações indígenas eram tão grandes que muitos preferiam “*tomar peçonha para morrerem por mais conveniência, do que virem a ser escravos dos brancos*”¹⁶⁴.

Todavia a publicação desse texto não buscou apenas discutir o cativo e o aprisionamento das populações indígenas. Os sócios do IHGB, por meio dessa crônica, tiveram como propósito reavaliar historicamente os processos de miscigenação da população brasileira e difundir a construção de uma “*tradição histórica republicana que reconhecesse a presença engrandecedora de alguns descendentes*”¹⁶⁵ de indígenas e de mestiços na nação brasileira. Tal como aponta Caroline Dantas em sua obra “*Cultura histórica, República e o lugar dos descendentes de africanos na nação*”, com relação aos afro-descendentes.

Essas aspirações estavam presentes no texto do jesuíta, mesmo que de forma implícita. Ao mesmo tempo em que o discurso conservou uma visão etnocêntrica, ele não deixou de articular percepções novas sobre as populações indígenas. Ainda que a posição de Betendorf ressaltasse a importância das atividades doutrinárias da Companhia de Jesus pelo vasto território brasileiro, como forma de catequizá-los e civilizá-los, o mesmo não deixou de destacar a importância da lei de 1680, a qual aboliu a escravidão indígena no Brasil.

Por ser um documento sobre um período da colonização, a sua reprodução permitiu a emissão de algumas ideias racialistas do século XIX, como no momento em que o jesuíta define a mestiçagem no Maranhão como um processo de transformação que vai “*absorvendo as raças de origem, e, como producto espontâneo do fenómeno sociológico, o espírito local*”¹⁶⁶. Mas, o texto destacava a importância da provisão da lei de 1680, que proibia o cativo dos indígenas, regulamentando-os como livres.

É complicado afirmar quais teriam sido as reais pretensões da Revista do IHGB em reproduzir documentos que remetiam ao período colonial e à Companhia de Jesus, visto que não se sabe, ao certo, se os sócios dessa Instituição teriam tido alguma intenção com a publicação dos mesmos ou se esses documentos não teriam sido publicados para mero arquivamento e preservação? O que se pode afirmar em nível metodológico, sob uma perspectiva da análise do discurso, conforme definido na introdução deste trabalho, é que todo texto, artigo ou documento apresentado pela Revista do IHGB foi percebido por essa pesquisa como uma unidade de significação, ou seja, não se procurou somente apreender a estruturação

¹⁶⁴ BETENDORF, João Felipe. Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Parte I. Tomo LXXII. 1909. p. XXVII.

¹⁶⁵ DANTAS, Carolina Vianna. Cultura histórica, República e o lugar dos descendentes de africanos na nação. In: Marta Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 233.

¹⁶⁶ BETENDORF, *op. cit.*, p. XIV.

da linguagem e seu funcionamento, mas também perceber os mecanismos e as condições de produção em que foram inseridos esses textos na época.

Foi imergindo na apropriação da linguagem dos artigos, textos e documentos da Revista do IHGB como reflexo social constitutivo da historiografia brasileira do começo do século XX que se observou que a mera repetição do discurso não significou somente a transmissão de informação, como também “*feito de sentido*”¹⁶⁷. O reconhecimento da presença indígena na formação da nacionalidade brasileira pela historiografia produzida pelos membros do Instituto, num primeiro momento, pode não ter causado um corte epistemológico na escrita da história do Brasil, especialmente nos textos publicados e reproduzidos na revista. Entretanto, ao reproduzir uma lei que não contemplava todos os indígenas e ainda destinava parte deles a atender os serviços dos moradores do Maranhão e outra aos aldeamentos jesuíticos, foi um avanço para a revista, que ainda tinha uma forte visão estatista, elitista e politocêntrica.

Importante ressaltar que a historiografia do Brasil, como toda aquela que se conforma no século XIX europeu sob os auspícios da influência historicista, constrói-se sob o culto ao documento escrito e sob o rigor do método crítico que assenta o vínculo entre verdade histórica e prova documental. Daí a importância que se atribui ao paradigma varnhageniano, a partir da sua *História Geral do Brasil* (1854-1857) para a historiografia brasileira, segundo um analista:

[...] uma certa maneira de produzir a história do Brasil, quer pelo uso das fontes, quer pela concepção. Permaneceu como modelo dominante para a maioria dos trabalhos publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quer em sua revista, quer nos congressos que patrocinou, como o I Congresso de História Nacional, de 1914, e o Congresso de História da América, de 1922. O mesmo pode ser dito da produção dos institutos históricos estaduais ou da orientação que presidiu à publicação das grandes coleções documentais, como os Anais e os Documentos históricos da Biblioteca Nacional, as Publicações do Arquivo Nacional e os Documentos Interessantes para a História de São Paulo¹⁶⁸.

¹⁶⁷ ORLANDI, Eni Pucinelli, op. cit., p. 111.

¹⁶⁸ WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 203.

Outra questão que a crônica também almejou discutir foram os embates entre o Estado e a Companhia de Jesus. Para o Estado, a população de agricultores, a promulgação da lei 1680 significaram a má situação dos negócios mercantis, uma vez que os mesmos perderam mão-de-obra para suas lavouras. O problema em questão não foi somente a perda de trabalhadores, mas também a autonomia administrativa que os padres haviam conseguido em seus aldeamentos, nos quais tinham licença para doutrinar os indígenas e desobrigá-los de qualquer trabalho forçado ou escravo.

Embora o texto apresentasse as disputas entre o Estado e os Jesuítas pelo domínio das populações indígenas, os sócios do IHGB ressaltavam a importância do trabalho realizado pelos mesmos, na catequização e na doutrinação dos selvagens. Como forma de civilizá-los e adaptá-los aos preceitos de ordem e do progresso, princípios tão almejados pela sociedade cosmopolita do início do século XX.

Não se pode afirmar, ao certo, se os textos teriam sido reproduzidos com o intuito de seguir uma linha de pensamento republicana ou monarquista. Ainda que existisse a disputa política entre os regimes de governo no seio dessa instituição cultural, as intenções políticas, com a reprodução desses documentos, não foram expressas diretamente pela revista. Mesmo porque os textos podem ter sido reproduzidos apenas para catalogação e preservação dos fatos importantes da história brasileira. Porém, ao analisar-se a documentação como “efeito de sentido”, percebe-se que não somente a reprodução como também a elaboração de textos que remetem ao período colonial foi freqüente nas três primeiras décadas da publicação da Revista do IHGB.

No começo do período republicano, a historiografia escrita pela revista do Instituto foi marcada por versões que consideravam positivo o passado colonial do Brasil. Calcado na concepção de que nossas tradições foram construídas pelo sistema colonial, resultado da colonização portuguesa e da ação da Igreja Católica, acreditava-se que esse sistema foi importante para a singularização e a valorização da nacionalidade brasileira.

Para compreender a trama que envolve os sócios dessa instituição e os textos elaborados por eles, que visavam à produção de uma identidade nacional para o Brasil, buscou-se, no conceito de subjetividade, compreender como que para além da consciência, as ações e produções sociais são produtos de desejo, de suas maquinações e agenciamentos. Segundo Guattari, o conceito de subjetividade pode ser entendido como uma categoria processual modelada pelas instâncias individuais, coletivas e institucionais articuladas num *"tecido urbano, com processos maquínicos do trabalho e com a ordem social suporte dessas*

forças produtivas”¹⁶⁹. Esse modelo processual, situado em níveis de expressão heterogêneos, seria constituído não somente pelo somatório de subjetividades individuais, “*mas sim do confronto com as maneiras com que, hoje, se fabrica a subjetividade em escala planetária*”¹⁷⁰. Não sendo passível de totalização ou centralização num indivíduo específico, as subjetividades seriam essencialmente fabricadas e modeladas no registro social.

Foi pensando na subjetividade produzida como agenciamento de enunciação é que este trabalho buscou analisar como os textos produzidos pelos sócios do Instituto para revista, em relação às populações indígenas, não estavam centrados em agentes individuais ou em agentes grupais, mas num processo duplamente descentrado. Sendo assim, esse processo de singularização e descentramento dos indivíduos possibilitou a essa pesquisa perceber como a revista apresentou os mais diferentes artigos sobre o indígena como representante da nação brasileira.

A imagem do indígena, como elemento integrante da nacionalidade brasileira, ora oscilava para uma visão romântica do regime Imperial, ora para uma visão cientificista, ora para uma perspectiva de enaltecimento e reconhecimento dos feitos memoráveis realizados por algumas tribos indígenas, na defesa do território brasileiro contra as invasões estrangeiras.

No tomo especial dedicado ao *Primeiro Congresso de História Nacional*, realizado entre os dias 16 e 17 de setembro de 1914, pelo IHGB, o Desembargador Antonio de Sousa Pitanga, ao publicar um artigo sobre a tutela dos índios e sua catequese, destaca o auxílio que os indígenas deram aos portugueses para expulsar os franceses do Rio de Janeiro. Para Pitanga, a expulsão dos franceses não ocorreu de forma fácil, o que foi determinante para a defesa do território brasileiro foi a “*dedicação inquebrantável desses índios valorosos*”¹⁷¹.

O jurista afirmou que os triunfos alcançados foram obtidos graças ao “*valeroso*” cacique Araribóia e aos missionários Nóbrega e Anchieta, cuja aliança foi conquistada pela catequese. Para o desembargador foi nesse “*período áureo da catequese na vida da colônia*”¹⁷² que determinou também a promulgação da lei 20 de março de 1570 que proibia a escravidão indígena. Mas, em razão da ambição desenfreada dos colonos imposta aos novos governadores, a lei foi conseqüentemente revogada pela Metrópole.

¹⁶⁹ GUATARI, Felix; Rolnik, Suely. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. 7.ªed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 34.

¹⁷⁰ Id., p. 37.

¹⁷¹ PITANGA, Antonio F. de Sousa Pitanga. *Tutela dos índios. Sua catequese*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Especial Consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional (17-16 de setembro de 1914) Vol. III. Parte 2. Teses apresentadas a 4.ª. Seção (HST Constitucional e Administrativa) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1915. p. 500.

¹⁷² Id., p. 500.

Outro artigo que também procurou, de forma clara e concisa, destacar a luta dos indígenas pela defesa do território brasileiro foi o de José Fazenda, sob o título *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, o qual, ao dedicar um tópico exclusivamente ao indígena Araribóia, buscou também relembrar os feitos memoráveis realizados pelo índio ao defender o território de São Sebastião das invasões francesas.

Segundo o sócio daquele sodalício, a união entre os índios Temiminós e os portugueses foram determinantes para a defesa do território brasileiro. O “*brilhante feito das armas*”¹⁷³ havia sido alcançado graças ao seu “herói” Araribóia. Além de terem sido catequizados pelos missionários da Companhia de Jesus, outro fator importante para que a tribo se unisse aos portugueses pela defesa do solo brasileiro teria sido a rixa que esses indígenas tinham pelos índios da tribo Tamoios, antigos opressores de sua tribo e aliados dos franceses. Segundo Fazenda, ao citar uma das narrativas realizadas pelo ilustrado Dr. Augusto de Carvalho, em sua monografia *A Capitania de São-Thomé*, o índio Guaxará, principal cacique da região, ao ser “*seduzido com as promessas falaciosas*”¹⁷⁴ dos seus novos amigos franceses, suscitou em todos os membros de sua tribo ódio aos portugueses. A união entre os Temiminós, do grupo indígena Tupi, e os portugueses foi imprescindível para a expulsão dos franceses.

Os dois artigos foram escritos em épocas diferentes, mas têm em comum a apresentação do indígena Araribóia como um ícone que representa a participação indígena na nacionalidade brasileira de maneira heróica. A preocupação em incorporar novos “personagens” para a história brasileira tornou-se tarefa crucial na segunda metade da década de 1910, quando o país estava preste a celebrar o *Primeiro Centenário de sua Independência*. José Fazenda, em seu artigo, afirmou que o interesse pela vida do valente indígena já havia sido suscitado por Couto de Magalhães, quando este apresentou seu projeto sobre as comemorações do *4º Centenário do Descobrimento do Brasil*.

Às vésperas do *Centenário de Independência do Brasil*, o assunto foi novamente retomado pelo Desembargador Pitanga e por José Fazenda, apesar de ambos adotarem percepções diferentes em seus textos, os dois não deixam de aludir ao papel de índios e brancos como personagens ativos na defesa do território brasileiro.

Segundo análise de Marly Silva da Motta sobre a comemoração do *Centenário de Independência do Brasil*, tal efeméride despertou, na intelectualidade brasileira, um momento

¹⁷³ FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 143 Tomo 89. Rio de Janeiro. 1921. p. 18.

¹⁷⁴ Id., p. 18.

de reflexão e debate sobre o Brasil. Colocando em cena versões múltiplas “da “*história pátria*”, que suscitou interpretações diferenciadas sobre o papel das figuras históricas, obrigou, enfim a um mergulho mais profundo nas raízes nacionais”¹⁷⁵.

É evidente que as efemérides promoveram um debate sobre a história nacional, inclusive redimensionando o papel de determinadas figuras históricas, como alçando índios à condição de heróis nacionais. Todavia, desde o período imperial, o IHGB lançou mão do uso tradicional dos princípios da história *magistra vitae* que se revelou útil à política imperial e a sua história¹⁷⁶. Para a intelectualidade participante do IHGB, recorrer ao historicismo de Leopold von Ranke, não foi somente um meio de manter a imparcialidade e objetividade do historiador perante os fatos, mas também uma forma de acobertar revelações e descobertas que seriam desconfortáveis aos políticos e figuras importantes da época. Devido a isso, percebe-se a grande quantidade de textos que foram reproduzidos e escritos sobre o período colonial.

Apesar de os sócios do IHGB pregarem o uso de uma escrita da história embasada numa pesquisa documental, como forma de reproduzir os fatos como eles realmente haviam acontecido e limitá-los a uma longa cadeia de eventos do passado, os mesmos não deixaram de apresentar registros do presente.

Na análise do historiador Temístocles Cezar, foi o imperador D. Pedro II que iniciou um processo de transformação na escrita da história, ao lançar uma espécie de “*programa tucideano dentro do IHGB*”. Esse programa, calcado na concepção de história de Tucídides, afirmava que “*não há história verdadeira nem verdadeiramente interessante a não ser do presente*”¹⁷⁷. O imperador, ao incumbir os membros do Instituto de escrever uma história dos “feitos” e “gestos” gloriosos de seu governo, conseqüentemente suscitou um debate sobre a história do presente.

Do mesmo modo que o Instituto tinha o compromisso de recuperar os fatos notáveis de seu passado recente, não foi deixado escapar aos escritos de sua história os registros do tempo presente. Segundo o historiador Manoel Salgado Guimarães, é o presente que torna o passado significativo, cabendo àqueles que se debruçam sobre o passado, o vê-lo ou “*como origem ou como condição de possibilidade de um presente que se realiza não*

¹⁷⁵ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992. 129p. p. 22.

¹⁷⁶ CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História do Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: Leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 51.

¹⁷⁷ Id., p. 47.

necessariamente como o futuro de um passado”¹⁷⁸. Compete ao historiador investigar e interrogar as formas de produção do passado, com as demandas e exigências de um tempo presente, só assim um conjunto pretérito de experiências teria significado numa determinada cultura histórica.

Teriam os registros do presente influenciado os debates históricos do passado produzidos pelos intelectuais da revista do IHGB no começo do século XX? Embora os sócios do Instituto fossem adeptos da objetividade histórica e contra uma história do presente, nos textos publicados pela revista e nos tomos especiais em comemoração ao *Quarto Centenário de Descobrimento do Brasil e Primeiro Centenário Independência*, é frequente a utilização do presentismo histórico. Foi por meio dessa forma de escrita que os membros do IHGB encontraram para inserir nas nossas raízes étnicas, lingüísticas e culturais a figura de índios e mestiços no cenário cultural brasileiro e produzir mitos e heróis, dando assim sentido às efemérides comemorativas.

No artigo intitulado *Centenários do Brasil*, publicado pela Revista do IHGB em 1901, o que estava em debate era a questão entre os poderes públicos e associações particulares para deliberar qual data seria condigna para as comemorações do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, visto que a “*data sofreu uma alteração que a verdade histórica repele*”¹⁷⁹. O sócio Senhor Conselheiro Aquino e Castro, durante a sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, afirmou que:

Cumpre, de passagem, notar que sobre a verdadeira data do descobrimento do Brazil – se 22, 24, 25, 27 de abril, ou 3 de maio, segundo alguns affirmam – como sobre o lugar em que foi effectuado o primeiro desembarque de Cabral – se no actual Porto Seguro, ou na bahia de Santa Cruz, depois chamada enseada da Coroa Vermelha; e ainda sobre o acaso, plano ou deliberado propósito a que foi devido o festejado acontecimento – levantaram-se duvidas que foram larga e proficientemente discutidas na imprensa e no Instituto, entre outros, pelos illustrados Varnhagen, Beurpaire, Perdigão Malheiro, Gonçalves Dias, Machado de Oliveira e Joaquim Noberto¹⁸⁰.

¹⁷⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: Marta Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 31.

¹⁷⁹ Centenários do Brasil. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo LXIV, Parte II. 1901.p. 91.

¹⁸⁰ Id., p. 91.

Para o sócio do Instituto, as incertezas e as estranhas contradições das datas apresentadas pelos estudos históricos que tratam não somente desse fato, mas de outros, era indispensável para que todos promovessem e aperfeiçoassem o:

(...) estudo methodico, criterioso e completo da historia, a mais vasta e profunda das sciencias sociaes, por que abrange a humanidade inteira, tem por objecto a narração da vida dos povos, a analyse dos acontecimentos, suas causas e efeitos, apreciação das idéas e dos tempos, modelada pelas severas normas da justiça e tendo por fim único a verdade¹⁸¹.

Aparentemente, o discurso elaborado pelo Conselheiro Aquino e Castro nos apresenta certa preocupação com o rigor historiográfico e com a análise das fontes documentais. Contudo também se constata que o sócio do IHGB, ao clamar aos seus pares a necessidade de ocorrer uma prudente verificação quanto à data da chegada dos portugueses ao Brasil, não deixa de analisar um passado, conforme as demandas e exigências de um tempo presente. Na tentativa de obter uma data condigna aos festejos comemorativos do *Quarto Centenário de Descobrimento do Brasil*, o Conselheiro Aquino vai ao passado buscar uma memória que possibilite uma lembrança de glória à nacionalidade brasileira.

Após discorrer sobre o debate historiográfico, quanto à verdadeira data de Descobrimento do Brasil, o sócio do IHGB ainda explanou em seu texto algumas considerações feitas por Fernão Cardim sobre o Brasil colonial. Para o Conselheiro Aquino, o texto do historiador fez com que surtisse, entre os estudiosos, *um “espírito impressão dulcíssima, que nos fazia descortinar, entre as brumas do passado longínquo, o Brasil de outras eras, balbuciante na civilização, é certo, mas copioso nas suas riquezas nativas, na tenacidade de seus habitantes, na opulência de sua flora”*¹⁸².

Esse sócio do IHGB buscou, nas palavras poéticas de Fernão Cardim, a glorificação da flora e fauna brasileira aliada à tenacidade do povo brasileiro como forma de retratar tanto as riquezas naturais quanto o caráter moral de sua população. Corroborando, assim, com ícones que identificassem a nacionalidade brasileira durante as festas comemorativas do *Quarto Centenário de Descobrimento do Brasil*.

Quanto aos povos indígenas, o Conselheiro Aquino fez menção a essas populações em dois momentos diferentes, no primeiro cita-os como *“balbuciantes na civilização”*, ou seja,

¹⁸¹ Ibid., p. 92.

¹⁸² Ibid., p. 94.

dirigiu-se a eles como selvagens por não viverem dentro dos padrões civilizados das populações europeias e não terem conhecimentos do mesmo. Aspecto que foi muito visado por uma parcela da elite intelectual no começo do século XX, os quais aspiravam ao progresso e à civilização do povo brasileiro, conforme citado acima. Num segundo momento, o Conselheiro Aquino utiliza uma citação feita por Fernão Cardim com relação a Pernambuco, no qual afirmou que:

Tem passante de dois mil visinhos entre villa e termo, com muita escravaria de Guiné, que serão perto de dois mil escravos; os índios da terra são já poucos. A terra é toda muito chã: o serviço das fazendas é por terra e em carros: a fertilidade dos canaviaes não se póde contar tem 66 engenhos, que cada um é uma boa povoação; lavram-se alguns annos 200 mil arrobas de assucar, e os engenhos não podem esgotar a cana, porque em um anno se faz dever para moer, e por esta causa a não pode vencer, pelo que moe cana de três, quatro annos; e com virem cada anno quarenta navios ou mais a Pernambuco, não podem levar todo o assucar: é terra de muitas creações de vaccas, porcos, galinhas, etc¹⁸³.

Nesse trecho do texto, os indígenas são mencionados como um povo que se encontra em fase de dizimação devido à colonização europeia em terras brasileiras. De forma implícita, o texto reproduzido pelo Conselheiro Aquino nos remete aos problemas de perseguição e extermínio que foram enfrentados pelos indígenas desde o período colonial. Em outro artigo publicado pela revista do IHGB, no mesmo ano, e que trata do mesmo tema, só que de maneira mais direta e contemporânea, a realidade brasileira do começo do século XX, foi o *Selvagem perante o Direito* escrito pelo Desembargador Antônio F. de Souza Pitanga.

O sócio do Instituto elegeu os sentimentos de hostilidade entre os selvagens primitivos e os colonos para denunciar as batidas ocorridas contra os bugres no interior do Estado de Santa Catarina. Para Pitanga a selvageria dos povos indígenas não justificava a violência e as atrocidades cometidas pelos bugreiros em nome da ordem e da civilização. Caberia às autoridades por intermédio do meio científico, estabelecer um “*regime de catequese compatível com a natureza das raças*”¹⁸⁴.

¹⁸³ Ibid., pgs. 95-96.

¹⁸⁴ PITANGA, A. F. de Souza. O Selvagem perante o Direito, op. cit., p. 24.

Com base nesses dois discursos elaborados pelos sócios do Instituto em 1901, percebe-se que há uma dissonância discursiva entre as restrições metodológicas impostas pelo IHGB e os textos produzidos em Comemoração ao Quarto Centenário de Descobrimento do Brasil. Quando os textos publicados pela revista remetiam às datas comemorativas, às atas de reuniões ou às cerimônias de aniversário do IHGB, os “*registros do contemporâneo existiam, algumas vezes de maneira clara e ostensiva*”¹⁸⁵, como o discurso elaborado por Pitanga. Outra particularidade importante a ser destacada nessa relação entre presente e passado foi o surgimento de uma imagem positiva das populações indígenas como integrantes da nacionalidade brasileira.

No artigo *Notícia Histórica e Artística da Cidade de S. Vicente no Estado de São Paulo*, escrito pelo Dr. A. da Cunha, temos um exemplo da imagem do indígena associada ao do português na construção de uma identidade nacional para o Brasil. O sócio efetivo do Instituto propõe, em seu texto, em Comemoração ao Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, descrever os principais acontecimentos da fundação e colonização da “*legendária e histórica*”¹⁸⁶ cidade de São Vicente.

O argumento utilizado por Dr. Cunha, em seu trabalho, partiu da premissa de que a aliança dos portugueses aos índios goyanazes contribuiu significativamente para o rápido crescimento e povoação das terras de São Vicente. Ademais, os laços dessa união foram mais tarde efetivados pelos padres jesuítas que “*conseguiram chamar ao grêmio da civilização esses índios, que viviam barbaramente e em selvageria pelas florestas*”¹⁸⁷. Procurou-se, nas origens indígenas, evocar uma cultura genuinamente brasileira, sem deixar, é claro, de enaltecer os valores cristãos herdados pela colonização portuguesa.

É das fontes documentais que o sócio do IHGB vai recortando os artifícios necessários para explicar a importância da união entre os indígenas e portugueses pela defesa do solo brasileiro. E como os padres jesuítas foram instruindo e ensinando aos gentios os dogmas da fé cristã, numa das incursões jesuíticas ao Estado na conversão dos selvagens, Dr. Cunha afirmou que:

(...) o padre Leonardo Nunes havia aberto aulas de ler, escrever e contar e nellas reunia os orphãos, colonos, mamelucos e jovens índios, que ia buscar

¹⁸⁵ CEZAR, Temístocles, op. cit., p. 54.

¹⁸⁶ BARBOZA, A. da Cunha. *Notícia Histórica e Artística da Cidade de São Vicente, no Estado de São Paulo. In: Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo LXIV, Parte II. 1901. p. 133.

¹⁸⁷ Id., p. 135.

em suas aldeias. Baptisava-os e instruía-os nas cousas da fé, e com tanto resultado que, em pouco tempo bem adeantada se tornou a conversão nessa capitania. Nella encontrou aquele visitador doze aulas com duas classes, uma de ler, escrever e doutrina christã¹⁸⁸.

Dessa maneira, associando os benefícios da fé cristã à domesticação dos índios, conseguiram os ingredientes necessários para explicar o sucesso obtido pelos indígenas e portugueses na expulsão dos invasores franceses. Todos esses fatos foram imortalizados em São Vicente, com a construção de um monumento em Comemoração ao Quarto Centenário de Descobrimento do Brasil, no qual associa a imagem de Martim Afonso a de uma jovem índia.

A figura de Martim Affonso, destaca-se do plano direito, a qual repousa a mão sobre o hombro de uma jovem índia, que lança a vista sobre um livro de história, tendo à esquerda a esfera armilar cercada de várias plantas indígenas. Encima as duas figuras um escudo com a cruz grega no centro, com a divisa: Deus Pátria. Liberdade. Terra de Vera Cruz. Ao lado esquerdo vêm-se armas portuguezas, da epocha, e indígenas entrelaçados em alliança, tendo por cima a cruz grega, com a inscrição: No plano inferior – sub- umbra crucis armorum foedus et generium concretio facta sunt-atque ejus auspiciis brasilicus populus inter sese auctus et conjunctus fuit.¹⁸⁹.

A junção dessas duas imagens foi uma forma que encontraram para simbolizar o cruzamento das raças sob os “*auspícios da cruz*”¹⁹⁰. Para Stuart Hall, teórico engajado nos estudos pós-colonialistas, uma cultura nacional é um discurso construído conforme os sentidos de uma nação, que são influenciadas e estabelecidas tanto por suas ações quanto pelas concepções que se tem de si mesmos. É nesse sentido que seus membros se identificaram e construíram suas identidades que estão contidas “*nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas*”¹⁹¹.

Sob essa perspectiva metodológica, constata-se que a narrativa elaborada pelo sócio Dr. Cunha almejou estabelecer uma conexão entre as glórias passadas com um impulso para

¹⁸⁸ Ibid., p. 136.

¹⁸⁹ Ibid., pgs. 140-141.

¹⁹⁰ Ibid., p. 146.

¹⁹¹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*/ Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 51.

avançar em direção a um futuro próspero. A Comemoração do Quarto Centenário de Descobrimento do Brasil desencadeou, entre os intelectuais do Instituto, a necessidade de se recorrer a um “tempo perdido” para recuperar os elementos constitutivos da cultura nacional brasileira. Entretanto, comumente a esse mesmo retorno ao passado, “*oculta uma luta para mobilizar as “pessoas” para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os “outros” que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para frente*”¹⁹².

Do mesmo modo que os discursos comemorativos fizeram com que a imagem dos indígenas emergisse como heróis da nacionalidade brasileira do começo do século XX, os membros do IHGB tiveram cuidado para que as raízes nacionais não se tornassem uma ameaça. Não se pode esquecer que os discursos elaborados para a revista do Instituto, nesse período, embora tivessem sofrido algumas transformações, ainda estavam calcados no ideário cientificista de valorização dos padrões racionais e universalizantes. Em decorrência disso, discursos como o do sócio Dr. Cunha buscaram combater a persistência de costumes “bárbaros” que ainda era um “*grande obstáculo à pretensão do Brasil de chegar ao esplendor da civilização européia*”¹⁹³.

Em contrapartida, essas questões não foram empecilhos para que o grêmio do Instituto mergulhasse mais profundamente nas raízes da nacionalidade. Estudos direcionados às superstições e às credices populares do folclore brasileiro, indagando sobre suas origens e os aspectos culturais herdado por seus ancestrais, foram discutidos na revista por Pereira da Costa. O folclorista elaborou uma obra sobre o *Folk-lore de Pernambuco* e a publicou como parte integrante da revista do IHGB no ano de 1907. Em suas notas introdutórias, o autor afirmou que:

As superstições e credices populares são como se sabe, de uma tendência geral e universal, e o povo brasileiro, originário dos portugueses, recebeu delles, em grande parte as que possui, porquanto na esphera do incosciente na phrase de Max Nordau, as superstições obedecem a uma lei hereditária, que é a memória da espécie, um jugo a que não nos podemos esquivar continuando dest’ arte a persistir em cada ser particular as idéas dos antepassados, sob a manifestação de recordações frequentemente inconscientes ou obscuras, mas,

¹⁹² Id., p. 56.

¹⁹³ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro*: CPDOC, 1992. 18f. p. 6.

sempre presentes, e só tendo necessidade de impulso exterior para mostrar em plena claridade, para inundar com seus raios a vida da alma inteira¹⁹⁴.

Para Pereira da Costa, o complexo conjunto de crenças e rituais herdados pela nação brasileira de seus ancestrais hauriu dos mais afastados e remotos povos do globo terrestre. Portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, italianos, indígenas, africanos, entre outros, foram responsáveis pela influência étnica e multicultural do povo brasileiro. Contudo, o mais peculiar de seu texto é que o autor clama aos condignos intelectuais do seio do IHGB, de que não se exime da nacionalidade brasileira a influência dos usos e costumes dos índios e africanos. Semelhante herança também foi deixada por esses povos, que constituem um misto geral e complexo de *“todas essas extranhas influencias reunidamente, e consubstanciadas em um vínculo harmônico e hereditário, mas de difficilima discriminação, para precisar mesmo, fixar-se as suas origens”*¹⁹⁵.

A “civilização ariana”, trazida pela “raça conquistadora”, ao encontrar em terras americanas os selvagens com seus cultos primitivos, incutiu a eles a luz da civilização e a implantação do cristianismo. Porém, muitas de suas crenças não deixavam de desaparecer durante a conquista e colonização do Brasil e de serem similares às dos colonizadores portugueses. Para o sócio do Instituto, essa semelhança era explicada pela teoria de que os povos indígenas, incontestavelmente, haviam sido provenientes dos povos orientais e que a diferença entre suas tradições deveu-se ao seu isolamento territorial e ao apagamento de sua própria tradição oral. Ao discorrer sobre as cosmogonias ameríndias, Pereira da Costa assegurou que:

A bella constelação de Orion que, por assim dizer, fixa a linha equatorial que passa pelo nosso hemispherio, com o particular característico das três estrelas que fulguram em sua base, em linha, e equidistantemente dipostas, os Três Reis Magos, ou as Três Marias da poesia e das legendas populares era conhecida dos nossos índios, e tinha a denominação particular de Ararapary, segundo Barbosa Rodrigues, no seu Vocabulário indígena.

Tanto indígenas, quanto portugueses tinham crenças sobre a constelação de Orion, só que com nomes e significados diferentes. Enquanto que alguns grupos indígenas

¹⁹⁴ COSTA, Francisco A. Pereira da. Folk-Lore Pernambuco, op. cit., p. 7.

¹⁹⁵ Id., p. 10.

reverenciavam essa constelação na crença de que a sua influência estendia-se sobre a frutificação das árvores e a sorte na caça e pesca, para os povos europeus a constelação remetia a predados divinos. Muitas das crenças e superstições europeias não chegaram ao nosso conhecimento histórico, devido ao fato de que os cronistas quinhentistas não escreviam algo sobre o assunto.

Nas tradições populares dos povos europeus também se podem encontrar alguns vestígios dessas cosmogonias. Todas essas lendas que vinham de tempos remotos e tomaram vultos, na Europa, durante o período medieval, principalmente em torno das aventuras marítimas na procura por novas terras, não foram somente aceitas pelo “*vulgo ignorante e supersticioso, como até pelos espíritos cultos e sábios da época*”¹⁹⁶.

A teoria de que os povos indígenas da América advinham das populações orientais não foi somente elucidado por Pereira da Costa na revista do Instituto. Durante a sessão solene do dia 15 de julho de 1911, o Dr. Antônio Martins de Azevedo Pimentel, em seu discurso sobre as origens dos primeiros habitantes do Brasil, afirmou que muito dos fatos e costumes de gerações passadas foram descobertos graças aos avanços dos estudos arqueológicos. Novas descobertas, nessa área, possibilitaram ao sócio do IHGB afirmar que as mais antigas tradições do povo brasileiro referiam-se aos homens chegados do Oriente:

(...) de regiões frias e geladas através de um mar triste e nebuloso; e estas tradições ficaram gravadas tão profundamente entre os indígenas, que os mexicanos consideram os primeiros hespanhóes desembarcados em sua terra como filhos dos seus antepassados¹⁹⁷.

Para justificar sua hipótese e estabelecer os parâmetros condizentes que exprimissem as relações existentes entre a Ásia e a América, Pimentel especifica, que depois da era cristã, muitos dos rituais do culto católico eram reconhecidos pelos povos selvagens, só que praticados com alterações e outros significados. Segundo o sócio do Instituto:

(...) não praticam os indígenas a religião tal como os catholicos, pelo menos certos dogmas christãos e mesmo fórmãs de culto catholico, muito reconhecíveis apezar das alterações que soffreram, como sejam o casamento dos nossos Carajás e outros indígenas, o baptismo, a eucharistia, a

¹⁹⁶ Ibid., p. 19.

¹⁹⁷ PIMENTEL, Antônio Martins de Azevedo. Atas das sessões de 1911. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo 74, Parte II, 1911. p. 531.

comunhão no México, a confissão no Peru e o regimem monástico nestes dous piases no dizer de Desjardins¹⁹⁸.

Mas não foram somente as tradições religiosas semelhantes que embasaram a idéia de que a população do extremo Oriente havia chegado às costas ocidentais da América na mais remota antiguidade. Análises e estudos da cultura material pertencente aos antigos habitantes comprovavam que as populações ameríndias pertenciam à mesma raça que os povos europeus dos tempos de conquista.

Afinal, perguntar-se-á para que servem ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro os estudos realizados por Pereira da Costa e Pimentel sobre os povos primitivos do Brasil e suas origens? Que perspectivas buscou-se atingir com a hipótese de que os povos da América haviam sido originados das antigas tradições orientais?

Um dos pontos principais almeçados pelos sócios foi buscar, nas tradições nacionais, elementos que representassem genuinamente as raízes do povo brasileiro e o valorizassem como patrimônio cultural. Demonstrar, com essa hipótese, que povos formados por uma mesma raça não podem ter um grau tão elevado de desequilíbrio que possa torná-los tão diferentes. Pimentel escreve que os povos nômades da América podem ter tido suas necessidades reduzidas, fazendo com que o seu estado de civilização não tenha se desenvolvido como o dos povos europeus. Mas isso não significava que os povos indígenas não fossem passíveis de progresso, visto que tinham uma origem comum.

Essa discussão sobre os mitos, lendas e tradições da cultura popular brasileira, também foi pauta de discussão do Almanaque Brasileiro Garnier publicado pela Livraria Garnier, importante espaço de sociabilidade intelectual da época. Nesse ambiente, frequentado tanto por membros do IHGB como da Academia Brasileira de Letras, produziu-se um almanaque que serviu como espaço de difusão e vulgarização de um projeto político, educativo e instrutivo da população brasileira. Dirigido por sócios do Instituto, como Ramiz Galvão e João Ribeiro, o material impresso para o Almanaque Garnier era um “*corpus misto de textos, compósito, onde se combinam diferentes tradições, a erudita e a popular; onde se misturam vários temas; onde se tocam em vários tipos de assuntos*”¹⁹⁹.

Entre os anos de 1903 a 1914, integrou o almanaque uma seção dedicada aos estudos de folclore. Acreditavam que ao recuperar as tradições da língua nacional, conseguir-se-ia

¹⁹⁸ Id., p. 534.

¹⁹⁹ DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. p. 36

reconstruir seu folclore, com suas lendas e tradições. Expressando assim, as verdadeiras raízes da nacionalidade do Brasil, uma vez que *“a pitoresca linguagem, erçada de barbarismos, não foi ainda desfigurada pela macaqueação do estrangeiro”*²⁰⁰.

A discussão, em voga, entre os intelectuais brasileiros desses três espaços de sociabilidade, no começo do século XX, foi a caracterização de uma identidade popular que incluísse índios e mestiços num projeto nacional, ancorado na existência de uma unidade moral e cívica. No século XIX, os estudos realizados sobre os usos e costumes de índios e mestiços haviam sido abordados de forma etnológica e antropológica, nenhum projeto até o momento tinha se preocupado em apreender na literatura e na tradição oral as cosmogonias ameríndias. Para a historiadora Eliana de Freitas Dutra, a incorporação da cultura popular na nacionalidade brasileira pelo Almanaque Garnier reabilitou, no cenário brasileiro, as particularidades das tradições populares, sendo que os argumentos raciais passaram a ser secundários como parâmetros para análise.

Apesar de os intelectuais terem introduzido as tradições indígenas na nacionalidade brasileira, não se deve esquecer que o popular era legitimado pelo erudito, ou seja, foram os intelectuais brasileiros que conferiram dignidade e validade às tradições do povo para a historiografia brasileira. As lendas e mitos das populações indígenas eram legitimados pelo estudo do meio físico e das recíprocas influências do indivíduo e do meio, e por um esquema comparativo, em que os costumes e a organização social dos diversos grupos eram confrontados aos das sociedades “civilizadas”.

Convém salientar que a revista do IHGB e o almanaque tinham propósitos diferentes. A revista dedicou-se à narrativa da história do Brasil por intermédio de documentos oficiais e os fatos do passado selecionados passaram a ser salvaguardados pela memória nacional e o almanaque dedicou-se a instruir o povo e a divulgar notícias referentes à sua contemporaneidade. O núcleo formador de ambos os espaços de sociabilidade eram semelhantes, o que fez com que as ideias que estavam em circulação fossem compartilhadas e aderidas tanto pelo almanaque como pela revista do Instituto.

Outro sócio pertencente ao Instituto, que também se incumbiu de exaltar o caráter do povo pernambucano e escrever sobre seus instintos primitivos, foi Sebastião de Vasconcellos Galvão. Ao esboçar uma biografia sobre seu compatriota, o embaixador Dr. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, Galvão discorre sobre a incumbência honrosa que recebeu de dirigir a palavra em nome do povo pernambucano. Numa festa promovida pela *“mocidade*

²⁰⁰ Id., p. 122.

*acadêmica, que não tem preocupações de seitas e só abate os seus pendões gloriosos deante do verdadeiro merecimento”*²⁰¹.

Sobre os auspícios do IHGB, por intermédio das palavras do teórico Taine, Galvão procurou especificar que um povo sempre será o *“mesmo em toda a idade e em qualquer fase de uma civilização”*²⁰². Independente da quantidade de “instintos primitivos” que compõem a raiz de seu temperamento, todos o seguiram por toda parte. A partir dessa teoria, Galvão concluiu que o povo de Pernambuco ainda conserva seus “instintos primitivos”, visto que lhe emitiu uma hegemonia nos tempos coloniais e dos *“quaes não é o menor o de rende justiça aos que se fazem merecedores della”*²⁰³.

Para esse sócio da agremiação, os “instintos primitivos” do homem muitas vezes eram impelidos de apresentar os desprendimentos tributos de admiração ao distinto conterrâneo, porque o seu povo era um grande portador das virtudes eminentes do meio indígena. O que para a intelectualidade cientificista do século XIX denotava ser classificado como um povo bárbaro. Galvão propõe o contrário em seu discurso, afirmando com desvanecimento que tanto o cidadão que é representado no Brasil quanto o dos Estados Unidos é um “genuíno produto” das qualidades que constituem as suas tradições de honra.

Dessa forma, para Galvão, o condigno companheiro Nabuco era um símbolo de persistência nas ideias e nos sentimentos primitivos, uma lição para o futuro opulento do povo brasileiro. Após proferir palavras de louvor ao embaixador Nabuco, Galvão enxerta, em seu artigo, o discurso proferido por ele durante a Terceira Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada no Rio de Janeiro, em 1906. Nele, o embaixador descreve a emoção que estava sentindo em ter novamente a honra de discursar no mesmo teatro em que lutou pelas causas abolicionistas aos ilustres companheiros da representação pan-americana.

Influenciado pela Doutrina Monroe, na qual recusava a influência europeia no continente americano e pregava uma América unida e sem divisórias, protegida pelos Estados Unidos, Nabuco exaltava a importância da alma e do espírito para a formação de uma nacionalidade. Para o sócio do IHGB, o povo pernambucano sintetizava o verdadeiro espírito de uma nação, já que o importante não era o progresso material. O que realmente era válido para a vida de uma nação seria sua “alma” e seu “espírito”, atributos que poderiam ser atestados no espírito do povo pernambucano que é cheio de riquezas.

²⁰¹ GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. Esboço Biográfico do Embaixador Dr. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo 74, Parte II, 1911. p. 42.

²⁰² Id., p. 42.

²⁰³ Ibid., p. 42.

Joaquim Nabuco ainda complementa seu discurso, solicitando aos seus colegas pan-americanos que adotem, como exemplo de nação, o povo pernambucano. E conclama aos participantes da conferência para realizarem uma obra completa sobre o evento, concretizem e tornem “*alta a idéia de Monroe, que hade fazer da América um povo unido, um mundo americano, um mundo amigo...*”²⁰⁴. Para Galvão, o trabalho de Nabuco foi realizado em torno da estreita união das Repúblicas Americanas, sempre aspirando elevar e destacar o inigualável sentimento de generosidade que o povo brasileiro possuía. Estabelecendo, dessa forma, uma cordial ligação entre a república do Brasil e as nações latinas da América. Todavia, reproduz um alerta que Nabuco deixa explícito em seu discurso, no qual declarou que:

Há poucos dias, eu li a bordo um livro cheio de vilipêndios contra o nosso paiz e contra a nossa raça; mas por acaso se me depararam em uma folha, estas palavras: << Todavia não se pode negar que o povo brasileiro é um povo generoso.>> E eu tive pena do escriptor que não comprehendia que esse traço era o traço mais elevado da cultura social, a mais nobre característica que se póde ter de uma nacionalidade, que bastava para collocar o Brazil na mais alta esphera da civilização; porque a civilização não tem outro fim, não póde ter outro intuito senão o cultivo dos sentimentos affectivos que hão de formar a solidariedade humana²⁰⁵.

Com essas palavras, Joaquim Nabuco assegurou que ao mesmo tempo em que alguns autores tentavam desqualificar o Brasil por causa de sua raça, não deixavam de perceber a grandeza do seu território e da sua generosidade. Traços fortes que, para o embaixador, elevam o caráter brasileiro ao ápice da esfera de civilização. Segundo Nabuco, foi graças a essa “boa fé” do povo brasileiro que o projeto abolicionista efetivou-se no Brasil.

Nos anos posteriores aos festejos do *Quarto Centenário de Descobrimento do Brasil*, a temática indígena começou a assumir novos rumos nos artigos elaborados pela revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Assuntos que antes não eram sequer mencionados, como as crenças e superstições populares de índios e mestiços, passam a ser apresentados pelo periódico.

²⁰⁴ Ibid., p. 44.

²⁰⁵ Ibid., p. 46.

Um dos fatores que também contribuiu para essa mudança de perspectiva sobre índios e mestiços foram as *Comemorações do Centenário da Independência do Brasil*. Nos anos que antecederam a essa efeméride, a intelectualidade brasileira buscou refletir e debater sobre o Brasil do começo do século XX. O país havia se constituído como Estado, mas não como nação. Na análise da historiadora Marly Motta foi o ensejo das comemorações do Centenário da Independência que instigou a geração de intelectuais da década de 20 na tarefa de redescobrir o Brasil “*comprometida com a tarefa de criar a nação, forjar a identidade nacional e construir o Brasil moderno*”²⁰⁶.

Solicito às Comemorações do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fiel às tradições do programa de sua agremiação, organizou uma série de congressos, conferências e exposições que oferecessem ao público valiosos documentos dessa data magna. O processo de preparativos para a comemoração do centenário de independência iniciou-se em 1915, durante a realização da sessão solene do dia 28 de agosto. Nessa sessão, Roquette-Pinto e Max Fleuiss propuseram aos membros do sodalício a elaboração e a publicação do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, o qual foi aprovado sem restrições pelos sócios. O objetivo do dicionário era obter dados “seguros” e “autênticos” sobre a geografia, etnologia e história do Brasil. Para iniciar esse magnífico trabalho e exercê-lo, o senhor Conde de Afonso Celso convocou um conjunto de sócios²⁰⁷ que foram responsáveis pela coleta de dados, análise e publicação.

O dicionário confeccionado em Comemoração ao Primeiro Centenário de Independência do Brasil também realizou uma reflexão sobre o tipo brasileiro e seus elementos formadores. Um dos artigos publicados para o dicionário, escrito por Oliveira Vianna, defendia a tese de que diferentemente dos povos europeus e americanos, o problema do povo brasileiro não era de ordem política, econômica ou social, uma vez que não existia no mundo país em que coexistisse em “*tamanho harmonia e sob tão profundo espírito de igualdade, os representantes de raças tão distinctas*”²⁰⁸. Entretanto, quando o assunto se

²⁰⁶ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro, op.cit., p. 18.

²⁰⁷ Foram responsáveis pelo dicionário os sócios: Augusto Tavares de Lyra, Desembargador Ferreira de Sousa Pitanga, Max Fleuiss, Edgar Roquette-Pinto, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Aurelino de Araújo Leal, Antonio Olyntho dos Santos Pires, Laudelino Freire, Ernesto da Cunha de Araújo Vianna, Gastão Ruch Sturzenecker, Basílio de Magalhães, José Candido Guillobel, Antonio Coutinho Gomes Pereira, José Bernardino Bormann, Rodolfo Garcia e Fernando Nery. No decorrer dos trabalhos faleceram os sócios: Sousa Pitanga, Bormann e Araújo Vianna; que foram substituídos por Henrique Morize, Clovis Bevilaqua, Afrânio Peixoto, Solidonio Leite, Ageor de Roure, Eurico de Góes, Clemente Brandenburger, general José Maria Moreira Guimarães e Carlos Silveira Carneiro.

²⁰⁸ *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, op. cit., p. 277.

referia ao problema étnico, a questão revelava-se de forma complexa e desconcertante, visto que a percepção cientificista predominava.

Para Oliveira Vianna, o povo brasileiro havia emanado de três raças distintas: a branca, a indígena e a negra. Ao contrário da Europa, o Brasil não teve uma formação do tipo ariano, em que por mais que as raças fossem constituídas por diversos grupos somatológicos sua classificação era a mesma. Havia caldeado no Brasil três raças diferentes, na qual Vianna considerou duas como “exóticas”. O exotismo dessas raças não foi explicado somente por termos cientificistas, mas também por determinismos climáticos e geográficos. Balizado nesses pressupostos, o sócio do IHGB assegurou que estas raças:

(...) a indígena e as duas ádvenas, não se mantêm isoladas e infusíveis, como na America do Norte, a negra e a saxônia; ao contrário, mesclam-se largamente duas a duas, três a três recruzam-se até ao infinito. Dahi a extrema multiplicidade dos typos anthropologicos emergentes desse largo e intenso caldeamento. Essa multiplicidade de typos anthropologicos, oriundos da mestiçagem de raças tão diversas, torna, por seu turno, extremamente árdua a fixação do nosso typo nacional²⁰⁹.

O tipo nacional fixado pelo grande caldeamento dessas três raças, segundo Vianna, não se disseminou igualmente pelas terras brasileiras. Essa disparidade de tipos étnicos concentrou-se mais em algumas regiões do que em outras, acarretando conseqüentemente na formação de tipos regionais. Em alguns pontos do Brasil, uma determinada característica antropológica era mais preponderante do que em outra localidade. Além da complexidade dos aspectos antropológicos, Vianna acrescenta a complexidade dos tipos psicológicos. Para o sócio do IHGB, cada uma das três raças integrantes da nacionalidade brasileira tinha sua própria mentalidade; de modo que “*a psychê nacional resulta do conjunto de três mentalidades inconfundíveis, extremamente diferentes na sua estructura intima*”²¹⁰. A mistura dos tipos psicológicos de um selvagem, um bárbaro e um civilizado resultaram num emaranhado complexo e contraditório de mentalidades. Apresentando-se como um problema mais difícil de compreensão, do que a fixação dos tipos antropológicos.

²⁰⁹ Id., p. 277.

²¹⁰ Ibid., p.277.

Intrínsecas a essas questões, Vianna, no dicionário, também analisou os problemas sociais advindos dessa multiplicidade mental e antropológica dos tipos étnicos, levantando assim;

(...) a grande questão do eugenismo das diversas raças, que entram na formação do nosso povo: a da maior ou menor potencialidade ascensional dos seus elementos inferiores: a do valor da contribuição que cada uma dessas raças tem trazido à nossa civilização e à nossa história, etc²¹¹.

Dentro desse panorama, convém ressaltar que as datas comemorativas, as festividades do Quarto Centenário de Descobrimento do Brasil e Primeiro Centenário de Independência do Brasil e a revista do IHGB colocaram em cena as mais variadas versões e reflexões sobre a “história da pátria”. Ao mesmo tempo, propiciou aos intelectuais, que integravam essa agremiação, que formulassem diferentes interpretações e teorias sobre os indígenas e os mestiços como partícipes da nacionalidade brasileira. Algumas teorias seguiram o pensamento historiográfico do século XIX e outras remetiam a novas reflexões e debates sobre a construção de uma nacionalidade para o Brasil.

No auge da construção da nação e do abasileiramento da República, uma nova forma de análise histórica emergiu e fez com que no meio intelectual, os índios e os mestiços fossem alçados à condição de “heróis” e passassem a figurar como personagens da história do Brasil.

²¹¹ Ibid., p.277.

CAPÍTULO 3

Raça, Sexualidade e Gênero nas Revistas do IHGB.

<< Consta esta colonia de tresentos a quatrocentos Portuguezes mestiços, na maioria casados com mulheres indigenas convertidas ao catholicismo, e governados por frades e padres, donos de tudo o que de melhor há na terra, porquanto possuem grande numero de escravos e de índios tributários, aos quaes obrigam ao pagamento annual de certa quantidade de prata. Esta prata provém das minas das montanhas situadas entre Santos e S. Paulo>>²¹².

À primeira vista, esse artigo escrito e publicado pelo sócio correspondente Alfredo de Carvalho do IHGB, parece nos apresentar apenas a história de um aventureiro e viajante espanhol chamado Francisco Correal, que percorreu algumas das cidades do Brasil durante o século XVII. Ao percorrer algumas dessas localidades, o viajante espanhol foi descrevendo longamente os selvagens do Brasil, enumerando diversas tribos e discorrendo sobre seus costumes, modos de guerrear e plantar.

Percebe-se como o sócio Carvalho utilizou-se de um discurso racial evolucionista, como forma de integrar e assimilar as populações indígenas ao modelo de “ordem” e “progresso”, na elaboração de uma identidade nacional para o país. Porém, ao mesmo tempo em que o sócio do Instituto explicava pelo aspecto biológico os processos de formação e mistura das raças, ao discorrer sobre “*Um Globe-Trotter do século XVII*”, também especificava que foi por meio dos casamentos de “mulheres indígenas” e “portugueses mestiços” convertidos ao catolicismo que se ocupou e colonizou o território brasileiro. Em outra passagem, em que Carvalho reproduz os relatos do viajante espanhol Correal, o qual atribui o estado de selvageria do Brasil à população mestiça, o sócio do IHGB comenta que naquela comunidade que originalmente foi composta por uma “casta de gente sem fé e nem lei”, também integravam-se os “*mestiços caribocos*” que eram filhos de índias com negros.

O artigo foi publicado pela Revista do IGHB no ano de 1909, período em que o pensamento étnico-brasileiro, além de abordar as ciências naturais, também procurou analisar os aspectos sócio-culturais, conforme vimos nos capítulos anteriores. Os discursos políticos simbólicos, além de utilizarem o aspecto racial, simultaneamente procuraram também, no

²¹² CARVALHO, Alfredo. Um Globe-Trotter do século XVII. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileira*. Tomo LXXII, 2º Parte, 1909, p. 14.

fator sexual, mecanismos estratégicos para justificar a sujeição racial de índios, negros e mestiços, perante a superioridade da “raça branca européia”. Esse capítulo procura debater esta interface entre gênero, sexualidade e raça, na construção do discurso do IHGB, nesse período, mostrando como esses aspectos formaram um conjunto nas explicações sobre a formação do povo brasileiro, especialmente quando se tratava da história colonial.

A partir dos dados coletados por essa pesquisa, pode-se perceber que as questões de raça e sexualidade não foram introduzidas apenas na década de 20 e 30 por estudos sociológicos desenvolvidos por Paulo Prado e Gilberto Freyre. Muitos dos pressupostos teóricos que constituíram o pensamento desses intelectuais, mesmo que de forma implícita, já apareciam nos discursos científicos e morais proferidos pela intelectualidade dos séculos XIX e do século XX.

Grande parte dos textos escritos e reproduzidos pela revista do IHGB, analisados nesse trabalho, que perpassavam por questões de raça e gênero estavam ancorados na literatura de viagem. Navegantes estrangeiros que, ao aportarem em terras brasileiras, registraram, por meio da escrita, seu testemunho sobre a diversidade étnica e cultural de um povo formado por três raças distintas: a branca, a negra e a indígena. Todavia, compreender os vínculos estabelecidos entre os sócios da agremiação do Instituto e a utilização da literatura de viagem, como fonte primária para seus trabalhos, não requer somente estudar a validade do relato dos viajantes para a historiografia brasileira, mas também analisar como esses registros circulavam pelas instituições brasileiras no começo do século XX.

Para Wilma Peres Costa, a ligação entre os viajantes europeus e o escrever da nação brasileira no século XIX, foi uma tática utilizada por intelectuais brasileiros para “*esculpir um sentido de identidade nacional que sobrepujasse tanto as forças centrífugas das identidades regionais díspares quanto as oriundas da profunda heterogeneidade social e racial*”²¹³. Buscando espelhar-se na nacionalidade europeia, a intelectualidade brasileira invocou mitos e tradições num passado remoto colonial, ignorando a diversidade étnico-cultural de seu povo. Para constituírem-se como “nação civilizada”, os países do novo mundo, incumbiram aos “viajantes acadêmicos” a importante tarefa de construir sua imagem internacional.

A literatura de viagem funcionou como “*um “espelho de dupla face” no jogo de identidade-alteridade entre nações dos dois mundos*”²¹⁴, em que as representações

²¹³ COSTA, Wilma Peres Costa. Viajantes europeus e o escrever da nação brasileira. In: Marco A. Pamplona e Don H. Doyle (Orgs.): tradução de Waldéa Barcellos. *Nacionalismo no Novo Mundo*. – Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 300.

²¹⁴ Id., p. 301.

construídas sobre a nacionalidade brasileira, no século XIX, foram julgadas conforme os padrões europeus e como as elites brasileiras se enxergavam. A partir da perspectiva de um viajante estrangeiro, os intelectuais brasileiros achavam que conseguiriam trazer a civilização a um mundo primitivo e selvagem.

Quanto à circulação e à disponibilidade dos relatos de viajantes como fonte primária para a elaboração e reprodução de textos para a revista do IHGB, isto deveu-se, em parte, à constante comunicação de correspondentes europeus com instituições brasileiras. O vínculo entre esses canais de sociabilidade foi importantíssimo para a divulgação do fluxo de ideias estrangeiras no Brasil. Filtradas, selecionadas e criticadas essas fontes ainda foram amplamente utilizadas pelos sócios do IHGB no começo do século XX, quando o assunto se referia à compreensão das questões etnoculturais da nação brasileira²¹⁵.

No artigo “Quadros Alternados”, o sócio Vicente de Souza Queirós, ao traduzir para a revista os escritos de Eduardo Theodoro Bosche, trouxe a narrativa de um soldado alemão engajado no exército brasileiro em 1824. Numa mistura de sensações de “paixão” e “desgosto”, Bosche descreve os sucessos obtidos pelo Brasil e alerta para as injustiças que são cometidas contra o caráter brasileiro. Em nota para a revista, a direção do Instituto afirma que a história não se compõe de “panegíricos”, porém o depoimento, ainda mesmo que seja “apaixonado”, não deixa de ter sua importância para o exame e conhecimento histórico sobre a capital do Império em sua época de agitações.

Num panorama geral sobre a vida e os costumes dos habitantes brasileiros no Rio Janeiro do começo do século XIX, o soldado alemão vai discorrendo sobre a formação do caráter étnico e moral do povo brasileiro. Consubienciado não apenas por questões de raça, o relato do soldado alemão ganhou visibilidade para esse trabalho ao estender sua narrativa também para questões de sexualidade entre as diferentes etnias que compunham a nacionalidade brasileira.

Para a historiadora Miriam Moreira Leite, utilizar a literatura de viagem como fonte primária para analisar a “*condição da mulher, seus relacionamentos, seu preparo, suas atividades e sua participação social*”²¹⁶ requer uma série de cuidados. Grande parte dos relatos realizados pelos viajantes estrangeiros, em terras brasileiras, não tiveram como preocupação principal registrar a condição feminina no país. Seus interesses estavam mais centrados em descrever em linhas gerais a vida cotidiana da nação brasileira. Ainda que as

²¹⁵ Ibid., p. 304.

²¹⁶ LEITE, Miriam Moreira. A condição feminina no Rio de Janeiro. Século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993. p. 18.

aspirações com suas narrativas fossem outras, o viajante não deixou de ter um olhar mais aguçado sobre a sociedade brasileira e perceber como o “*espaço ocupado habitualmente pela mulher, no século XIX, em seus diferentes papéis na vida cotidiana, apagava-se para os habitantes, enquanto despertava o interesse do visitante*”²¹⁷.

Imbuídos de uma visão etnocêntrica, os reparos feitos com relação à raça e à sexualidade do povo brasileiro estavam ligadas ao seu exotismo e à peculiaridade das relações estabelecidas entre as senhoras e as escravas. Esse choque de duas culturas díspares, as quais a historiadora Mary Louise Pratt denomina como “zonas de contacto”, foram essenciais para a percepção do viajante estrangeiro sobre a sociedade brasileira. Por mais que os sujeitos estivessem separados geograficamente e historicamente, suas trajetórias acabaram se cruzando e fazendo com que os sujeitos fossem “*constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros*”²¹⁸. A interação dessas relações assimétricas de poder entre os colonizadores e os colonizados não escaparam à perspicácia e aos reparos dos autores estrangeiros.

Já as camadas populares livres de qualquer etnia escapavam aos reparos dos viajantes ou eram englobadas de modo genérico em seus textos. O que fosse diferente da cultura europeia é que ganhava visibilidade nas narrativas do viajante estrangeiro. Isso pode ser constatado na narrativa do soldado alemão Bosche.

Ao realizar um quadro comparativo entre o exército alemão e o exército brasileiro, Bosche afirma que o serviço da guarnição era o mais penoso do exército brasileiro. Enquanto os soldados montavam guarda e patrulhavam pelo quartel, os comandantes passavam grande parte do seu tempo com as amantes. Nesse estudo comparativo, em pequenas proporções, o viajante alemão vai discorrendo sobre as relações sexuais dos soldados brasileiros e alemães com as mulheres brasileiras. O soldado alemão ainda relata que esses relacionamentos faziam com que os comandantes se tornassem displicentes com seu trabalho, acarretando todas as formas de desordem.

As bacchanaes selvagens, a que se entregavam, exacerbavam-lhes o animo, transformando-os em verdadeiros dementes. E’ desnecessário mencionar que a morte representava o papel de primeiro violino nestas orgias, não se demorando em dar os toques finais. Outros tinham sorte ainda pior. Devido

²¹⁷ Id., p. 19.

²¹⁸ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*/ Mary Louise Pratt; tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierrez; revisão técnica Maria Helena Machado, Carlos Valero. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 32.

aestes excessos contínuos perdiam o fraco bestunto, que a natureza madraστα lhes concedera.²¹⁹

Bosche não deixa explícito em seu relato qual a origem étnica das mulheres com que os comandantes se relacionavam, mas assegura que tanto o “homem civilizado” como o “bestunto”, na vida selvagem, ao cederem às bacanais tornava-se pior que os mais incultos dos bárbaros. A sexualidade e a origem étnica da nação brasileira eram vistas pelo soldado alemão como uniões de pura animalidade, em que os soldados alemães, por mais civilizados que fossem, acabavam cedendo a todas as tentações e vícios das “mulheres brasileiras”.

Porém essas questões ganharam uma acepção maior por parte do viajante no capítulo “Rio de Janeiro”, no qual, ao descrever os traços característicos da cidade, procurou entender a diferença de seus habitantes, que tinham origem em “*homens de todos os matizes, desde o branco do Norte da Europa até o filho da África cor de carvão*”²²⁰. Para Bosche, era difícil definir o perfil de um povo que habitava um país tão extenso, com climas, localidades e origens étnicas tão diversas quanto o Brasil. Entre ocupações e modos de vida tão diferentes, o soldado alemão procurou enumerar, de um modo geral, as qualidades e os defeitos do povo brasileiro. Quanto aos defeitos, o viajante assinala:

(...) a sensualidade, a dissimulação, o espírito vingativo, filho habitual da covardia. E’ extremamente indolente, balda que tem conjuntamente com a maior parte dos habitantes dos paizes quente. Possui ainda a mais perniciosa das paixões, a do jogo, que o leva à prática dos maiores excessos.²²¹

No que se referia à extravagância e ao excesso de atos imorais cometidos não somente pelos simples homens brasileiros como também por padres, que viviam em estado de concubinato com índias, mulatas e mestiças, Bosche percebia essa sexualidade exacerbada como algo negativo. Essas “perniciosas paixões” que levavam os homens ao descontrole eram atribuídas ao clima e à origem racial de alguns habitantes das terras brasileiras. Mas, quais seriam essas raças às quais o viajante estaria se referindo? Após uma série de colocações sobre as condições de vida do local visitado, teria Bosche salientado mais especificamente sobre a sexualidade e os costumes das mulheres brasileiras no século XIX?

²¹⁹ QUEIRÓS, Vicente de Souza. Quadros Alternados: de viagens terrestres e marítimas, aventuras, acontecimentos políticos, descrição de usos e costumes de povos durante uma viagem ao Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 83, 1918. p. 171.

²²⁰ Id., p. 221.

²²¹ Ibid., p. 224.

Ella Shohat, em seus estudos pós-coloniais, afirma que os discursos do século XIX, ancorados no determinismo biológico, sustentavam a ideia de que as diferenças “*sócioeconômicas entre raças, classes e sexos era um epifenômeno da biologia*”²²². O social seria um fenômeno secundário associado ao biológico, que não exerceria qualquer influência sobre a nacionalidade de um povo. Sendo assim, os discursos cientificistas do século XIX percebiam a mistura de raças como a degradação da raça branca e europeia. Shohat ainda especifica que o “mestiço” tornou-se a personificação da dialética do império e da emancipação. Para a cultura europeia do século XIX, era o sangue e a genética que determinavam a construção de uma nação. Por meio delas é que se iria “*policinando as fronteiras da identidade contra a fluidez anárquica dos intercâmbios raciais e sexuais*”²²³.

No relato realizado por Bosche e reproduzido pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, também se constata que o racial, sexual e o social eram um epifenômeno da biologia. Quando o viajante alemão começa a descrever as mulheres brasileiras, ele as descreve de maneira desigual, apresentando a cor da pele como fator de diferenciação. A perspectiva do autor estrangeiro nos propõe uma nova visão sobre as questões hierárquicas da sociedade brasileira. Segundo Bosche, as mulheres fluminenses “brancas” são apresentadas como um belo sexo de tipos encantadores, que constituíam um:

(...) espetáculo verdadeiramente imponente presenciar a ida de uma bonita Brasileira, com seu vestido theatral porém de muito bom gosto, á igreja nos dias de festa, acompanhada por vinte escravas ás vezes, uma mais ricamente trajada que a outra, rivalizando em luxo e magnificencia com a própria senhora. O seu andar é vagaroso, magestoso, parecendo seus pesinhos mimosos apenas tocar no solo. A sua attitude é cheia de graça, e nos seus olhos pretos lê-se a certeza do poder dos próprios encantos, recebendo como um justo tributo as homenagens que lhe são apresentadas por todos.²²⁴

As damas da alta sociedade foram representadas de forma romanceada, ou seja, são descritas como românticas, delicadas e apaixonadas. Recatadas, essas mulheres, somente em missas ou em festas religiosas é que se permitiam certa aproximação das figuras masculinas, foi nesses lugares que se teceram as intrigas amorosas. Quanto às mulatas, Bosche afirma que:

²²² SHOHAT, Ella. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, 23, julho-dezembro de 2004. p.24.

²²³ Id., p. 24.

²²⁴ QUEIRÓS, Vicente de Souza, op. cit., p. 225.

É preciso não julgar aliás que as deusas da beleza e as graças tenham distribuído os seu encantos e atractivos sem discriminação entre a parte feminina da população; encontram-se aqui também physionomias repellentes, á vista das quaes todos os sentimentos ternos fogem espavoridos para os recantos mais afastados do coração. A população amarella (as mulatas) é a mais selvagem, e não há crime bastante repellente, para o qual não esteja prompta a alugar o braço por preços baratos²²⁵.

Enquanto o autor estrangeiro descreve as mulheres brancas como delicadas e doces, a representação das mulatas é de seres apaixonados e ardentes, que desconhecendo os limites da lei e da moral, cometem extravagâncias e excessos. Os relatos atribuem à sensualidade dessas mulatas a “atração” de muitos soldados alemães. Segundo o alemão, muitos dos soldados tinham amásias pretas, às quais eram fieis em regra, sendo que muitas se orgulhavam junto as amigas pelo “*fato de possuírem amante branco*”²²⁶. Quanto à parte das populações mestiças, indígenas e caboclas, o viajante explica que não tem espaço suficiente em seu relato para tratar delas, ou seja, não percebe relevância alguma em relatar os seus costumes e modo de vida.

Ainda que o relato do viajante Bosche não tivesse dado saliência ao modo de vida e aos costumes das mulheres indígenas e mestiças, isso não aconteceu com o artigo “*A Arte Holandesa no Brasil*”. No mesmo ano em que foi publicado e reproduzido o relato do viajante alemão, a agremiação do Instituto também transcreveu para as páginas da revista uma conferência realizada na Escola Nacional de Bellas Artes no dia 20 de setembro de 1916. Organizada pelo sócio Dr. Pedro Souto, a conferência teve como intuito analisar as obras de Albert Eckhout e Frans Post que, em comitiva com o príncipe Maurício de Nassau, registrou por meio da pintura as paisagens e os costumes do povo brasileiro.

Com intuito de representar o novo mundo por intermédio de imagens para Europa, o sócio do do Instituto afirma que o artista Franz Post sempre buscou interpretar na tela a natureza humana. Em tamanho natural, o pintor foi retratando os habitantes do país, os quadrúpedes, os pássaros, os peixes, frutas e plantas, tudo que fosse pertencente ao cenário brasileiro. O mesmo trabalho também foi realizado pelo pintor Albert Eckhout que, em tamanho natural, também realizou retratos dos indígenas brasileiros do século XVII. Segundo

²²⁵ Id., p. 226.

²²⁶ Ibid., p. 229.

o artigo do alemão Paul Ehrenreich, traduzido por Oliveira Lima, foram “*porventura os mais antigos retratos conhecidos de selvagens, feitos por mão de artista*”²²⁷.

A revista do IHGB adotou a imagem pictórica do viajante holandês como fonte primária para a publicação do seu artigo. Sob uma perspectiva histórica baseada no “testemunho visual”, procurou realizar uma etnografia e um mapeamento humano do povo brasileiro. Por meio da produção de imagens sobre a fauna e flora do Brasil, buscou tornar visível aos olhos europeus as coisas que estavam distantes de sua realidade. Para a autora Svetlana Alpers, a pintura holandesa estava calcada num tipo de história descritiva, na qual procurou, na superfície da tela, coligar uma série de informações sobre o Brasil²²⁸.

A iconografia sobre o povo brasileiro ganhou principalmente contornos e esteriótipos europeus, nos quais muitas vezes entrava em descompasso com o conhecimento empírico. Antropofagia, nudez e paganismo foram as principais alegorias utilizadas pelos viajantes estrangeiros para compor o perfil do homem bárbaro. Segundo o historiador Raminelli, as representações pictóricas do índio serviram para ressaltar “*os aspectos do barbarismo e reafirmarem o esteriótipo, servindo aos colonizadores como princípio moral para intervenção na América*”²²⁹. Foi a forma que os europeus encontraram para legitimar o ameríndio como um ser inferior e necessitado dos “*préstimos do homem branco*”²³⁰.

O que chama a atenção, nesses trabalhos artísticos, foi a forma como os viajantes estrangeiros representaram, por meio de imagens, as mulheres indígenas. Embora o meio de transmissão de conhecimento sobre o novo mundo não fosse realizado pela escrita, as imagens não deixavam de ter a expressão artística de um olhar etnocêntrico.

Na tela intitulada “*Mulher Tapuia*”, o pintor retratou a imagem de uma índia carregando, nas costas, um cesto com um pé humano e uma mão humana decepada, invocando a antropofagia, criando desta uma imagem totalmente destoante dos costumes indígenas. Para o historiador Ronald Raminelli, a imagem da mulher indígena associada ao canibalismo foi construída não somente por viajantes e cronistas europeus, como também por imagens pictóricas produzidas nos séculos XVI e XVII. Destoando da primazia masculina no

²²⁷ MAIOR, Pedro Souto. A Arte Holandesa no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 83, 1918. p. 126.

²²⁸ ALPERS, Svetlana. *A Arte de Descrever: A Arte Holandesa no Século XVII*/ Svetlana Alpers; tradução Antonio de Pádua Danesi. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

²²⁹ RAMINELLI, RONALD. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 79.

²³⁰ Id., p. 79.

comando de guerras e da vingança, a literatura de viagem destacou as mulheres indígenas como incentivadoras e condutoras dos “*homens à guerra e ao massacre de seus inimigos*”²³¹.

A participação das mulheres indígenas nos rituais de canibalismo não era levar a cabo a morte do inimigo, muito pelo contrário, cabia à esfera masculina a realização desses procedimentos. A presença feminina, durante a realização desses rituais, era secundária, mas a iconografia europeia sempre buscou “*valorizar em demasia sua participação nos rituais de canibalismo*”²³². Sem desconsiderar o prestígio das mulheres nos cerimoniais, Raminelli explica que sua glorificação atribui-se à misoginia²³³ que imperava na Europa durante os séculos XVI e XVII. Retratadas pela fragilidade moral de seu sexo e por serem filhas do pecado cometido por Eva, os viajantes europeus percebiam nas índias a reunião dos piores predicados. Para muitos destes viajantes, segundo Raminelli, foram elas que trouxeram a marca do pecado e o desvio de condutas.

Para a pesquisadora Carla Mary, no quadro, não se percebe a presença de traços sutis e sensuais, pelo contrário, a pintura é “*permeada de ícones que nos remetem ao selvagem e ao incivilizado*”²³⁴. A representação da mulher indígena, captada pelo olhar do viajante estrangeiro, buscou registrar elementos da paisagem brasileira e o exotismo de sua população nativa. Numa mistura de cores, Eckhout procurou realçar, em seu quadro, todos os elementos que causavam estranheza aos padrões civilizatórios europeus. A nudez, a luxúria e o canibalismo apresentados pelo pintor em sua obra causavam espanto para sociedade moderna europeia daquela época, a qual calcada nos cânones da moralidade e religiosidade, enxergava na nudez o alastramento do pecado e da barbárie.

²³¹ RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: Mary Del Priore (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 28.

²³² Id., p. 30.

²³³ Explicava a ligação da imagem feminina à perversão.

²³⁴ OLIVEIRA, Carla Mary. e SANTOS, Izabel Maria dos. Albert Eckhout e a construção do imaginário sobre o Brasil na Europa Seiscentista. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, set/out.2008. ISSN 1518-3394. Disponível em: http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_13/isabel_st13.pdf. Acesso: 21/01/09.

Figura 01 – Mulher Tapuia de Albert Eckhout, 1641.



Acervo: Disponível em <http://www.institutoricardobrennand.org.br/pinacoteca/eckhout/pinturas.html>.
Acesso: 07/01/09

Convém ressaltar que a nudez, na Europa, até o final do período Medieval, era uma prática cotidiana entre as famílias. Para o historiador Ronaldo Vainfas, a nudez não era tão marcante para a sociedade europeia como veio a ser posteriormente, sendo “comum famílias inteiras banharem-se despidas, no verão, em banhos públicos e rios, costume que seria de fato combatido, com êxito lento, pelas reformas católicas e protestantes”²³⁵. Com o triunfo da nova era do “pudor”, a exibição do corpo nativo criou um mal estar entre os religiosos e os viajantes europeus e não um quadro real de frenesi sexual. O problema da nudez indígena, principalmente para os missionários europeus, consistia no fato de excitar e atrair os novos colonos europeus, fazendo com que cedessem a todos os tipos de vícios e tentações. À mulher sempre coube o papel de realizar práticas sexuais para a procriação e não para o prazer. Segundo a historiadora Mary Del Priore, durante os séculos XVII e XVIII, o desejo sexual:

²³⁵ VAINFAS, Ronaldo. *Moralidades Brasilícas: Deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista*. p. 33 . Disponível em: http://www.historia.uff.br/artigos/vainfas_moralidades.pdf..Acesso: 25/11/2008.

(...) constituía-se em um direito exclusivo do homem, cabendo às esposas, a submissão e a virtude. O esforço de adestramento dos afetos, dos amores e da sexualidade, sobretudo feminina, afinava-se com os objetivos do Estado Moderno e da Igreja, em tornar a relação entre os sexos mais próxima do ideal da sociedade católica, evitando as infrações que o pudessem perturbar²³⁶.

O controle e a não erotização do amor conjugal refletia a nova ideologia dos tempos modernos, cabendo à moral cristã punir aqueles que praticassem sexo ilícitamente. Para os padres jesuítas, a nudez do corpo da mulher indígena foi percebida como algo diabólico, provocativo e pecaminoso. Enquanto às mulheres brancas eram impostas restrições morais, as mulheres indígenas, negras e mestiças mostravam-se “*disponíveis a essa “voracidade sexual” do colonizador*”²³⁷ nas representações dos colonizadores. Essa representação de uma sexualidade exarcebada por parte destas mulheres foi uma justificativa que os europeus utilizaram para fazerem com que as mulheres indígenas se tornassem seus objetos sexuais.

Outra obra iconográfica salientada por Pedro Souto na conferência da Escola Nacional de Belas Artes foi “*Mulher Tupinambá*”. Também pintada por Albert Eckhout, a imagem trazia a representação de uma índia com uma criança nos braços e na cabeça um cesto com cabaças. O que intriga nessas duas imagens é que na primeira figura, a genitália feminina, está coberta apenas com folhas e sua imagem apresenta-se forte, destemida, selvagem e masculinizada. Já na segunda figura, a mulher indígena é representada de forma mais feminina e com a incorporação de alguns costumes europeus, como a utilização de uma saia como vestimenta. Além disso, trata-se de uma mãe, o que a feminiliza ainda mais, atribuindo-lhe aspectos positivos com relação à feminilidade. Ao fundo do quadro, aparece uma ampla plantação de cana, uma casa grande e um engenho, elementos que determinaram o sistema econômico do Brasil colonial. Se compararmos as duas obras, pintadas pelo mesmo autor e no mesmo ano, tendo como objeto mulheres indígenas, vemos o contraste entre duas etnias indígenas e o contraste entre aqueles indígenas que continuavam a viver no seu “estado selvagem” e aqueles que já haviam sido trazidos “para a civilização”.

Nos quadros pintados por Albert Eckhout percebe-se que ele, além de utilizar as alegorias da guerra e da antropofagia, também deu grande relevância à domesticação. Ao contrário dos retratos lusitanos que recorriam aos estereótipos difundidos na Europa, exaltando a guerra e o canibalismo como ímpeto de algumas tribos indígenas brasileiras,

²³⁶ PRIORE, Mary Del. *História do Amor no Brasil*. 2.ª Ed.- São Paulo: Contexto, 2006. p. 31.

²³⁷ WOLFF, Cristina Scheibe. Relações perigosas: gênero e etnia na construção de um Brasil mestiço. *In: Caderno Espaço Feminino*, v.12, n. 15, Ago./Dez. 2004.p. 47.

Eckhout não pautou a imagem de seu índio apenas na vingança. Concebeu a domesticação da pintura indígena como forma de pacificação, representando-o como um auxiliar nos empreendimentos coloniais.

02 – Mulher Tupinambá de Abert Eckhout, 1641.



Acervo: Disponível em <http://www.institutoricardobrennand.org.br/pinacoteca/eckhout/pinturas.html>.

Acesso: 07/01/09

Observando-se o perfil dessas duas obras de arte e a reprodução do relato de Bosche, não deixa de ser notório que alguns registros realizados pelos viajantes estrangeiros sobre o Brasil sofreram influência direta da carta que Pero Vaz de Caminha escreveu ao rei de Portugal D. Manoel I, contando as maravilhas da terra recém descoberta. Durante a sessão solene de 1919, realizada nas dependências do Instituto e presidida por Conde de Affonso Celso, a pauta da discussão em questão era elaborar um trabalho sobre a história da pátria que registrasse os fatos da economia brasileira.

Fundamentados em uma série de relatos de viajantes, inclusive na carta escrita por Caminha, os sócios do IHGB foram traçando os caminhos percorridos pelos portugueses em busca de produtos para comercializá-los com outros países. Mas a relevância desse texto para esse trabalho está na relação que fazem das paisagens naturais do Brasil com os costumes e

modo de vida das mulheres indígenas. Uma das primeiras descrições que Pero Vaz de Caminha fez das terras brasileiras foi o comércio que Pedro Álvares Cabral tentou estabelecer com os índios brasileiros. Entre essas transações o cronista afirma que:

(...)«dezoito ou vinte homens pardos todos nus, sem nenhuma cousa que lhes cobrisse as vergonhas» trocaram «um sombreiro de pennas de aves compridas, com uma copasinha pequena de pennas vermelhas e pardas como as o papagaio; e um ramal grande de continhas brancas miúdas que queriam parecer de aljaveira», por um barrete vermelho, uma carapuça de linho e um chapéu preto. Eram índios simplórios. Levados para bordo, tiveram medo de uma gallinha que lhes foi mostrada. Nem todos se apresentaram sem «tapar as suas vergonhas». Alguns de entre elles constituíam o grupo dos elegantes da terra – uma espécie dos trezentos de Gedeão da Avenida Central²³⁸.

Esse clássico documento da historiografia brasileira nos expõe o espanto que os viajantes estrangeiros tiveram com a nudez dos indígenas, que não tinham preocupação alguma de cobrir “suas vergonhas”. Em seguida, a atenção do cronista dirigiu-se para a descrição do corpo nu de uma moça indígena, que continha por toda sua anatomia uma tintura de cor preta ou vermelha.

Após fazer resumidamente essas considerações, os sócios do Instituto deram relevância aos relatos feitos pelo cronista Robert Southey. O escritor estrangeiro teve, em seu texto, a preocupação de ressaltar que ao contrário do que os europeus pensavam, algumas raças de índios eram agricultores e tinham plantações de batata e milho. Esse sistema agrícola também contava com a ajuda das mulheres indígenas. Southey afirma que:

As índias se encarregavam de exprimir a mandioca e seccar a farinha ao fogo, obtendo assim o alimento que é muito nosso desde séculos e que a guerra desencadeada pela Alemanha obrigou a Europa a aceitar e ingerir como menos selvagem. Já vai assim ficando demonstrado que certas tribus de índios, vivendo no interior e não podendo viver da pesca, faziam Agricultura; e que o

²³⁸ Atas das Sessões de 1919. . In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 85, Vol. 13, 1918. pgs. 324-325.

européu, desanimado de encontrar ouro, atirou-se á lavoura e plantou trigo, cevada e canna de assucar²³⁹.

O que diferencia a literatura de Southey dos outros viajantes foi o fato de sua escrita ter sido realizada com base numa vasta documentação. Apesar de jamais ter vindo ao Brasil, Southey foi um interlocutor constante dos membros do IHGB. Sua tendência de associar poesia à história tinha como intuito reviver a história por meio de sentimentos e da imaginação. Fazendo com que o historiador se colocasse na posição dos indivíduos da época, tentando, ao máximo, registrar os fatos “*segundo a visão que tinham deles mesmos*”²⁴⁰. É o que se pode perceber em sua narrativa acima sobre as mulheres indígenas.

O escritor desvencilhado do compromisso de construir uma identidade nacional para o Brasil que os distinguisse da Europa despertou a atenção de seus leitores para o fato de que a “*obra da colonização era constituída do lento enraizamento dos costumes e das tradições, até que esboçassem os germes de um futuro Estado nacional*”²⁴¹. Utilizando-se de uma descrição edênica não deixou de imprimir palavras negativas com relação às populações selvagens, porém elas são marcadas por signos incontestavelmente sensíveis.

As duas obras de arte holandesa estudadas pelo sócio Pedro Souto e publicadas pela revista do Instituto, no ano de 1918, não deixam de corroborar com as narrativas da literatura de viagem e dos debates encetados pelos sócios do IHGB, na sessão solene de 1919. As imagens e descrições dos cronistas sobre as representações das mulheres indígenas, no Brasil colonial, não deixaram de ser, em sua essência, as mesmas da historiografia do começo do século XX.

A literatura de viagem, reproduzida pela revista do IHGB, às vésperas da comemoração do Primeiro Centenário de Independência do Brasil, foi uma forma que a intelectualidade brasileira encontrou para demarcar as origens da nacionalidade brasileira e concomitantemente historicizá-la e selecionar seus heróis. Conforme descrito no segundo capítulo, os discursos do Instituto do começo do século XX procuraram reconstruir uma identidade nacional para o Brasil. Introduzindo-se índios e mestiços como “personagens

²³⁹ Id., p. 328.

²⁴⁰ CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. In: *História Unisinos*, São Leopoldo, 11 (3): 306-312, Setembro/ Dezembro 2007. p. 308. Disponível em http://www.unisinos.br/arte/files/historia_art02_cezart.pdf. Acesso: 23/01/09.

²⁴¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *O fardo do homem branco*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1974, apud: FURTADO, Júnia Ferreira. Diálogos Atlânticos: Minas Gerais e as novas abordagens para o império marítimo português no século XVIII. Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, p. 3. Disponível em http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/junia_ferreira_furtado.pdf. Acesso: 26/01/09.

ativos” de sua história, buscou-se, nos relatos dos viajantes, marcas que abrissem a historiografia.

Mas, quando os textos se referem às mulheres indígenas, a sua representatividade perante a nacionalidade brasileira ganhava outra conotação. No imaginário sobre o período colonial, além de as mulheres indígenas serem inferiorizadas por sua condição feminina, também se evocava a questão racial. Foi na articulação de gênero e raça que se delimitaram as esferas de ação das mulheres indígenas na historiografia brasileira. Nos discursos elaborados e publicados pela revista do IHGB, no começo do século XX, à mulher indígena coube a função de progenitora da nação brasileira e ao homem branco, indômito e viril, o papel de trazer a civilização e colonizar as novas terras descobertas.²⁴² Por mais que as revistas do Instituto tivessem introduzido e positivado a imagem dos indígenas, tornando-os heróis da história do Brasil, as mulheres indígenas não passaram de um complemento da terra fértil, a terra onde caíram as sementes que germinaram o povo brasileiro, este povo mestiço, meio selvagem, capaz de se adaptar à natureza tropical, às grandes marchas para o Oeste e o Norte, em busca do ouro e de expandir as fronteiras do Brasil. Elas são fundamentais para esta história, mas também se enfatiza o seu papel passivo.

Para as gerações do século XIX e XX, o papel da mulher na sociedade colocava-se de modos diferentes. A historiadora Maria Bernardete Ramos Flores salientou que os estudos filosóficos e biológicos do século XIX, “além de inferiorizar a mulher, ainda lhe atribuíam uma constituição doentia, maligna, assustadora e desestabilizadora da sua identidade”²⁴³. Imbuídos de uma perspectiva etnocêntrica, na qual declaravam a superioridade de sua raça perante as outras nações, mesclado ao desejo de se estabelecer uma moral religiosa em que a contenção das manifestações corporais era essencial para o estabelecimento de uma ordem, a nudez revelada como natural pelos nativos causaria estranheza aos europeus.

As imagens e representações construídas pelos olhos dos viajantes, amplamente difundida e utilizada pela revista do IHGB, foram elaboradas por uma perspectiva etnocêntrica, provida de uma série de discriminações de raça e gênero. O historiador Robert Slenes, ao realizar uma série de estudos sobre as esperanças e recordações da família escrava na senzala, aponta, em suas pesquisas, os cuidados que devem ser tomados pelo historiador, ao utilizar a literatura de viagem como fonte primária para os seus trabalhos. Um dos pontos negativos em se empregar a literatura de viagem como fonte histórica é a de que muitos dos

²⁴² WOLFF, Cristina Scheibe, op. cit. 47.

²⁴³ FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007. p. 287.

relatos eram registrados num curto período de tempo de observação. Realizavam estudos estatísticos e considerações sobre a cultura e sociedade brasileira com apenas uma semana de visita. Além disso, muitas das narrativas feitas pelos viajantes baseavam-se em relatos já existentes, isto é, repetiam informações que já haviam sido feitas. O autor ainda especifica que:

Os observadores estrangeiros e os brasileiros “bem nascidos” tendiam a perceber o escravo a partir de uma ideologia do trabalho que postulava diferenças radicais entre a cultura do homem livre e a do cativo; ou, pior, o olhavam através de fortes preconceitos raciais e culturais²⁴⁴.

Para Slenes, aspectos sobre as famílias escravas eram formulados por uma perspectiva etnocêntrica, em que tratavam os negros como uma civilização inferior à população “branca”, “cristã” e “civilizada”. Aspectos relativos aos costumes e modo de vida tanto das mulheres negras quanto das mulheres indígenas foram negligenciados, deturpados ou estereotipados por esse tipo de literatura.

Quanto ao papel da mulher no início do século XX, uma analista explicou que:

(...) não mais para inferiorizá-la, mas para defini-la na sua função social. Desta vez, a fisiologia feminina atribui à mulher a maternidade como missão natural, como função importante para a sociedade, devendo a mulher ser cuidada, valorizada, controlada, educada e tratada²⁴⁵.

A fisiologia da mulher agora deveria ser cuidada como um bem precioso, visto que é a “reprodução da prole, a criação da raça para a nação²⁴⁶”. Mas estariam dentro desse projeto eugênico as raças indígenas e mestiças? Não seriam elas uma ameaça para o progresso e a civilização do país? A historiadora Rachel Soihet, ao realizar estudos sobre a sexualidade de negras e mulatas nas festas populares no Rio de Janeiro da virada dos séculos XIX a XX, afirma que a sociedade brasileira dos primórdios da República aspirava efetivar um projeto nacional civilizador, em que as condutas morais da sociedade brasileira fossem mudadas,

²⁴⁴ SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, no Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 132.

²⁴⁵ FLORES, Maria Bernadete Ramos, op. cit., p. 287

²⁴⁶ Id., p.287.

principalmente das mulheres de segmentos populares que fossem indígenas, mestiças, mulatas e negras.

Segundo Robert Young, pensar-se na ligação entre cultura e raça no século XIX, implicava também se pensar a sexualidade como o terceiro termo mediador dessas relações. Para teóricos como Spencer, as conexões entre raça, sexo e suas diferenças consistiam no “excesso de fertilidade” das raças primitivas no confronto com as civilizadas²⁴⁷. Ao mesmo tempo em que os povos europeus sentiam um “desejo atrativo” pela “sensualidade” dos povos primitivos, tinham essa atração como algo perigoso e ameaçador, visto que as relações com esses povos levariam à degeneração de raça branca europeia.

Esse “excesso de fertilidade” e “desejo atrativo” aparece tacitamente no artigo “O Fetichismo dos Negros do Brasil”, escrito em 1911, pelo sócio Padre Étienne Brazil, no qual por intermédio das memórias dos viajantes buscou estudar e escrever sobre bruxedos, feitiçarias e ritos dos negros no Brasil. Ao longo do artigo, ao mesmo tempo em que o sócio vai discorrendo sobre os diferentes contingentes de negros que os colonizadores trouxeram para o Brasil, o mesmo vai alinhavando a ideia de que, apesar de suas divergências, o único vínculo que ainda os unia ao seu continente era o religioso. E, que esses negros, “*guardavam-lhes o fetichismo, as cabalas e as superstições, a polygamia e a incontidência luxuriosa de costumes*”²⁴⁸.

Para o sócio, os ritos de candomblés se associavam à sensualidade e ao desejo que os negros despertavam na “*classe dos brancos ignorantes, que se deixaram contaminar de superstições*”²⁴⁹, ou seja, essa sensualidade dos ritos africanos era vista como uma blasfêmia aos preceitos morais e religiosos dos povos brancos. Étienne alia a raça e cultura ao aspecto sexual, como forma de inferiorizar o africano e confirmar que as teorias biológicas sobre a incoerência e inferioridade de seu cérebro estavam corretas.

Reinventar uma identidade nacional para o Brasil, no começo do século XX, implicou empreender uma grande tarefa de buscar documentos que pudessem descortinar traços da história nacional, preferencialmente aqueles traços que combinassem com as teorias vigentes e que pudessem servir para construir uma imagem do Brasil compatível com o projeto de futuro que se tinha. Entretanto, pensar a “formação antropológica e psíquica” do homem

²⁴⁷ YOUNG, Robert J. C. *Desejo Colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça*. –São Paulo: Perspectiva, 2005. pgs 118-119.

²⁴⁸ BRAZIL, Padre Étienne. O Fetichismo dos Negros do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 74, 2º Parte, 1911. p. 201.

²⁴⁹ Id., p. 202.

brasileiro acarretava em investigar a sua sexualidade? Qual a importância da reprodução do relato do viajante Correal na representação da nacionalidade Brasileira?

Para a historiadora Margareth Rago, interpretar a realidade brasileira implica necessariamente perpassar pela dimensão sexual, visto que é nela que se produz a “*referência maior das características que explicam o povo brasileiro, sua índole e sua vocação*”²⁵⁰. A relevância atribuída à sexualidade nos discursos elaborados pela intelectualidade da agremiação do Instituto, embasados em relatos de viajantes, constrói a representação da nacionalidade brasileira calcada numa visão etnocêntrica e nas tradições do catolicismo. A revista reproduziu diversos discursos moralizantes e excludentes, nos quais estabelecia não somente uma hierarquia de raças como também de sexo. Selvageria, ignorância e luxúria foram algum dos termos utilizados pelos sócios do Instituto para se dirigir às populações indígenas e mestiças em seus textos, principalmente no século XIX.

Todavia a questão da sexualidade “exacerbada” dos povos indígenas e mestiços, no começo do século XX, também ganhou legitimidade pelo discurso cientificista da realidade brasileira. Apesar de alguns discursos elaborados para a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro terem positivado e inserido como heróis nacionais índios e mestiços na historiografia brasileira, as hierarquias existentes entre raça e gênero ainda persistiam. Analisar os processos de hibridização entre o indígena, o negro e o português aventureiro acarretou em se definir as origens do povo brasileiro e seu grau de civilização.

Nas três primeiras décadas do século XX, os grupos que assumem o poder com a República almejando o progresso e a civilização para a modernização do país constroem um discurso calcado na ideia de que para se alcançar o ideal de nação, dever-se-ia, obrigatoriamente, mudar também o comportamento moral de seu povo. Para a historiadora Margareth Rago, muitos intelectuais e literatos desse período acreditavam que o grau de atraso do povo brasileiro estava associado à sua indolência, à fraqueza e ao fato de índios e mestiços serem fortemente sexualizados. O “*predomínio do lado instintivo sobre o lado racional*”²⁵¹ era impróprio para construir a modernidade e tornar o brasileiro cidadão de primeiro mundo.

Na confluência desses debates, ao se definir o caráter físico e moral da nacionalidade brasileira, raça e sexualidade apareceriam nos discursos reproduzidos e elaborados pela revista do Instituto como estratégias políticas simbólicas para subjugar as mulheres indígenas

²⁵⁰ RAGO, Margareth. Sexualidade e Identidade na Historiografia Brasileira. In: *A Sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998. p. 61.

²⁵¹ Id., p. 64.

e mestiças. Construir um país moderno implicava controlar os corpos femininos, uma vez que possuíam a função de serem reprodutores e seriam as responsáveis por “sujar” a nova prole brasileira.

Para a escritora Denise Ferreira da Silva, os mecanismos de sujeição social que estavam enfocados como “*o desdobramento do erótico na escrita do sujeito (nacional) brasileiro, o mestiço, institui um sujeito moderno, cuja trajetória temporal é um movimento em direção ao auto-apagamento*”²⁵². Para o sujeito branco e europeu, o mestiço seria o produto de um “desejo destrutivo”, que tanto produzia um sujeito nacional romântico quanto um sujeito degradante moralmente.

Na articulação entre sexo, gênero e raça, o mestiço seria um “produto nacional” formado pelo efeito de um desejo repulsivo e atrativo que, ao mesmo tempo em que foi negado, foi aceito como um tipo adequado que exibiu os atributos necessários para constituir uma “civilização moderna dos trópicos”. O sujeito nacional descrito pela revista da agremiação do Instituto e pela intelectualidade brasileira foi representado essencialmente pela relação das mulheres indígenas com os homens brancos portugueses. Foi a esses processos de “hibridismo” que foi atribuída à formação da nacionalidade brasileira.

O discurso colonialista permeado de metáforas e alegorias sempre representou as populações indígenas e mestiças de forma estereotipada e deformada como forma de configurar a superioridade europeia frente às outras nações. Num período de transformações nos discursos elaborados pela revista do IHGB, no começo do século XX, em que aflorou a elevação de índios e mestiços como “heróis” e “personalidades destaque” na história do Brasil, teriam esses estereótipos permanecido quando o assunto relacionava-se aos processos de mestiçagem entre mulheres indígenas e homens brancos? Qual o interesse dos intelectuais brasileiros em descrever os processos de hibridação apenas entre mulheres indígenas e homens brancos e silenciar as relações existentes entre mulheres brancas e homens indígenas? Teriam os sócios do IHGB com a positivação e inclusão de índios e mestiços na historiografia brasileira se despedido de preceitos não apenas raciais como também morais e sexuais?

Para a historiadora Joan Scott, as relações de gênero não podem ser tratadas como algo separado, em que os sujeitos homem e mulher constituíram-se separadamente. As relações entre os sexos são construídas socialmente e estão articuladas com a noção de poder, desses jogos é que são percebidas as diferenças entre os sexos, e a partir destas percepções é que o

²⁵² SILVA, Denise Ferreira da. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. In: *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 14 (1): 336, janeiro – abril/2006. p. 62.

gênero se constitui²⁵³. Na nota introdutória desse capítulo, no texto elaborado por Alfredo de Carvalho baseado nos escritos de viajantes em que descreve os casamentos entre portugueses mestiços e mulheres indígenas, não se observa apenas a construção de uma perspectiva etnocêntrica. Ao se auferir as duas populações como “convertidos ao catolicismo”, o sócio por meio dos relatos estava reproduzindo costumes e aspectos sociais do Brasil, sob uma visão impregnada de experiências culturais e sociais europeias, nos quais a discriminação não estava somente imbricada no conceito de raça como também no conceito de gênero.

Numa coletânea das literaturas de viagem, registradas por navegantes das mais diversas nacionalidades, que estiveram na Bahia do período colonial, o sócio Dr. Affonso D’E’ Taunay realizou um resumo comentado sobre as impressões deixadas por esses estrangeiros. Para Taunay, esses “valiosos documentos” traziam elementos informativos sobre os tempos antigos da história brasileira. Dentre os viajantes que Taunay selecionou para a realização de seu trabalho, quem mais evidenciou, em seus registros, questionamentos sobre a sexualidade dos diferentes povos que formavam a nacionalidade brasileira foi o francês Francisco Coréal. Quer se trate de índios, de colonos espanhóis ou portugueses e até mesmo do clero, segundo o viajante estrangeiro, todos viviam na “maior libidinagem”. Ao retratar os costumes do povo baiano o viajante francês os define como:

(...) “Lúbricos, fúteis, arrogantes, basofios, covardes, ignorantes e carolas quanto possível”. Não é que se não mostrassem “polidos e cortezes de modos, mas tão susceptíveis em matéria de honra, tão ciumentos no capítulo das mulheres e tão ridículos acerca de sua grandeza, que se tornava muito difícil, sinão impossível, te-los como amigos”. Ao grande libidinoso, a quem tanto preocupavam as mulheres, apenas a algum lugar chegava, indigna o claustramento das Bahianas²⁵⁴.

As mulheres baianas eram percebidas como licenciosas e sedutoras, capazes de adotar as mais diferentes estratégias e correr todos os tipos de risco para satisfazer “às paixões”. Contudo, se fossem pegas em flagrante, as punições eram as mais rigorosas, “*os maridos as apunhalam impunemente, ou os próprios paes ou irmãos as prostituem*”. Tornavam-se então mulheres públicas, cortesãs que ficavam à disposição de homens brancos e negros. As mulatas

²⁵³ SIQUEIRA, Tânia Lima. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. In: *Revista Ártemis*, vol. 8, jun 2008. Pgs. 110-117. Disponível em:

http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero8/artigos/artigo_09.pdf. Acesso: 19/01/09.

²⁵⁴ TAUNAY, Dr. Affonso D’E. Na Bahia Colonial 1610-1764. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 90, 1921. p. 271.

eram representadas como a síntese de uma mulher irresistivelmente sedutora e moralmente depravada, que atraíam o homem branco para todo tipo de concupiscência.

O viajante francês atribuía à libidinagem do povo baiano ao intenso calor de seu clima e a falta de víveres melhores para serem cultivados, em decorrência da intensa devastação causada por insetos. Esses fatores, somados à sua indolência fazia com que os brasileiros preferissem “*dormir, acariciar as damas, a se ocuparem de qualquer coisa penosa*”²⁵⁵. Sua narrativa abrangia as mais diversas informações, desde descrições da fauna e flora brasileira até a maneira de viver dos povos indígenas: seus costumes, sua religião, de suas guerras e a forma como procederam em relação aos seus inimigos. Mas, quando o assunto tocava em dados referentes à vida sexual dos selvagens brasileiros, o viajante francês detinha-se mais especificamente sobre essa questão.

As impressões deixadas pelo viajante francês sobre os costumes e a vida sexual das mulheres brasileiras foram registradas por um olhar masculino, letrado e europeu. Segundo Louise Pratt, essa visão embasada nas análises da história natural, centrou-se em buscar nas formas de vida do planeta, dados sobre o ambiente e aspectos culturais das populações indígenas, e reagrupá-los “*conforme os padrões europeus de unidade global e ordem*”²⁵⁶. Em seus relatos, Coréal chegou a realizar um estudo comparativo entre as mulheres brasileiras e as mulheres europeias, sobre as questões amorosas na Bahia colonial. Para o viajante francês, apesar de as mulheres brasileiras serem ignorantes e grosseiras, em matéria amorosa, era tão “*sutis e astutas quanto às de qualquer cidade da Europa*”²⁵⁷. Coréal ainda narra que:

Um dia em que pela noitinha voltava eu para casa, fez-me uma preta parar, dizendo-me que sua ama lhe ordenara que me conduzisse á sua casa, fosse como fosse. Como eu conhecia o perigo a que me expunha, seguindo-a hesitei muitos tempo antes de attender ás suas solicitações. Afinal deixei-me convencer e segui a preta, que, por caminhos escuros, me levou á casa da patroa, dando tempo, porém, a que a noite nos alcançasse antes de entrarmos. Esta mulher me recebeu com maior cortezia e uma polidez, que eu jamais sonhara encontrar em Santos. Não há, porém, o que inspire mais delicadeza e graça que o amor. Nada poupou para me obsequiar magnificamente, de várias maneiras; prometi voltar na noite seguinte²⁵⁸.

²⁵⁵ Id., p. 275.

²⁵⁶ PRATT, Mary Louise, op. cit., p.66.

²⁵⁷ TAUNAY, Dr. Affonso D' E., op. cit., pgs 278-279.

²⁵⁸ Id., p. 279.

O viajante francês termina sua narrativa escrevendo que essa aventura amorosa perdurou por vários dias. Seu receio era que o marido viesse saber desses encontros e cometesse as maiores atrocidades contra ele, como havia registrado no início de seu relato. Nesse texto, Coréal buscou entrelaçar os agentes humanos e a temporalidade da natureza brasileira. Esse tipo de escrita, Louise Pratt nomeia como *Narrativa pessoal*, na qual a presença dos americanos foi percebida como sujeitos instrumentais. No interior da estrutura das relações coloniais, cada sujeito desempenha sua função, respeitando uma ordem hierárquica. Para autora, a *Narrativa pessoal* “*naturaliza as relações sociais e a hierarquia racial, representando os americanos, acima de tudo, em termos de disponibilidade, a quintessência da relação colonial*”²⁵⁹.

A literatura de viagem, construída por instituições socialmente masculinizadas, fez com que os viajantes se registrassem com “*letras maiúsculas num mundo totalmente masculino e heróico*”²⁶⁰. Foi esse olhar masculino europeizado lançado sobre a nação brasileira que marginalizou as mulheres indígenas, negras e mestiças da historiografia do Brasil, não somente por questões de raça como também de gênero. A reprodução e utilização desse tipo de escrita, pelos sócios do IHGB em suas revistas, construíram uma história calcada na valorização de um “mundo heróico masculino”, colocando em seu perímetro de forma distorcida, estereotipada e muitas vezes silenciadas as mulheres indígenas e mestiças.

Ronaldo Vainfas afirma que a sexualidade pluriétnica no processo de colonização e povoamento das terras brasileiras entre portugueses e mulheres indígenas deveu-se a “*atração incontida que os primeiros colonizadores parecem sentir pelas índias*” e pela “*circunstância da escassez, quando não da falta absoluta, de mulher branca*”²⁶¹. O sexo pluriétnico também foi justificado, como necessário, para a sobrevivência dos primeiros náufragos e degredados que chegaram ao litoral brasileiro. Os colonizadores europeus para adequarem-se aos usos e costumes indígenas, adotariam também a prática da poligamia, sendo inclusos nessa tradição até mesmo os homens casados sobre os preceitos cristãos.

Esses três argumentos, amplamente difundidos pela literatura de viagem e pelos intelectuais brasileiros, foram essenciais para legitimar as relações sexuais entre as raças durante o período colonial e explicar a origem do povo brasileiro. Embasado nesses mesmos

²⁵⁹ PRATT, Mary Louise, op. cit., p. 227.

²⁶⁰ Id., p. 267.

²⁶¹ VAINFAS, Ronaldo. *Moralidades Brasileiras: Deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista*, op. cit., p. 5.

pressupostos é que José Vieira Fazenda redigiu em seu artigo “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”, um tópico especialmente direcionado para discutir sobre a dominação portuguesa, suas hesitações e contradições, até o ministério de Pombal. Nesse texto, o sócio da agremiação do Instituto procurou analisar como os viajantes europeus, no período colonial, buscaram promover casamentos entre os povos indígenas e europeus, como forma de povoarem e aumentarem seus domínios reais pela América.

Para José Vieira, as comunicações e relações estabelecidas entre os “povos primitivos” e os “brancos civilizados” eram especificadas e determinadas conforme os interesses políticos e sociais de uma elite branca europeia. Segundo o autor, durante o século XVIII, as leis em que se decretavam sem restrições autorizando o cativo ou dando liberdade absoluta às populações indígenas, foram promulgadas e revogadas ao “*sabor das paixões em voga*”²⁶². Os casamentos entre os navegantes europeus e as mulheres indígenas passaram a ser autorizados em algumas ocupações e lugares, como forma de povoarem as terras da América e suprir a falta “mulheres brancas” para os vassallos de seus reinos. O El Rey era servido a declarar:

(...) que os meus vassallos destes reinos e da América, que casarem com as Índias della, não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos da minha Real attenção, e que nas terras, em que se estabelecerem, serão preferidos para aquelles logares e occupações, que couberem na gradação das suas pessoas. <<Seus fios e descendentes serão hábeis e capazes de qualquer emprego, honra ou dignidade, sem que necessitem de dispensa alguma em razão destas allianças em que serão também comprehendidas antes desta minha determinação²⁶³.

Na reprodução do trecho desse discurso proferido pelo El Rey, o mesmo passou a declarar que os casamentos entre as diferentes raças não seriam mais vistos como “*infâmia alguma*”, isto é, os casamentos seriam aceitos e seus descendentes teriam os mesmos direitos que os brancos tinham. Ao utilizarem o termo “infâmia”, percebe-se na reprodução desse discurso que as relações entre mulheres indígenas e homens brancos, além de serem uma ameaça para a degeneração da raça branca, também eram percebidas como algo imbuído de

²⁶² FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo 89, volume 143, 1921. p. 84.

²⁶³ Id., p.84.

uma certa “luxúria excessiva”, que iam contra os papéis institucionais da sociedade cristã. Além dos preceitos morais e de civilização, as diferenciações raciais estariam embasadas principalmente no sexo, visto que essas uniões poderiam trazer consequências ao grau de fertilidade das populações brancas civilizadas.

Apesar de o El Rey garantir direitos aos casamentos entre mulheres indígenas e homens brancos, sendo os mesmos direitos aplicados a respeito das mulheres portuguesas que casassem com os índios, seria punido quem tratasse esses descendentes com o nome de “*cabouclos(sic), ou outro que possa ser injurioso*”²⁶⁴. Com isso, percebe-se que essas relações eram apenas aceitas quando impelidos pela necessidade de povoarem e colonizarem as terras brasileiras, ou seja, a sujeição racial de índios, mestiços e negros ainda se fazia fortemente presente naquela sociedade.

Embora esse alvará tenha sido assinado e entregue ao senado da câmara, no dia 27 de julho de 1756, João Vieira afirma que, por falta absoluta de dados estatísticos, não se pode dizer exatamente o número de casamentos que foram realizados em virtude do mencionado alvará. E se o governo cumpriu à risca as promessas que foram feitas aos brancos que se casassem com as índias e às portuguesas que se unissem aos índios, o fato é de que ao mesmo tempo em que se permitiam esses casamentos, os mesmos eram observados como uma “mancha” na pureza do sangue da raça branca.

Num primeiro olhar sobre o texto de João Vieira, constata-se que o autor procurou ressaltar as ambiguidades do discurso governamental em torno de questões relativas ao cativeiro, à liberdade de índios e mestiços, sendo a vigência dessa lei importante para a constituição do povo brasileiro. Contudo, uma série de neologismos raciais calcada nos biológicos e sexuais não deixa de ser evidenciada em seu artigo. A reprodução de um discurso colonial embasado em narrativas de viajantes, ainda armazenava a ideia de que a mistura das raças deveu-se principalmente ao clima tropical e à sexualidade exacerbada dos povos “morenos” do Brasil.

Um outro texto que tocou em questões relativa às uniões entre as mulheres indígenas e os sertanejos de forma sintetizada foi o do escritor britânico Robert Southey. Ao exaltar as riquezas minerais de Goyas, o viajante britânico vai descrevendo a trajetória dos primeiros exploradores e povoadores que, ao se deixaram cegar pela mineração de ouro e pela escravidão dos índios, abandonaram por completo o cultivo da terra. Um dos aventureiros que Robert Southey destaca, em seus escritos, foi Bartholomeu Bueno da Silva que, em 1682,

²⁶⁴ Ibid., p. 84.

partiu de São Paulo para explorar o interior do país. Percorrendo a mesma direção explorada por Manoel Corrêa, Bartholomeu animou-se muito ao se deparar com as índias goyás usando “*enfeites de folhetas de ouro pendentes ao pescoço, imaginou dominar a tribu selvagem de cujo concurso tanto precisava, e para isso lançou mão dos mais manhosos estratagemas*”²⁶⁵.

Suas táticas para aprisionar os indígenas e explorar as minas de ouro não deram certo num primeiro momento. Tanto que, envergonhado pelo seu fracasso, escondeu-se à vista do governador, o qual, conhecendo seu espírito de fidelidade, o incentivou a prosseguir com seus objetivos pelo interior. Após seis meses, sofrendo vicissitudes e contrariedades para alcançar seus objetivos:

Bartholomeu Bueno da Silva lisonjeou, atraíu e alliciou; os goyás, promoveu uniões de alguns sertanejos com as índias e tendo lançado os fundamentos das povoações de Ferreiros, Sant’ Anna, Barra e Ouro Fino, tornou a S. Paulo onde apresentou ao governador oito mil oitavas de ouro (28.720 grammas)²⁶⁶.

Para conseguir explorar as terras auríferas, aventureiros como Bartholomeu Bueno, cometeram as maiores atrocidades contra as aldeias indígenas, que até então se apresentavam pacíficas e tranquilas. O casamento dos sertanejos explorados com as mulheres indígenas foi uma tática utilizada para colonizar e explorar o vasto interior do Brasil. Essas terras, em sua grande maioria, eram povoadas por tribos indígenas que, mesmo resistindo aos devastadores aventureiros para “*salvar o direito do seu lar, das suas terras e da sua liberdade, eram todos os annos dizimados pelo ferro exterminador dos cabos da conquista, ou reduzidos ao mais execrável captiveiro*”²⁶⁷.

Os dois textos acima descritos demonstram que os casamentos entre mulheres indígenas e homens brancos foram uma tática utilizada pelos europeus para colonizar e dominar o vasto território brasileiro. Esse tipo de justificativa amplamente empregada pelos escritores e viajantes europeus e até pelos sócios do IHGB, no século XIX, ainda persistiria nos discursos do começo do século XX. O sócio Desembargador Pitanga, que procurou discorrer sobre a consagração legal e reparação do direito do selvagem perante a vida nacional, pode ter rompido com o discurso cientificista em alguns pontos. Todavia, quando o

²⁶⁵ SOUTHEY, Robert. O Brasil Central. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo 68, , 1905. p. 298.

²⁶⁶ Id., p. 299.

²⁶⁷ Ibid., p. 300.

assunto é abordado por uma perspectiva de gênero, percebe-se que os espaços sociais e os campos de ação delimitados para homens e mulheres são diferentes.

Para Pitanga, era errôneo qualificar algumas raças como etnicamente inferiores, por outras que se arrogavam o direito de se invocarem como superiores, “*sem o estudo comparativo dos seus caracteres diferenciaes que ministre base para o veridictum de História*”²⁶⁸. Lançando esse debate ao Primeiro Congresso de História Nacional, o sócio do Instituto, no início de seu artigo, lançou algumas teorias difundidas por cientistas estrangeiros e, após uma série de colocações, faz emergir, em seus textos, figuras heróicas como os bravos caciques Tabyra ou Araribóia. Ao confrontar esses personagens lendários com aos aventureiros escravizadores que destruíram as tribos indígenas, Pitanga indaga: “*respondeime á luz da justiça histórica quaes delles caracterizam a inferioridade humana*”²⁶⁹.

Ainda que a ênfase discursiva dada pelo sócio do Instituto tenha sido direcionada aos valorosos índios da história brasileira e ele criticasse os meios de escravidão indígena realizados principalmente pelos europeus e bandeirantes, suas palavras restringiram-se a “despertar por um instante na memória do Congresso” a ação prodigiosa realizada pelos missionários jesuítas. Essa grandiosa jornada pela campanha da fé percorrida pelos “pioneiros da nossa civilização” fez com que diminuísse a feroz prática da antropofagia e a poligamia. O missionário teria conseguido dominar e equilibrar ao mesmo tempo “*a ferocidade do índio irritado e a ambição sordida do colono*”²⁷⁰.

Lançados os pressupostos da fé e da moral em seu discurso para o Congresso, Pitanga acaba reproduzindo o discurso colonial, quando se refere às mulheres indígenas. Ao descrever a chegada da esquadra de Cabral ao litoral norte do país, o desembargador escreve que:

A impressão que aos traquejados exploradores de regiões ignotas causaram os seres humanos que assim lhes apareciam, deve ter sido a de um povo acessível á convivência, não obstante o aspecto primitivo de sua nudez atenuada apenas pelo recato pudico dos enduapes dos guerreiros e das arasoias das mulheres²⁷¹.

Para a autora Verena Stolke, os primeiros colonizadores, ao chegarem às terras recém-descobertas, empregavam as noções culturais da metrópole para compreender a realidade das

²⁶⁸ PITANGA, Antonio F. de Sousa. *Tutela dos índios. Sua Catequese*, op. cit., p. 491.

²⁶⁹ Id., p. 493.

²⁷⁰ Ibid., p. 499.

²⁷¹ Ibid., p. 494.

populações nativas. Essa diferença cultural-moral dos indígenas desafiando as certezas cosmológicas e teológicas dos administradores das colônias fizeram com que as noções de sociedade, hierarquia, família e moralidade sexual mudassem. A falta de castidade e religiosidade das mulheres nativas fez com que os colonizadores as percebessem como sedutoras e moralmente depravadas, essa imagem desobrigava os homens brancos de terem qualquer responsabilidade sobre elas. Para Stolke, uma das consequências quase “*imediate da conquista foi à mestiçagem, resultado da exploração sexual feita pelos colonizadores*”²⁷².

Entretanto, os casamentos entre “mulheres indígenas” e “homens brancos” não deixaram de ser uma política de “confiança” e uma estratégia para a conquista territorial. Tanto o historiador britânico Southey, quanto o Desembargador Pitanga viram nessas uniões uma tática para colonizar e explorar o grandioso território brasileiro. O sócio do Instituto afirma que depois de muitas tentativas de cultivarem aliança com os índios:

(...) finalmente os dous mais insignes pelas qualidades superiores reveladas em suas aventurosas empresas, Martim Affonso e Duarte Coelho, que conseguiram imprimir um cunho definitivo a suas fundações pellas alianças, o primeiro dos Guayanás pelo auxilio de João Ramalho, e o segundo dos Tabajaras, cuja amisade cultivara a ponto de casarem-se seus parentes e fidalgos com as filhas de seus caciques, Tabyra, Piragibe, Uira-Ubi, viram todavia, em suas ausências e por abusos de seus prepostos nas relações com os naturaes, esmaecer o brilho de suas victoriosas jornadas²⁷³

A diferença que existe entre o texto de Pitanga com relação ao do viajante britânico é que, para Pitanga, a ação organizada pelos missionários jesuítas garantiu aos aborígenes sua adaptação à civilização Ocidental por meio da catequese. Segundo Iraildes Caldas Torres, os laços matrimoniais contraídos pelos homens portugueses com as mulheres indígenas foi uma estratégia sexista encontrada pelos colonizadores europeus para povoar o território brasileiro. Atenderia tanto aos interesses da “*Coroa em se apossar o mais rápido possível da região, quanto da Igreja em expandir a sua base católica no novo território*”²⁷⁴.

²⁷² STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. In: *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 14 (1):336, janeiro-abril/2006. p.19.

²⁷³ PITANGA, Antonio F. de Sousa. *Tutela dos índios. Sua Catequese*, op. cit., p. 497.

²⁷⁴ TORRES, Iraildes Caldas. O patrimonialismo e as mulheres da Amazônia de ontem. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/1/Iraildes_Caldas_Torres_30.pdf. Acesso: 14/01/09. p. 3.

Essas relações intituladas por Iraíldes Torres como “comércio sexual” na sociedade colonial, consistia numa relação política de troca de favores entre o homem branco e as índias, nas quais em troca de favores sexuais as mulheres nativas obteriam aceitação e “*legitimidade naquela sociedade*”²⁷⁵. Essas transações só eram permitidas se as índias fossem batizadas conforme os preceitos da fé e da religião da igreja católica. Para Pitanga, o processo de catequização das tribos indígenas foi uma forma de integrar os selvagens ao meio social e civilizado da nação brasileira, principalmente as mulheres indígenas.

Nas correspondências entre o Bispo do Rio de Janeiro com o governador da metrópole, nos anos de 1654 a 1800, publicadas pela revista do IHGB em 1900, o assunto em pauta era a construção de um seminário para meninos e meninas indígenas. Com o intuito de reduzir o número de índios bárbaros que estavam pelos matos, o Bispo Frei Antonio do Desterro elaborou um projeto para a criação de novas freguesias no bispado do Rio de Janeiro. O Bispo acreditava que todos os filhos dos indígenas estavam aptos a qualquer tipo de ensino e que, com a construção dessas paróquias, mandar-se-ia instruir, catequizar e administrar os sacramentos às populações selvagens.

Esse projeto previa para as índias meninas que fossem repartidas por “casa honradas”, nas quais seriam criadas com a civilidade, “*ensinando-se-lhes tudo quanto deve saber uma mulher*”²⁷⁶. Nessas repartições previa-se:

(...) fundar uma casa, em que se podessem criar e civilisar numero certo destas mesmas, as quaes em sendo mulheres se podem casar com os meninos Indios civilisados, que tem officios podem mui bem sustental-as, e tratat-as com decência; e inda com muitos brancos hão de cazar, os quaes a cada passo se cazam nesta terra com mulatas e pretas; e muito melhor o farão com as Indias a quem Sua Magestade tem declarado por nobres²⁷⁷.

A reprodução de textos que apresentavam estratégias sexistas, utilizadas pelos colonizadores para povoar as terras brasileiras, estavam presentes nos documentos publicados pela revista do IHGB. Por mais que os índios e mestiços tenham assumido novos papéis na historiografia brasileira, a repressão sexual ainda recaía sobre as “mulheres indígenas”. Para incluí-las na nova sociedade republicana, procurou-se nelas “incutir o estereótipo da frigidez

²⁷⁵ Id., p. 3.

²⁷⁶ Correspondência do Bispo do Rio de Janeiro com o governador da metrópole nos anos de 1754 a 1800. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo 63, parte I, 1900. p. 47.

²⁷⁷ Id., p. 47.

feminina, das exigências de virgindade e de sobriedade de conduta”²⁷⁸. O comportamento exemplar que se buscou incutir nas mulheres indígenas e mestiças viria de um processo educativo que estabelecesse normas morais. O Bispo ainda complementa em sua carta que se

(...) estas Índias não tivessem saído de suas Aldêas, não teriam hoje netos honrados, poderiam sim ter da mesma natureza da avó, miseráveis, desprezados, viciosos, e abatidos com ella e como os mais que nas Aldêas se conservam. E que utilidade não terá a Republica, e o serviço de Sua Magestade e também a sua Real Fazenda, se o mesmo succeder, como certamente há de succeder pela continuação dos annos, se praticado este projecto, ficarem evacuadas as Aldêas²⁷⁹.

Na articulação entre as relações sociais das diferentes raças constituintes da nacionalidade brasileira e o poder institucional da Igreja Católica e do Estado é que se desempenharam os papéis sociais incutidos às “mulheres indígenas” e mestiças. Para a sociedade brasileira, se as mulheres indígenas não tivessem saído de suas aldeias, não teriam netos “honrados”, educados nos cânones da moral patriarcal, do progresso e da civilização. Para as mulheres indígenas não permanecerem marginalizadas na sociedade brasileira, elas deveriam sair do estágio primitivo e alcançar a civilização.

Numa outra ordem discursiva, a preocupação de alguns estudiosos era sobre o grau de arianização do povo brasileiro, o que implicava o grau de mestiçagem dos europeus com relação aos indígenas e africanos. No texto escrito por Oliveira Vianna para Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, elaborado em comemoração ao Centenário da Independência da Pátria, fica demonstrada a tese de que não importando o grau de “arianização” na constituição antropológica do povo brasileiro, o mesmo não deixaria de ser o “homem moreno” que sempre foi. Para Vianna, o clima tropical contribuía para *“intensificar cada vez mais esse melanismo fundamental, que se mostra tanto mais carregado, quanto mais nos aproximamos da linha equatorial, isto é, quanto mais nos aproximamos da hyléa amazônica”*²⁸⁰. O discurso cientificista-naturalista afirmava que esse “melanismo

²⁷⁸ SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro da virada dos séculos XIX a XX. In: *Diálogos Latinoamericanos*, número 002, Universidad de Aarhus, Latinoamericanistas. p. 105. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/162/16200208.pdf>. Acesso: 15/01/09.

²⁷⁹ Correspondência do Bispo do Rio de Janeiro com o governador da metrópole nos anos de 1754 a 1800, op. cit., p. 48.

²⁸⁰ Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência), op. cit., p. 281.

fundamental” e o “clima” eram atributos que exacerbariam a sensualidade entre as raças, provocando uma maior profusão entre as mesmas.

Para responder minimamente a este intrincado de questões, e pensar na reconstrução de uma identidade nacional para o Brasil, nas comemorações do seu Primeiro Centenário de Independência, Vianna coletou uma série de dados estatísticos sobre a população brasileira. Por meio dos números, averiguou que a taxa de fecundidade entre os brancos havia aumentado em comparação a de negros e índios.

Figura 03 – Quadro com a taxa de crescimento dos grupos étnicos presentes no Brasil.

Grupos étnicos	Crescimento
Branco.....	+ 1,21
Mulato.....	+ 0,92
Índio.....	+ 0,34
Pretos.....	- 0,62

Acervo: Instituto de Estudos Brasileiros - Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência), Vol I, 1922.

Por intermédio do índice de natalidade e de mortalidade da população livre do Brasil, Vianna calculou o grau de crescimento entre os quatro grupos étnicos. Dessa média, confirmou a crescente fusão das raças europeias, que se estabeleciam no Brasil, com a primitiva população advinda de tríplice cruzamento do luso, do negro e do índio. Para o sócio do IHGB, esse fenômeno era visivelmente identificado no norte, nas zonas litorâneas e no sul. Os cruzamentos com os europeus, nessas regiões, cada vez mais inoculava o sangue ariano nas populações mestiças. Num outro quadro, Vianna apresentou dados demográficos referentes aos números de casamentos, segundo as nacionalidades dos conjugues em 1918 e 1920:

Figura 04 – Quadro demográfico referente ao número de casamentos entre 1918 e 1920.

Nacionalidades	1918	1920
Allemao com allema.....	22	29
Allemao com brasileira.....	63	91
Italiano com italiana.....	38	60
Italiano com brasileira.....	138	167
Hispanhol com hispanhola.....	4	7
Hispanhol com brasileira.....	38	59
Portuguez com portugueza.....	9	12
Portuguez com brasileira.....	108	97

Acervo: Instituto de Estudos Brasileiros - Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência), Vol I, 1922.

Para Vianna, os dados colhidos, demonstravam que o sangue ariano estava sendo injetado rapidamente na população brasileira e que acabaria fatalmente reagindo sobre o tipo antropológico dos mestiços, no sentido de moldá-los pelo tipo do homem branco. O curioso desse quadro, organizado por Vianna, é que todas as nacionalidades masculinas citadas são de origem européia, ou seja, homens indígenas, negros e mestiços foram excluídos dessa análise. Quanto à nacionalidade feminina, estavam inclusas nessa pesquisa desde mulheres europeias até brasileiras. Para ele, aparentemente, é este homem europeu que carregava a semente da nação que se queria criar no Brasil, uma nação branca, embora amorenada.

Essas informações evidenciam que a melhor possibilidade de “branqueamento” da população brasileira era algo que se obteria do homem “branco” e estrangeiro²⁸¹. A questão racial entrelaçada pela questão sexual, produzida por um discurso masculinista, apresentava a teoria de que, não importava se os casamentos inter-racias fossem realizados entre o homem branco e as mulheres brasileiras, a raça masculina europeia “assimilaria” os predicados “moralmente inferiores” e “fisicamente frágeis” das mulheres brasileiras.

Tanto o discurso colonialista quanto o discurso eugênico, presentes nas páginas da revista, salientam que o IHGB como instituição cultural deveria escolher os tipos de civilização e cultura que iriam reconstruir a nacionalidade brasileira e elevariam o nível educacional, psíquico e moral de seu povo. Ao inserir as populações indígenas como novos

²⁸¹ MOUTINHO, Laura. “Raça”, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, 23, julho-dezembro de 2004.

heróis e mitos a serem evocados pela nacionalidade brasileira, o discurso institucional, produzido majoritariamente por “homens letrados”, não deixou de marginalizar e silenciar a presença de mulheres indígenas, negras e mestiças na historiografia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da providência predestinou ao Brasil esta mescla. (Karl Philip von Martius)

Com base nestas palavras do viajante alemão, ao vencer um concurso sobre a escrita da história do Brasil promovido pelo IHGB, disseminou-se pela intelectualidade do final do século XIX, o “mito das três raças”, fruto da busca em sintetizar a complexidade étnica do povo brasileiro e construir uma identidade nacional que o caracterizasse. Essa nova escrita da história do Brasil, além de exaltar seus heróis e imortalizar os fatos marcantes de sua história, procurou construir um passado do qual o povo brasileiro pudesse se orgulhar e que permitisse avançar com otimismo e confiança para o futuro. O mito fundador da nacionalidade brasileira explicava que convergiram para a formação étnica e cultural do povo brasileiro três raças: a branca, a negra e a indígena e que de seus processos de hibridização resultou o mestiço. Para Martius, o poderoso sangue português absorveria as pequenas manchas de incivilidade e inferioridade deixadas pelas raças indígenas e etiópicas e fortaleceria a formação do caráter étnico e cultural do povo brasileiro.

Foi nesse intrincado conjunto de questões apresentado por Martius, rediscutido por literatos e historiadores de instituições como o IHGB, que emergiu, entre a intelectualidade brasileira, um amplo e multifacetado mosaico de ideias que procurou solucionar os problemas referentes à nacionalidade brasileira e à sua inserção no cenário internacional. Visando compreender como índios e mestiços foram integrados à nacionalidade brasileira, num período marcado por teorias científicas e evolucionistas, que os classificavam como pessoas bárbaras, selvagens e incivilizados, essa pesquisa centrou-se em analisar os discursos escritos e publicados pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1900 a 1930. Nesses discursos, procurou-se compreender como índios e mestiços foram pensados na construção dos projetos de nação que ali foram enunciados. Também, nesses discursos, percebeu-se a importância dos aspectos de raça e gênero, que marcaram a compreensão do fenômeno da mestiçagem, certamente a pedra de toque dos projetos nacionais daquele período.

O período em questão, escolhido para essa análise, foi o começo do século XX, fase em que uma elite arrojada, em compasso com o fluxo cultural europeu e adepta aos novos símbolos de progresso e de civilização do país ostentado pela política do regime republicano procurou reformular e reconstruir uma nacionalidade para o Brasil. Almejando uma

identidade que realmente estivesse imbuída de certo sentimento nacionalista, a intelectualidade brasileira passou a adotar um projeto que buscasse “redescobrir o país”.

Esse projeto, almejando reconstruir uma memória nacional que unificasse as populações em torno de novas identidades, passou a dar um caráter positivo às populações indígenas e mestiças, como forma de incorporar os diversos grupos étnicos e sociais presentes no seio da nacionalidade. Outra análise feita nos discursos elaborados e reproduzidos pela revista do Instituto foi pensar como nas três primeiras décadas do século XX, as questões raciais também perpassavam pelos campos da sexualidade e do gênero. Definir o caráter físico e moral da nacionalidade brasileira requeria passar pela dimensão sexual, visto que foi nela que se produziram as características imputadas pelos discursos ao povo brasileiro, sua índole e sua vocação.

A partir dessas colocações, vê-se, ao longo deste trabalho, que a inserção de índios e mestiços nos discursos escritos e publicados pela revista do IHGB destoava de sua realidade. A imagem do indígena como elemento integrante da nacionalidade brasileira, ora oscilava para uma visão romântica dos regimes Colonial e Imperial, ora para uma visão cientificista, ora para uma perspectiva de enaltecimento e reconhecimento dos feitos memoráveis realizados por algumas tribos indígenas, na defesa do território brasileiro contra as invasões estrangeiras. Essa ambiguidade discursiva deveu-se à diversidade de pensamentos políticos, científicos e históricos dentro do próprio Instituto.

Uma das mudanças que se percebe ao longo do período pesquisado foi com relação à perspectiva teórico-metodológica adotada pelos sócios do Instituto. De uma visão romanceada, os membros do Instituto passaram a ter um maior cuidado com o tratamento de suas fontes, para isso adotaram o pensamento rankiano. Embasada numa pesquisa documental, essa perspectiva historiográfica só poderia ser feita por meio de testemunhos diretos e de fontes autênticas, ou seja, caberia ao trabalho empírico do historiador apreender o passado como realmente foi. Qualquer interpretação que fosse realizada e não estivesse presente nos documentos seria considerada uma atitude anticientífica. Mas esse compromisso com os documentos não impediu que os sócios da agremiação do Instituto se utilizassem de outras perspectivas metodológicas.

Apesar de os sócios do IHGB pregarem o uso de uma escrita da história embasada numa pesquisa documental, como forma de reproduzir os fatos “como eles realmente haviam acontecido” e limitá-los a uma longa cadeia de eventos do passado, os mesmos não deixaram de apresentar registros do presente. Embora fazer uma história do tempo presente acarretasse

em construir a história do imediato, o que não era desejável, uma vez que ela comprometia a objetividade do historiador, alguns sócios do Instituto utilizaram esse tipo de escrita para tratar das *Comemorações do Quarto Centenário de Descobrimento do Brasil e Primeiro Centenário de Independência do Brasil*.

Dentro desse panorama, convém ressaltar que as datas comemorativas, as festividades do Quarto Centenário de Descobrimento do Brasil e Primeiro Centenário de Independência do Brasil e a revista do IHGB colocaram em cena as mais variadas versões e reflexões sobre a “história da pátria”. Ao mesmo tempo, propiciou aos intelectuais, que integravam essa agremiação, que formulassem diferentes interpretações e teorias sobre os indígenas e os mestiços como partícipes da nacionalidade brasileira. Algumas teorias seguiram o pensamento historiográfico do século XIX e outras remetiam a novas reflexões e debates sobre a construção de uma nacionalidade para o Brasil.

Dentre os membros do Instituto, analisados por essa pesquisa, que se comprometeram no ano das festividades do *Quarto Centenário de Descobrimento do Brasil*, a denunciar as injustiças e atrocidades cometidas contra as populações indígenas foi o Desembargador A. F. de Souza Pitanga e Claro Monteiro Amaral. Os dois sócios ao realizarem estudos referentes à “infeliz raça 400 anos perseguida”, buscaram despertar nos consórcios daquela agremiação atenção para com os grupos indígenas, que sofriam há quatro séculos o jugo de uma conquista que os colocavam numa condição de raça inferiorizada e escravizada.

O sócio José Fazenda, as vésperas das celebrações do *Primeiro Centenário de Independência do Brasil*, também procurou na primeira metade do século XX, evocar novos mitos para a nacionalidade brasileira. Por meio de seus estudos sobre as “*Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*”, Fazenda inseriu o guerreiro indígena Araribóia de maneira heróica na história brasileira, transformando-o num ícone nacional. O desembargar Pitanga, ao escrever um tomo especial consagrado ao *Primeiro Congresso de História Nacional*, realizado em 1914, também procurou relembrar o feitos memoráveis realizados pelo índio, ao defender o território de São Sebastião das invasões francesas. Os dois sócios, apesar de escreverem em épocas diferentes e adotarem perspectivas díspares em seus textos, não deixaram de aludir ao papel de índios e brancos como personagens ativos na defesa do território brasileiro.

Ainda que os discursos comemorativos fizessem com que a imagem dos indígenas emergisse como a de heróis da nacionalidade brasileira do começo do século XX, os membros do IHGB tiveram cuidado para que as raízes nacionais não se tornassem uma ameaça. Não se

pode esquecer que os discursos elaborados para a revista do Instituto, nesse período, embora tivessem sofrido algumas transformações ainda estavam calcados no ideário cientificista de valorização dos padrões racionais e universalizantes. Em decorrência disso, discursos, como o do sócio Dr. Cunha, buscaram combater a persistência de costumes “bárbaros” que ainda era um *“grande obstáculo à pretensão do Brasil de chegar ao esplendor da civilização européia”*.

Em contrapartida, essas questões não foram empecilhos para que o grêmio do Instituto mergulhasse mais profundamente nas raízes da nacionalidade. Estudos direcionados às superstições e às credências populares do folclore brasileiro, indagando sobre suas origens e os aspectos culturais herdados por seus ancestrais, foram discutidos na revista pelo sócio Pereira da Costa. Esses assuntos que antes não eram sequer mencionados, como as crenças e superstições populares de índios e mestiços, passaram a ganhar visibilidade no periódico.

Do mesmo modo que a revista trazia discursos “inovadores” que procuravam alertar a população brasileira para os problemas referentes aos povos indígenas, o periódico do Instituto continuava com sua visão documentalista: que era a de reproduzir diversos documentos relacionados ao Brasil, como as narrativas de viajantes estrangeiros que aqui estiveram durante o período colonial. Construídas sob uma visão etnocêntrica, essas narrativas reforçavam a superioridade da raça “branca”, “cristã” e “civilizada”, perante os indígenas e mestiços. Foi calcado na grande quantidade desses documentos, que foram reproduzidos e utilizados como fonte primária pelos sócios do IHGB, que esse trabalho também procurou analisar as questões que não perpassaram somente pelo campo da raça como também da sexualidade e do gênero.

Grande parte dos textos que tratavam da questão de raça, sexualidade e gênero estava ancorada na literatura de viagem. Navegantes estrangeiros que ao aportarem em terras brasileiras, registraram pela escrita, seu testemunho sobre a diversidade étnica e cultural de um povo formado por três raças distintas: a branca, a negra e a indígena. Na articulação entre sexo, gênero e raça, o mestiço seria um “produto nacional” formado pelo efeito de um desejo repulsivo e atrativo que, ao mesmo tempo em que foi negado, foi aceito como um tipo adequado que exibiu os atributos necessários para constituir uma “civilização moderna dos trópicos”. O sujeito nacional descrito pela revista da agremiação do Instituto e pela intelectualidade brasileira foi representado essencialmente pela relação das mulheres indígenas com os homens brancos portugueses. Foi a esses processos de “hibridismo” que foi atribuída à formação da nacionalidade brasileira.

A literatura de viagem reproduzida pela revista do IHGB foi uma forma que a intelectualidade brasileira encontrou para demarcar as origens da nacionalidade brasileira e concomitantemente historicizá-la e selecionar seus heróis. Os discursos do Instituto do começo do século XX procuraram reconstruir uma identidade nacional para o Brasil. Introduzindo-se índios e mestiços como “personagens ativos” de sua história, buscaram-se, nos relatos dos viajantes, marcas que abrissem a historiografia.

Mas, quando os textos se referem às mulheres indígenas, a sua representatividade perante a nacionalidade brasileira ganhava outra conotação. No imaginário sobre o período colonial, além de as mulheres indígenas serem lembradas por sua condição feminina, também se evocava a questão racial. Foi na articulação de gênero e raça que se delimitaram as esferas de ação das mulheres indígenas na historiografia brasileira. Nos discursos elaborados e publicados pela revista do IHGB no começo do século XX, à mulher indígena coube a função de progenitora da nação brasileira e ao homem branco, indômito e viril, o papel de trazer a civilização e colonizar as novas terras descobertas. Por mais que as revistas do IHGB tivessem introduzido e positivado a imagem dos indígenas, tornando-os heróis nacionais da história do Brasil, as mulheres indígenas não passaram de um complemento da terra fértil, a terra onde caíram as sementes que germinaram o povo brasileiro, este povo mestiço, meio selvagem, capaz de se adaptar à natureza tropical, às grandes marchas para o Oeste e o Norte, inferiorizadas em busca do ouro e de expandir as fronteiras do Brasil. Elas são, ao mesmo tempo fundamentais para esta história, mas também se enfatiza o seu papel passivo.

Apesar de a ambiguidade discursiva estar presente nos artigos elaborados e publicados pela revista do IHGB, em torno da reconstrução de uma nova identidade nacional para o Brasil, a inserção de índios e mestiços como heróis nacionais proposta por alguns sócios do Instituto, foram essenciais para que surgissem novas reflexões e debates sobre a questão étnico-racial do povo brasileiro.

FONTES CONSULTADAS

Periódicos

Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Acervo: Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

1900- 1.º e 2.º Trimestres- Tomo LXIII

1900- 3.º e 4.º Trimestres- Tomo LXIII

Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (Florianópolis)

1901- 1.º e 2.º Trimestres- Tomo LXIV

1901- 3.º e 4.º Trimestres- Tomo LXIV

Acervo: Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

1902- 1.º e 2.º Trimestres- Tomo LXV

1902- 3.º e 4.º Trimestres- Tomo LXVI

Acervo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro)

1903- 1º e 2º Trimestres- Tomo LXVI

1903- 3.º e 4.º Trimestres- Tomo LXVI

ACERVO: PUCRS (Porto Alegre)

1905- 3.º e 4.º Trimestres- Tomo LXVIII

Acervo: Biblioteca Universitária (Florianópolis)

1907- 3.º e 4.º Trimestres- TomoLXX

1909- 1.º e 2.º Trimestres- Tomo LXXII

Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (Florianópolis)

1908-1º e 2º Trimestres- Tomo LXXII

Acervo: PUCRS (Porto Alegre)

1909- 3º e 4º Trimestres- Tomo LXXII

Acervo: PUCRS (Porto Alegre)

1911- 1.ª Parte - Tomo LXXIV

1911- 2.ª Parte – Tomo LXXIV

Acervo: PUCRS (Porto Alegre)

1917- 1.ª Parte- Tomo 81

Acervo: PUCRS (Porto Alegre)

1918- 1.º e 2.º Trimestres- Tomo 83

Acervo: PUCRS (Porto Alegre)

1919- V. 139- Tomo 85

Acervo: PUCRS (Porto Alegre)

1920- Vol. 141- Tomo 88

1920- Vol. 142- Tomo 88

Acervo: Instituto de Estudos Brasileiros (São Paulo)

1921 – Vol. 143 – Tomo 89

1921 – Vol. 144 – Tomo 90

Acervo: Instituto de Estudos Brasileiros (São Paulo)

1922 – Vol. 143 – Tomo 91

1922 – Vol. 146 – Tomo 92

Acervo: Biblioteca Universitária (Florianópolis)

1924 – Vol. 150 – Tomo 96

1930 – Vol. 162 – Tomo 108

Dicionário e Tomo Especial

Acervo: Instituto de Estudos Brasileiros (São Paulo)

Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência), Vol I, 1922.

Acervo: PUCRS (Porto Alegre)

Tomo Especial Consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional (17-16 de setembro de 1914) Vol. III. Parte 2. Teses apresentadas a 4ª. Seção (HST Constitucional e Administrativa) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1915. Págs 491 – 512.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano. *Capítulos de história colonial e caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

ALPERS, Svetlana. *A Arte de Descrever: A Arte Holandesa no Século XVII/ Svetlana Alpers*; tradução Antonio de Pádua Danesi. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque*. Alameda Casa Editorial: São Paulo, 2006.

ANDRADE, Mário. *Macunaíma*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: livraria Garnier ,2001.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil –Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência.1.* ed São Paulo: Jorge Zahar, 1999.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem – Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1998.

BORDIEU, Pierre Bourdieu . *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOITEUX, Lucas Alexandre, 1880-1966. *Santa Catarina no século XVI*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.

BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George (Orgs.). *Duelos no serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

BUICAN, Denis. *Darwin e o Darwinismo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, c1990.

CARVALHO, José Murilo. *As duas cabeças de Oliveira*. In: *Intérpretes do Brasi- Cultura e Identidade*/organizadores Gunter Axt, Fernando Luis Schüler – Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 2. ed São Paulo: EDUSP, 1998.

CELSO, Affonso. *Porque me ufano do meu país*. 2ª. Ed- Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 1997.

CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História do Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: Leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. O poeta e o historiador Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. In: *História Unisinos*, São Leopoldo, 11 (3): 306-312, Setembro/ Dezembro 2007. p. 308. Disponível em http://www.unisinos.br/artefiles/historia_art02_cezaf.pdf. Acesso: 23/01/09.

COSTA, Wilma Peres Costa. Viajantes europeus e o escrever da nação brasileira. In: Marco A. Pamplona e Don H. Doyle (Orgs.): tradução de Waldéa Barcellos. *Nacionalismo no Novo Mundo*. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

CUNHA, Euclides. *Os sertões: campanha de Canudos*. 30. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

Dicionário das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *A Noção de Civilização na Visão dos Construtores do Império (A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 1838 – 1850/60)*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Historia da sexualidade I - a vontade de saber*- tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15ª . ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREITAS, Patrícia de. Serpa Cantalício. *Margem da palavra, silencio do numero: o negro na historiografia de Santa Catarina*. 1997. Dissertação (Mestrado) UFSC.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala: Formação da Família sob o regime de Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FURTADO, Júnia Ferreira. Diálogos Atlânticos: Minas Gerais e as novas abordagens para o império marítimo português no século XVIII. Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Disponível em http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/junia_ferreira_furtado.pdf. Acesso: 26/01/09.

GUATARI, Felix; Rolnik, Suely. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. 7.ªed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

GONTIJO, Rebeca. *História e historiografia nas Cartas de Capistrano de Abreu*. História: São Paulo, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vértice (1), 1988.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Um Olhar sobre O Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 20, 1997.

GRUZINNSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, Stuart & HATHRYN, Woodward. *Quem precisa de identidade?* In: *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____ *A identidade cultural na pós- modernidade*. Rio de Janeiro: Ed. DP &A, 1999.

HARDMAN, Francisco Foot. *Antigos Modernistas*. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HUNT, Lynn. . (org.) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. pgs.1-29.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: uma ideologia*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira. 1976.

LEITE, Miriam Moreira. *A Condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1993.

LIMA, Oliveira. *Conferencia realizada em sessão solemne do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, em 30 de Janeiro de 1914*.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlantida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo Hucitec, FASESP 1997.

MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Claudia Barcellos (org.). *Raça como Retórica a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Marta Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 1997.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro*: CPDOC, 1992. 18f.

MOUTINHO, Laura. “Raça”, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. *In: Cadernos Pagu*, Campinas, 23, julho-dezembro de 2004.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do Brasileiro*. São Paulo: Ana Blume, 1998.

_____. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Carla Mary. e SANTOS, Izabel Maria dos. Albert Eckhout e a construção do imaginário sobre o Brasil na Europa Seiscentista. *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, set/out.2008. ISSN 1518-3394. Disponível em: http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_13/isabel_st13.pdf. Acesso: 21/01/2009.*

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira Republica*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORLANDI, Eni Pucinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. S. A, 1985.

PIAZZA, Walter. *Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Estudo histórico-analítico (1896-1996)*. Florianópolis: Editora da UDESC, 1996.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação/ Mary Louise Pratt; tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre; revisão técnica Maria Helena Machado, Carlos Valero*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PRIORE, Mary Del. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____ *História do Amor no Brasil*. 2.^a Ed.- São Paulo: Contexto, 2006.

RAGO, Margareth. Sexualidade e Identidade na Historiografia Brasileira. *In: A Sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Ed, da UFRJ, 1998.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. *In: Mary Del Priore (Org.). História das Mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RANKE, Leopold von. *Leopold von Ranke: história/ organizador [da coletânea] Sérgio Buarque de Holanda; [tradução de Trude von Laschan Solstein] – São Paulo: Ática, 1979.*

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. II, 1999.

_____ Varnhagen (1853-7): *O elogio da colonização portuguesa*. FREITAS, Marcos Cezar de (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2.^a Ed. São Paulo, 1998.

ROMERO, Silvio. *Historia da literatura brasileira*. 7ª.ed Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

ROUSSEAU, J.J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (Também chamado Segundo Discurso), p. 170, *apud*: LEOPOLDI, José Sávio. *Rousseau – estado de natureza, o “bom selvagem” e as sociedades indígenas*. Revista Alceu – v. 2-n. 4– p.163–jan./jun.2002.Disponível em: http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu_n4_Leopoldi.pdf. Acesso: 11/08/08.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro*. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

_____ *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: SCHWARZ LTDA, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SHOHAT, Ella. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade. *In: Cadernos Pagu*, Campinas, 23, julho-dezembro de 2004.

SILVA, Denise Ferreira da. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. *In: Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 14 (1): 336, janeiro – abril/2006.

SINDER, Valter. *A Reinvenção do Passado e a Articulação de Sentidos: o Novo Romance Histórico Brasileiro*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000.

SIQUEIRA, Tânia Lima. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. In: *Revista Ártemis*, vol. 8, jun 2008. Pgs. 110-117. Disponível em: http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero8/artigos/artigo_09.pdf. Acesso: 19/01/09.

SIRINELLI, Jean- François. Os Intelectuais. In: René Rémond (Org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha- 2. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, no Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro da virada dos séculos XIX a XX. In: *Diálogos Latinoamericanos*, número 002, Universidad de Aarhus, Latinoamericanistas. p. 105. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/162/16200208.pdf>. Acesso: 15/01/09.

SOUZA, Laura de Mello e NOVAIS, Fernando A. (Org.). *Historia da vida privada no Brasil*. Vol. I, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

_____ *Moralidades Brasílicas: Deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade*. Disponível em: http://www.historia.uff.br/artigos/vainfas_moralidades.pdf. Acesso: 25/11/08.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia*. São Paulo: Ática, 1979.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Literatura como Espelho da Nação*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.

_____ *Modernismo no Rio de Janeiro : Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. 4ª.Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros: A reflexão francesa sobre a diversidade humana.*/ Tzvetan Todorov; tradução Sergio Goes de Paula – Rio de Janeiro: Jorge Zahar.1993.

WEHLING, Arno. *A invenção da História: estudos sobre o historicismo.* Rio de Janeiro, Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói, Editora da Universidade Federal.

_____ *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TORRES, Iraíldes Caldas. O patrimonialismo e as mulheres da Amazônia de ontem. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/I/Iraíldes_Caldas_Torres_30.pdf. Acesso: 14/01/09.

WOLFF, Cristina Scheibe. Relações perigosas: gênero e etnia na construção de um Brasil mestiço. In: *Caderno Espaço Feminino*, v.12, n. 15, Ago./Dez. 2004.

YOUNG, Robert J. C. *Desejo Colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça.* –São Paulo: Perspectiva, 2005.

Sites Consultados:

CULTURA BRASIL. Disponível em <http://www.culturabrasil.pro.br/nabuco.htm>. Acesso: 16/05/04.

VIVA BRASIL - JOAQUIM NABUCO. Disponível em http://www.vivabrazil.com/joaquim_nabuco.htm. Acesso: 16/05/04.

CADERNOS PAGU. Disponível em: <http://www.unicamp.br/pagu/cadernos_pagu.html>. Acesso em: 05/11/08.

CPDOC FGV. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>. Acesso: 01/06/07.

INSTITUTO RICARDO BRENNAND. Disponível em <http://www.institutoricardobrennand.org.br/pinacoteca/eckhout/pinturas.html>. Acesso: 07/01/09.

PORTAL FEMINISTA. Disponível em: <www.portalfeminista.org.br>. Acesso em: 14/11/08

SCIELO. Disponível em www.scielo.org. Acesso: 26/01/2008.